

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**

**JOÃO GILDASIO VELOSO MEIRA**

**PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: IMPACTOS SOCIAIS  
COM A IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM DO RIO JEQUITAIÁ**

**MONTES CLAROS - MG  
JULHO DE 2018**

**JOÃO GILDASIO VELOSO MEIRA**

**PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: IMPACTOS SOCIAIS  
COM A IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM DO RIO JEQUITAÍ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

**Área de concentração:** Dinâmica e Análise Espacial.

**Linha de pesquisa:** Território, Cultura e Meio Ambiente

**Orientador:** Professor Doutor Cássio Alexandre da Silva.

**MONTES CLAROS - MG  
JULHO DE 2018**

Meira, João Gildasio Veloso.

M 499p      Processo de territorialização [manuscrito] : impactos sociais com a  
implantação da barragem do Rio Jequitaiá / João Gildasio Veloso Meira. – Montes  
Claros, 2018.

133 f. : il.

Bibliografia: f. 128-133.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -  
Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2018.

Defesa: 30/07/2018.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva.

1. Rio Jequitaiá. 2. Jequitaiá (MG). 3. Comunidade Barroco – Norte de  
Minas. 4. Barragem. 5. Território – Luta – Resistência. 6. Água. I. Silva, Cássio  
Alexandre da. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título:  
Impactos sociais com a implantação da barragem do Rio Jequitaiá.

**JOÃO GILDASIO VELOSO MEIRA**

**PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: IMPACTOS SOCIAIS COM A  
IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM DO RIO JEQUITAIÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros como parte dos requisitos para conclusão do curso

**Área de concentração:** Dinâmica e Análise Espacial

**Linha de Pesquisa:** Território, Cultura e Meio Ambiente

Data da aprovação: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva – Orientador  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

---

Prof. Dr. Emmanuel de Almeida Farias Júnior  
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

---

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

**MONTES CLAROS – MG  
JULHO DE 2018**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa pesquisa primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida e por estar sempre comigo me abençoando e por ter providenciado mais essa bênção em minha vida.

Dedico também a minha amada, estimada e inesquecível avó, Terezinha Veloso (*in memoriam*), que nos deixou para a graça do Pai celestial neste ano e que permanece viva nas minhas saudosas lembranças.

E a minha mãe, Maria Giselda Veloso Meira, santa guerreira, que sempre me incentivou e apoio em tudo com carinho, amor e dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela inspiração em escrever relevante pesquisa que evidencia e garante visibilidade aos atingidos da comunidade do Barroço em Jequitaí-MG.

A Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão de bolsa que permitiu levar a investigação adiante.

Ao professor doutor, Cássio Alexandre Silva, que com competência, dinamismo e paciência soube orientar com presteza durante todo o processo de execução e concepção desta dissertação.

Ao amigo e colega do curso de Pedagogia, Willian Ramos Ferreira, pela ajuda na logística, organização das oficinas e cumprimento de outras demandas para a concretização deste trabalho.

Ao tesoureiro da Associação de Moradores da Comunidade do Barroço, Flaviano Batista (Nem Carangueijo), seus familiares, e demais membros da diretoria da entidade pela acolhida nas visitas realizadas ao povoado e a todos seus habitantes que colaboraram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho busca estudar as resistências na luta pelo território na comunidade do Barroão. Para isso será investigado o processo de desterritorialização da população da comunidade do Barroão com a implantação da barragem do Rio Jequitaí no seu território. Entre os objetivos específicos, pretende-se elaborar um mapa social que será confeccionado por um universo representativo dos habitantes do povoado para cartografar o cotidiano das relações sócio espaciais das famílias e seu território de forma espacial. Ao final desta dissertação será apresentado um mapa social em que constam as impressões da comunidade a respeito da ideia de pertencimento ao lugar que habitam, de que modo se significam e se resignificam no mesmo e ainda o simbolismo expresso pelas relações sociais, múltiplos usos da terra e como são estabelecidas entre eles as relações parentais, de ancestralidade e com os seus pares. Isso foi possível através da elaboração, de forma autônoma, de um mapa social em que constam esses elementos vistos como importantes para eles e que sentirão falta nessa mudança para um novo território. Para se chegar as conclusões foi utilizada metodologia que constou de oficinas em que parte representativa da comunidade colaborou para a confecção de mapa social, além de entrevistas abertas sobre os elementos característicos da comunidade e quais deles sentirão falta com o processo de desterritorialização. Também serão analisados mapas, documentos, gráfico, postagens em rede social da comunidade e consulta a vasto material bibliográfico. Os resultados desta pesquisa mostram que a comunidade sentirá falta do lazer representado no mapa social pelo curso d'água que classificam como "Corguinho" e pelo campo de futebol; da única escola do povoado e das igrejas evangélica e católica. Identifica-se aí a necessidade que eles têm pelo lazer, educação, manifestação da fé e abastecimento de água para subsistência e irrigação de suas culturas. Esses são os principais impactos sociais identificados com a elaboração do mapa social, além da situação de outras categorias de trabalhadores da terra, como meeiros, assentados e parceiros que não a possuem, mas que retiram seu sustento dela.

**Palavras chaves:** Jequitaí, Barroão, Barragem, Norte de Minas, Água.

## ABSTRACT

The present work seeks to study and understand the resistance in the struggle for territory in the community of Barroço and also to analyze the process of territorialization in the population of the community of Barroço with the implementation of the dam in its territory. It is also intended to investigate the causes and consequences of this work in the Barroço community, to describe the daily life of the families and to map the territory in a spatial way. The choice of the community of Barroço is due to the fact that it is one of those that will be completely flooded by the dam of the Jequitai River. In order to understand their desires about the work, we will proceed in the presentation of a social map in which their impressions regarding the idea of belonging to the place they inhabit are shown, in what way they are signified and resignified in the same and also the symbolism expressed by the relations social, multiple uses of land, and how parental, ancestral, and peer relations are established among them. In order to do this, they have created a social map in an autonomous way in which these elements are seen as important to them and they will miss this change to a new territory. In order to understand this particular universe of those affected by the Rio Jequitai-MG dam, it was also necessary to use not only the ethnography but also the participant observation founded by BRONISLAW and MALINOWSKI and, according to GOLDMAN (2006), its main characteristic is a method based on the presence of the researcher in the place observed, in this case, the Barroço community, making the observer effectively participate in the ordinary life of the group researched and also better understand the apprehension of logic and the sense of events. Memory is also worked through the use of oral narrative.

**Keywords:** Jequitai, Barroço, Dam, Norte de Minas, Water.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Localização da Comunidade do Barrocão no mapa .....	13
FIGURA 2 - Canteiro de obras próximo à comunidade de Buriti de Baixo .....	40
FIGURA 3 - Canteiro industrial de obras dos eixos I e II do Projeto Jequitaiá .....	41
FIGURA 4 - Área de influência da barragem do Jequitaiá I .....	42
FIGURA 5 - Carta imagem do Barrocão .....	47
FIGURA 6 - Localização do Município de Jequitaiá .....	48
FIGURA 7 - Vista do curso d'água do Rio Jequitaiá .....	51
FIGURA 8 - Coluna Estratigráfica do Supergrupo no Médio São Francisco .....	53
FIGURA 9 - Vista do relevo íngreme as margens do Rio Jequitaiá .....	54
TABELA 01 - Categorias de pesquisa .....	55
TABELA 02 - Principais relatos dos usuários .....	56
TABELA 03 - Símbolos e Representações .....	95
FIGURA 10 - Postagem em rede social <i>Facebook</i> sobre a qualidade da água no Barrocão .....	99
FIGURA 11 - Vista do canteiro industrial de obras da barragem I do Projeto Jequitaiá no “Cachoeirão” .....	103
TABELA 04 - Pesquisa realizada pelo PAS sobre dúvidas a respeito do Projeto Jequitaiá junto as comunidades atingidas pela barragem .....	106
FIGURA 12 - Um dos afluentes do Rio Jequitaiá chamado de “Corguinho” pela comunidade .....	113
FIGURA 13 a 17 .....	116 a 121
FIGURA 18 - Mapa social produzido conforme esboços da oficina cartográfica.....	125

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais S.A.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CMB – Comissão Mundial de Barragens

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural de Minas Gerais

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MJT – Movimento Justiça e Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAS/Projeto Jequitaiá – Programa de Assistência Social do Projeto Jequitaiá

PBHSF – Plano Decenal de Recursos Hídricos do Rio São Francisco

PNCSA - Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

SENAR/MG - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
-------------------------	----

### **CAPÍTULO I**

<b>1- Homem e a Ocupação do Território</b> .....	22
<b>1.1 - Território e Processo de Territorialidades</b> .....	30
<b>1.2 - Conflitos na Comunidade do Barroço</b> .....	39
<b>1.3 - A Comunidade do Barroço e sua relação com o empreendimento hidroagrícola</b> .....	56

### **CAPÍTULO II**

<b>2 - Processos de Territorialização: conflitos de água e terra</b> .....	59
<b>2.1 - Conflitos agrários (água e terra), definição de território, migração e Cartografia Social</b> .....	62
<b>2.2 - A Cartografia Social como Análise da Comunidade do Barroço</b> .....	71
<b>2.3 - Conflitos de água e terra: atingidos discutem o processo de desterritorialização das áreas que habitam</b> .....	87

### **CAPÍTULO III**

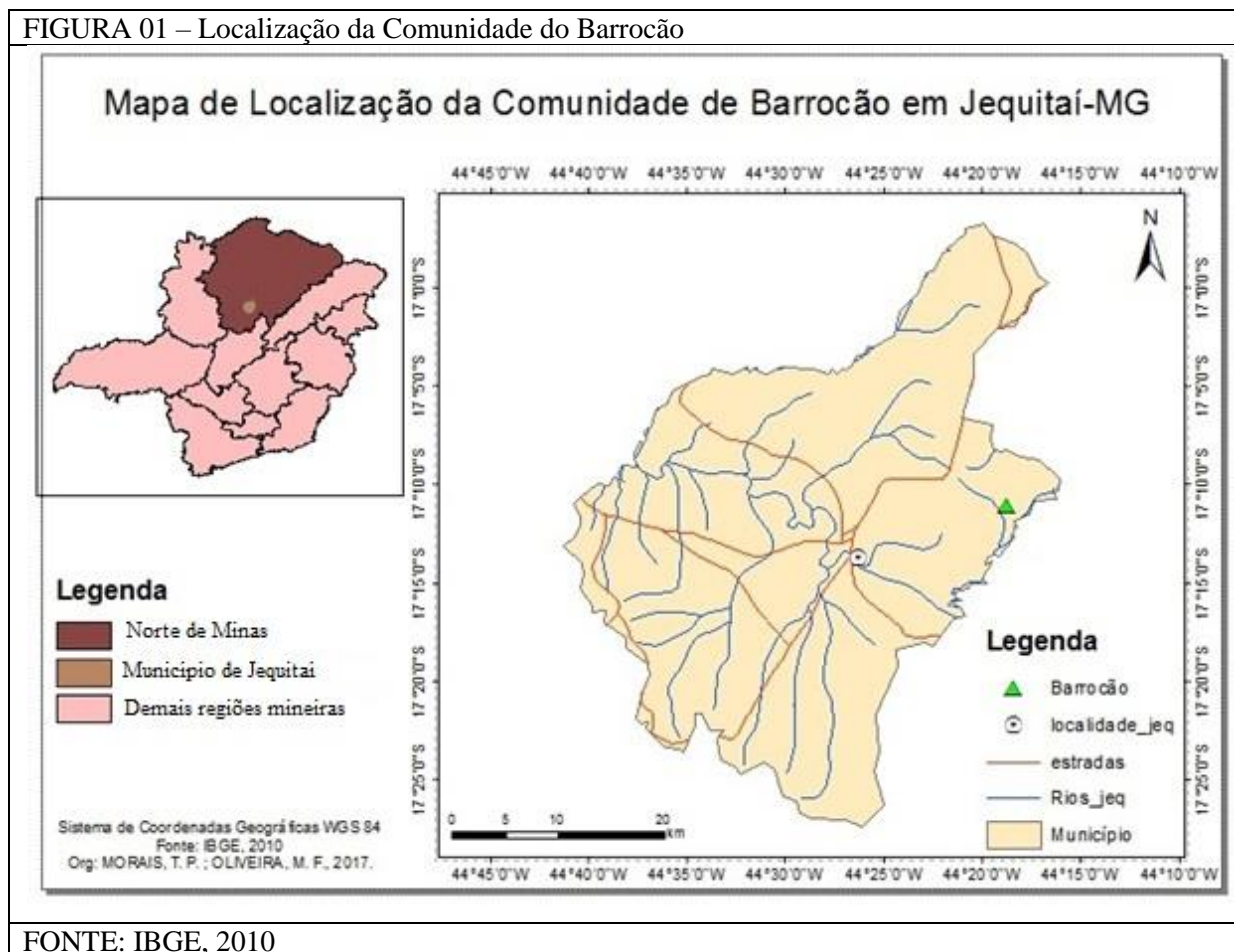
<b>3 - Estudo de caso da Comunidade do Barroço</b> .....	97
<b>3.1 – Implicações sociais causadas pela demora na construção da barragem do Rio Jequitaiá-MG</b> .....	97
<b>3.2 – Problemas que envolvem outras categorias de trabalhadores da terra</b> .....	103
<b>3.3 – A Cartografia Social como representação de análise do mapeamento social</b> .....	111
<b>3.4 – Diagnóstico dos problemas através da análise dos mapas sociais</b> .....	115
<b>3.5 – Os resultados da oficina de cartografia social com recomendações da comunidade</b> .....	122
<b>3.6 – Análise do Mapa Social produzido na comunidade do Barroço</b> .....	124
<b>Considerações finais</b> .....	126

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	129
--------------------------	-----

## Introdução

A presente pesquisa<sup>1</sup> tem como objetivo geral estudar e compreender as resistências na luta pelo território da comunidade do Barroço que está situada a 20 quilômetros do município sede, Jequitaiá-MG. Está é uma das comunidades que ficará submersa com as águas da futura barragem do Rio Jequitaiá, cujas obras deverão ser retomadas em 2018 conforme foi anunciado, em outubro deste ano de 2017, pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Parnaíba (CODEVASF).

FIGURA 01 – Localização da Comunidade do Barroço



Será analisado o processo de desterritorialização da população da comunidade com base em seus relatos e no mapa social que será confeccionado por um universo representativo dos habitantes do Barroço.

<sup>1</sup> Aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/Unimontes), através do parecer de número: 2.732.538 emitido em 24/06/2018.

A problemática dessa investigação nasceu de inferências que surgiram no decorrer da pesquisa que foi baseada no Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), comandado por pesquisadores da Universidade Federação da Amazônia (UFAM). A presente pesquisa, inspirada nessa Nova Cartografia Social, foi melhor evidenciada durante a imersão ao campo onde tais problemas também foram melhor observados: quais os esforços têm sido empreendidos para a manutenção do território? Quais são as relações que têm prevalecido com o território a ser expropriado? De que modo os reassentados se representam no Barroão?

A busca por essa investigação, junto a essa comunidade, se deu em função da sua localização, quase ao extremo norte do município, e também por estar entre as comunidades próximas a futura barragem com maior quantidade de atingidos possibilitando um estudo mais abrangente do impacto social causado pela realocação dessas famílias da área a ser inundada para outro território. Diante dessa quantidade maior de atingidos pela barragem foi possível obter resultados mais abrangentes e precisos sobre a relação dos atingidos com o território ocupado, assim como o processo de desterritorialização ao qual estão sendo submetidos. Essa insatisfação ou não desses atores sociais será comprovada através da Nova Cartografia Social que surgiu na Amazônia.

Entre os objetivos específicos desta pesquisa destacam-se, então, os impactos sociais advindos do processo de desterritorialização da população da comunidade do Barroão diante da implantação da barragem no seu território. Foram investigadas também as causas dessa resistência na luta pelo território na comunidade estudada com os resultados detalhados no capítulo III desta pesquisa. Já os objetivos específicos são: investigar sobre as causas e consequências dos impactos sociais que têm sido provocados pelo empreendimento; descrever o cotidiano das relações sócio espaciais das famílias; compreender a importância cultural, social e de pertencimento que o território representa para as famílias da comunidade do Barroão atingidas pela barragem e realizar, junto aos assentados, uma oficina em que possam ajudar na construção de uma Cartografia Social específica para o lugar que será inundado e cartografar o território de forma sócio espacial.

Para se chegar aos resultados em que propostos com o trabalho foram realizadas duas visitas de campo de campo a comunidade, sendo uma em outubro passado, entre 12 e 15 de outubro de 2017 e nos dias 8 e 9 de maio de 2018 na ocasião da festividade religiosa denominada de Festa da Santa Cruz, em que as oficinas da Nova Cartografia Social foram realizadas para as conclusões que se seguirão nos próximos capítulos. A metodologia empregada consistiu num trabalho que levou em consideração um total representativo das

mais de 400 famílias da comunidade, ou seja, aproximadamente 80 pessoas que foram divididas em grupos de 16 pessoas para a confecção dos mapas sociais em que são verificadas histórias relatadas nos grupos, incluindo ritos, mitos, religiosidade, atividades econômicas, culturais, formas associativistas e cooperativas de trabalho, entre outros elementos que, num primeiro momento, ajudaram na elaboração desses mapas representativos de cada um dos grupos e, posteriormente, na segunda fase do trabalho, o mapa oficial<sup>2</sup> com a reunião de elementos identificados em todos os demais. As entrevistas com os grupos, constituídos por 16 moradores da comunidade, também ajudou na compreensão do significado de cada croqui (construção criativa que é condição para o automapeamento, assim como para o mapeamento participativo realizados nas oficinas) e como o território é significado e resignificado por eles, assim como a importância das relações sociais e de parentesco que fazem com que muitos resistam em deixar as suas raízes históricas, culturais e afetivas com o processo de desterritorialização a que estão submetidos.

Para a realização desta investigação a metodologia adotada foi baseada na revisão bibliográfica de autores como ALMEIDA (2010); RAFFESTIN (1993); OLIVEIRA (2014); TUNDISI (2006); TUNES (2015); FARIAS (2011); HAESBAERT (2006); entre outros. Também procedeu-se na coleta de dados; entrevistas; relatos; anotações e registro das narrativas na forma de áudio e fotográfico. No trabalho de campo houve a elaboração coletiva de croquis, na oficina de Cartografia Social que, posteriormente, deram origem a um mapa situacional, com elementos característicos da comunidade, que poderá ser conferido ao final do terceiro capítulo desta dissertação. Todos esses elementos foram sistematizados e resultaram na escrita desta pesquisa e na confecção do mapa social da comunidade do Barroão.

Os participantes<sup>3</sup> da oficina atuaram também como multiplicadores junto à comunidade sobre os objetivos do trabalho e, ao ter conhecimento do que se propunha a

---

<sup>2</sup> Um mapa, independente de sua finalidade, possui alguns elementos técnicos básicos, como título, autoria, data de elaboração, escala, malha de coordenadas (geográficas e/ou métricas), legenda, convenções e orientações (definição do norte geográfico). (GORAYEB, 2014, p.1). Extraído de: <<[www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/](http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/)>> com acesso em 25/06/2018.

<sup>3</sup> A procura pelos habitantes não se deu a partir de uma demanda solicitada por eles, mas sim pelo próprio pesquisador. Num primeiro momento, o contato com a comunidade se deu através de ligações telefônicas, mais precisamente para os representantes dos atingidos pela barragem no povoado e, posteriormente, para o tesoureiro da Associação de Moradores do Barroão.

pesquisa, o universo representativo dos atingidos<sup>4</sup> aceitou colaborar com a investigação sem qualquer ressalva.

Segundo ACSELRAD (2008), a representação cartográfica do espaço não abrange apenas o que já se conhece a partir dos chamados mapas oficiais que são produzidos a partir de uma demanda dos poderes instituídos na forma do Estado, desse modo é necessário dar vez e voz às comunidades atingidas por essas obras através da Cartografia Social que permitirá com que os atingidos possam se resignificar através das suas impressões nos chamados mapas sociais.

Para o professor ALMEIDA (2010), o propósito da Cartografia Social é criar condições para que cada comunidade tradicional possa se autocartografar, levando em conta o que de fato é relevante para elas, o que consideram essencial na natureza e na vida cotidiana. Embora a comunidade estudada na presente investigação não possa ser classificada como sendo tradicional, conforme a o decreto de número 6.040<sup>5</sup> de 7 de fevereiro de 20 que trata de comunidades tradicionais, foi utilizada a Cartografia Social que “se traduz como uma prática facilitadora, ao permitir uma aprendizagem mais significativa, reflexiva, pois não se restringe apenas a visitas, passeios ou excursões, mas a todos os procedimentos que possibilitam o levantamento, a discussão e a compreensão de problemas concretos do cotidiano”. (COSTA, 2010, p.4-5). Segundo GORAYEB<sup>6</sup> (2014):

O mapeamento social geralmente envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, e é um instrumentos utilizado para fazer valer os direitos desses grupos frente a grandes empreendimentos econômicos – como construção de usinas

---

<sup>4</sup> “A definição de Vainer (2008) para o conceito de “atingido” vem sendo estudada com base em que “a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores”. Para esse autor, “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.” (VAINER, 2008, p. 40). O termo atingido é disputado em diferentes instâncias: (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito”.

Extraído de: <<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/12698/12409>>> com acesso em 22/08/2018.

<sup>5</sup> Conforme definição do referido decreto, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Além disso é necessário um laudo antropológico, assinado por antropólogo, que ateste que a comunidade possui elementos que a caracterizam como sendo tradicional.

<sup>6</sup> Entrevista concedida pela professora, Adryane Gorayeb à Rede Mobilizadores em que define o conceito de Mapeamento Social em matéria intitulada de “A Cartografia Social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos”. Disponível em: <<<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>> com acesso em 12/08/2018.

hidrelétricas e implantação de projetos de mineração -; problemas relacionados à grilagem de terras, ao não cumprimento de normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e a áreas de preservação/proteção ambiental. (GORAYEB, 2014, p.1)

A justificativa na realização desta investigação na comunidade do Barroço está calcada no fato de que a mesma está localizada num território estratégico, pois está a cinco quilômetros do canteiro de obras intitulado de “Cachoeirão” e que será a base do empreendimento conforme será delimitado mais a frente desta pesquisa. Essa investigação permite ainda que as comunidades, antes colocadas à margem do processo das grandes decisões políticas, supostamente desenvolvimentistas, possam estar inseridas nesse mapeamento social e conquistarem uma maior evidência e visibilidade junto aos poderes constituídos que também terão acesso e conhecimento aos seus símbolos identificadores e que se articulam entre si numa visão do passado, presente e do que os atingidos pela barragem esperam para o futuro.

O trabalho desenvolvido junto à comunidade teve como procedimento a realização de oficinas para a elaboração de mapas sociais, ou seja, aqueles que são elaborados pela própria comunidade a partir da visão pessoal sobre elementos que caracterizam o espaço vivido e que são transcritos e cartografados. Essa forma de promover a Cartografia Social já ocorreu na região Norte do país e os resultados renderam a publicação de fascículos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que visam dar evidência a processos de autodefinição de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Essa construção do mapa social por alguns habitantes do Barroço mostra, na prática, essa relação estabelecida com o território habitado, bem como as implicações que ocorrem diante do processo de desterritorialização. A Nova Cartografia Social, enquanto representação sócio-espacial, permitiu a realização desse automapeamento, conforme ALMEIDA (2010), essas comunidades poderão se expressar quanto a processos étnicos e culturais que explicitam suas relações sociais, como conflitos agrários, formas religiosas, modos de produção, aspectos culturais, relação quanto ao uso dos recursos naturais, maneiras e modos de apropriação territorial, entre outros.

Essa construção do mapa social por alguns habitantes do Barroço mostra, na prática, essa relação estabelecida com o território habitado, bem como as implicações que ocorrem diante do processo de desterritorialização provocado pela retirada dessas famílias do território que será inundado pelas águas da barragem do Projeto Jequitaí.



Identificou-se, durante a realização das oficinas, que os participantes puderam expressar alguns elementos caracterizadores da comunidade que ajudaram a compreender melhor as suas relações sociais, entre os quais se destacam conflitos agrários; modos de expressar a fé religiosa; formas de produção rural e econômica; aspectos culturais; relação quanto ao uso, preservação e manutenção dos recursos naturais; como se vêem representados na apropriação do território, entre outras características.

Para a realização da oficina cartográfica foi realizada uma reunião composta por universo representativo dos atingidos na comunidade, 80 pessoas, que foram separadas em grupos de 16 participantes cada. Num primeiro momento da oficina cartográfica, eles relataram as memórias relacionadas a fatos e pessoas que marcaram a história do Barroão e o quais serão os elementos que sentirão falta com a mudança para outras áreas diante da obra da barragem do Rio Jequitaí. Foram informados também da importância dessa pesquisa para a comunidade e o porquê da escolha pela comunidade e os benefícios que poderiam advir com a realização da investigação como promover uma maior visibilidade da comunidade frente aos órgãos responsáveis pelo empreendimento e a sociedade a partir do produto final na forma da dissertação, de artigos em revistas, apresentação em Congressos e publicações com os resultados.

Essa explicação inicial para a comunidade também deixou claro que se tratava de um trabalho científico, sem qualquer vinculação política ou religiosa, para que a sociedade conhecesse melhor a existência da comunidade. O morador N.C., 73 anos, pediu a palavra e disse que o trabalho “*era muito bom, então*”, já que muitas vezes ouviu perguntarem onde o Barroão está localizado e que, quando viaja, e diz que é dessa comunidade, muita gente imagina se tratar de “*algum lugar*” situada na zona rural do município de Montes Claros ou da cidade de Grão Mogol e não pertencente a Jequitaí.

Após o momento das apresentações, no segundo momento da oficina, buscou-se tentar conhecer melhor a interação social desses atores quanto ao sentimento de pertencimento em relação à terra e como a significam através dos desenhos que foram realizados a partir do mapeamento social. Antes da elaboração dos croquis que iriam originar o mapa social, foram realizadas “rodas de conversa” em que os membros dos grupos discutiram sobre suas memórias, a respeito dos elementos caracterizadores da comunidade e que farão falta com a mudança para um novo território. O trabalho também prevê a devolutiva para aquela comunidade dos resultados obtidos com o mapa finalizado e que possa também alertar não só a comunidade científica, mas os poderes constituídos para a satisfação ou não dessas famílias com a mudança para outras áreas.

Esse processo participativo na construção do mapa social tem ainda, como metodologia norteadora, levar em conta as ideias de todos, mas desde que as contribuições a serem valorizadas sejam de caráter voluntário. Essa participação foi um processo que ocorreu em todos os momentos da oficina cartográfica para que as atitudes e comportamentos dos indivíduos fossem captadas na sua forma mais autêntica e genuína.

Optou-se por nomear os moradores da comunidade, na presente investigação, pela nomenclatura de “atingidos”, já que eles se autodefinem como tal. Tanto que na apresentação que fora feita, durante as oficinas, alguns participantes diziam “*também atingido pela barragem*”. Esse conceito é propagado pelos órgãos estatais e que acaba por legitimar um conceito que é internalizado pelos atores envolvidos nesse processo. Essa classificação então, conforme explica ALMEIDA (2010):

“Tem-se, portanto, um léxico peculiar composto de eufenismos – que abrandam o sentido coercitivo – que abrandam o sentido coercitivo das medidas de deslocamento e que buscam, em última análise, torná-las um procedimento naturalizado, tais como “transferência” – e de termos de sentido direto, sem perífrases. Com toda certeza, estes termos não são transitivos, nem podem ser acionados segundo uma simples sinonímia, já que sua utilização varia segundo a sua destinação preconizada e a modalidade de intervenção dos diferentes órgãos responsáveis. Empresas estatais, organismos militares, órgãos fundiários e órgãos indigenistas oficiais valem-se destes termos definitórios de acordo com as operações previstas. Trata-se de operações situada historicamente, ou seja, datadas e referidas a um conjunto finito de práticas inspiradas num pragmatismo autoritário. Pressupõem procedimentos particulares apoiados em critérios de competência e saberes específicos às ações militares e afins intitulados “sertanistas” e/ou “indigenistas oficiais” cujas práticas têm seus fundamentos no rondonismo” (ALMEIDA, 1992, p.122).

Essa definição de atingidos é construída, então, ao longo da história, pelos órgãos oficiais e acaba por ser incorporada pelos envolvidos nesses processos de deslocamento compulsório, assim como ocorre também na comunidade do Barroço, onde seus habitantes se auto denominam como sendo “atingidos”, já que assim são classificados também pelos órgãos envolvidos na desocupação dos habitantes da área.

O senhor N.C., 73 anos, ex-presidente e atual tesoureiro da Associação de Moradores do Barroço foi uma das importantes fontes de informação para a realização desta pesquisa. Ele demonstrou muito conhecimento dos fatos e personagens que marcaram a comunidade e as anotações dos seus relatos foram, através da narrativa oral, permitiram conhecer melhor a história daquele povoado, já que é um dos moradores mais antigos do lugar. Essa

aproximação dos sujeitos possibilitou a revelação de informações vitais à pesquisa. Esse fato remeteu à intersubjetividade criada na interação e explicada por ALMEIDA (2010). Além disso, foi possível identificar não apenas a relação que as famílias têm com a terra, mas também com líder que exerce sob eles, segundo um dos fundadores da Sociologia, WEBER (1919), a dominação carismática, representada pela figura do líder, que se estabelece por aqueles líderes que emanam dos seus súditos “a devoção afetiva ou a veneração à pessoa portadora de dotes relacionados com feitos mágicos ou sobrenaturais, revelações, heroísmo, poder intelectual ou oratória. O carisma pode ser considerado uma qualidade pessoal incomum que predispõe seu dono a exercer algum tipo de liderança”. (WEBER, 1919, p.103).

Para o historiador, LE GOFF (2012), a memória coletiva é essencial dentro do que se costuma chamar de identidade, sendo ela individual ou coletiva e cuja busca é uma das atividades primordiais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas. Ele reforça que a memória tem a função não somente de conservar determinadas informações, mas que ainda remete a um conjunto de funções psíquicas às quais o homem tem o poder de atualizar informações do passado.

Esse processo participativo na construção do mapa social também levou em consideração o caráter da oralidade na forma da exposição das ideias de todos de modo voluntário. Essa participação foi um processo que ocorreu em todos os momentos da oficina cartográfica para que as atitudes e comportamentos dos indivíduos fossem captadas na sua forma mais autêntica e genuína.

Esse automapeamento participativo permitiu conhecer melhor a comunidade nos aspectos que a caracterizam social, política e culturalmente na sua forma mais genuína. Todos os participantes tiveram total liberdade de opinião para se posicionarem a respeito dos impactos sociais provocados pela barragem e a cerca das suas memórias em relação a fatos e personagens que marcaram a história da comunidade.

Para a realização dos trabalhos da oficina de Cartografia Social foi necessária a colaboração de um assistente que auxiliou, voluntariamente, com a parte logística que envolveu o transporte de materiais e a visita também a Comunidade de Buriti de Baixo onde está situado o canteiro de obras da barragem. Os participantes da oficina foram muito solícitos e se envolveram conforme o esperado em todas as etapas do mapeamento participativo.

O local para a viabilização da pesquisa foi o galpão da Associação de Moradores do Barroco, onde a estrutura facilitou a elaboração dos croquis e em explorar a oralidade através de relatos que foram úteis para registrar as narrativas baseadas na história oral dos moradores. Num primeiro momento através desses relatos, seguindo a metodologia da narrativa oral em

que suas principais memórias foram “coletadas” na forma de anotações e gravações e, em seguida, a oficina cartográfica que os permitiu fazer a representação, no papel, das memórias; do que sentirão falta com a mudança para o novo território e, ao final da realização do trabalho, a apresentação das demandas, anseios e expectativas a respeito do novo território que irão ocupar sobressaindo entre estas, a necessidade de estarem próximos ao Rio Jequitaí, já que “sem água, não há vida” e com acesso a terras de qualidade para poderem produzir e continuarem comercializando o excedente com supermercados e sacolões das cidades de Jequitaí, Pirapora e Montes Claros.

No primeiro capítulo, intitulado “Homem e a Ocupação do Território” é realizada uma abordagem das questões ambientais gerais de assentamentos/comunidades e barragens no Brasil com a articulação das ideias a esse respeito com autores como CASTRO (2010), RIBEIRO (2008), WALDMAM (1997), VIANNA (2003), entre outros. Será abordada a organização dos movimentos de atingidos por barragens em Minas Gerais e no Norte de Minas com especial atenção para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outras entidades que apoiam a causa dos atingidos por barragens no Brasil, em Minas e também nesta região.

Serão reservados dois tópicos para o estudo de caso da comunidade do Barroco e o que pensam os assentados a respeito deste projeto hidroagrícola. Também serão ouvidos no que tange a sua satisfação ou não em terem que deixar o território que ocupam por décadas até para migrarem para um outro lugar onde não sabem se terão as mesmas benesses do atual. Muitos atingidos, inclusive, estão próximos de parentes e amigos e com a mudança estarão mais distantes deles. Outra preocupação deles tem a ver com a distância maior que ficarão do Rio Jequitaí e da sede do município dificultando o escoamento da produção e também o acesso a terra de qualidade e a irrigação da mesma para agricultura de subsistência e comercialização do excedente. Tais considerações serão apresentadas nos próximos capítulos.

No capítulo II, intitulado de “Processos de Territorialização: Conflitos de Água e Terra”, procederemos, num primeiro momento, na definição de território, migração e Cartografia Social, além de uma abordagem sobre conflitos agrários. Será lançada mão da Nova Cartografia Social como análise da comunidade do Barroco e a discussão dos atingidos sobre o processo da desterritorialização das áreas que habitam. Será realizada também uma análise da relação entre homem e a ocupação do território. Para isso algumas ideias expostas foram articuladas com autores como TUNES (2015), SOUZA (2013), COSTA (1998), RAFFESTTIN (1993), LUSSAULT (1995), ACSELRAD (2008) para garantirem

embasamento à teoria. Foi discutida, ainda, a situação referente a conflitos agrários, bem como a definição de território e outros elementos predominantes geográficos presentes no trabalho como migração e cartografia social como análise da comunidade do Barroão. Na primeira visita identificou-se que a Cartografia Social na forma de mapeamento social permite que essas famílias resgatem suas memórias e possam se significar através dos simbolismos que estão presentes no mapa. Também discutem o processo de desterritorialização das áreas que habitam e as prováveis perdas acarretadas a partir dessa realocação para outras áreas.

Por fim, o terceiro capítulo irá demonstrar os resultados obtidos com a Nova Cartografia Social no âmbito da comunidade do Barroão, objeto de investigação desta pesquisa. Serão evidenciados também os resultados obtidos com as oficinas, na forma da transcrição de relatos e dos mapas sociais, em que os atingidos relatarão elementos identificadores importantes como rituais, mitos, religiosidade, personagens que marcaram a comunidade ao longo do tempo, atividades econômicas, sociais, culturais, o valor dado a terra e a água do Rio Jequitáí e os aspectos positivos e negativos advindos com essa mudança de território.

O tópico “Cartografando: diagnóstico do problema através da análise dos mapas” permitirá analisar e mostrar os resultados obtidos junto a esta comunidade na forma do mapa social que for gerado como resultado das oficinas e, finalizando a pesquisa, as recomendações e posições da comunidade sobre os problemas evidenciados e o que sugerem para que as dificuldades detectadas não prejudiquem as memórias levando-as ao esquecimento ou afetem as atividades econômicas, sociais e culturais da comunidade.

Como devolutiva para a comunidade, além da escrita dessa dissertação, que ficará disponível para consulta pública na Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e também no banco de dados do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO), através do seu site institucional, tem-se, ainda, a expectativa da elaboração de fascículo com fotos e relatos dos habitantes entrevistados na ocasião da oficina de Cartografia Social e durante a festividade religiosa Santa da Cruz. Porém, dependerá da aprovação de projeto específico a ser elaborado para possível captação de recursos, junto aos órgãos oficiais de fomento, a fim de viabilizar mais esta proposta.

## CAPÍTULO I

### 1 – Homem e a Ocupação do Território

Embora a construção de barragens no Brasil seja algo mais antigo, remontando ao início da década dos anos 30, apenas na década dos anos de 1970 que a relação entre comunidades tradicionais e esses empreendimentos começam a ganhar corpo no país. Segundo Castro (2010, p.5), foi apenas no final deste período que “os deslocamentos compulsórios, a destruição das bases físico-territoriais de que depende a sobrevivência de populações indígenas e comunidades tradicionais e, é sempre bom lembrar, a resistência das populações atingidas trouxeram as grandes barragens para a pauta dos cientistas sociais”.

A autora ainda chama a atenção para o fato de que não somente essa resistência dessas populações tradicionais foi preponderante para tais estudos, como ainda “o próprio desempenho técnico-econômico de muitos aproveitamentos hidrelétricos” (CASTRO, 2010, p.5) se via ameaçado pela deterioração ecológica dos reservatórios. Havia tanto a questão do ponto de vista social como ainda ecológico e que fizeram, portanto, surgir a necessidade de estudos mais profundos a respeito do problema. Quanto aos estudos que surgiram nas esferas social e ecológica, Castro (2010) pontua o seguinte:

Antropólogos, sociólogos, geógrafos, juristas, planejadores urbanos e regionais, economistas, demógrafos e cientistas políticos, reconheceram nestes grandes projetos um formato particular dos processos de mudança social e de reconfiguração sócio-territorial característicos do capitalismo contemporâneo. Teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos, comunicações em encontros científicos se multiplicam. (CASTRO, 2010, p.5).

Identifica-se então essa mudança envolvendo sociedade e território tem suas bases no capitalismo contemporâneo. Sob a justificativa do bem comum, famílias são realocadas de seus locais de origem para áreas nem sempre dotadas da mínima infra-estrutura necessária para sua subsistência. Um exemplo dessa realidade é a do morador da comunidade do Barroão, senhor A.C.A., que, durante uma das audiências públicas a respeito da situação das famílias daquele lugar que pôde ser estudado não somente sob o ponto de vista de poder, mas também de sentimento, relações topofílicas e afetivas, declarou o seguinte conforme registro em ata de reunião ocorrida em 8 de maio de 2014 em Jequitai com a presença da Codevasf,

Ruralminas, Cemig, representantes da Câmara Municipal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dos atingidos pela barragem de comunidades como o Barroço:

A CODEVASF<sup>7</sup> dividiu os atingidos total e parcialmente; que a companhia oferece 5 (cinco) hectares para reassentamento, mas não dá direito de escolher onde; que oferece seis meses de salário mínimo, mas que qualquer cultura demora pelo menos um ano para começar a produzir; que o único progresso que chegou em sua comunidade foram assaltos a residências e o crack; que nesta comunidade há mais de 50 casas que estão fechadas; que as escolas, antes, tinham mais de 300 alunos, e que hoje esse número não chega nem a 150. Afirmou que a prefeitura de Jequitaiá não ofereceu ônibus para transporte dos atingidos às reuniões com a CODEVASF, e encerrou sua fala afirmando que os atingidos não contam com o apoio de ninguém. (A.C.A, 2014, p. 2).

Nas considerações deste morador, A.C.A, 57 anos, atingido pela barragem<sup>8</sup> do Rio Jequitaiá-MG, esse progresso pretendido pela barragem tem impactado socialmente a vida de quem habita o local e que não foram ouvidos, na totalidade, quanto as suas necessidades pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Além de oferecer uma área sem levar em conta o tempo necessário para o desenvolvimento de algumas culturas, conforme o atingido declara, a mudança já faz com que o local sofra com outros problemas sociais como a criminalidade e a evasão escolar.

Essa dicotomia entre progresso e as consequências deste na atual conjuntura do capitalismo contemporâneo é visto por Ribeiro (2008), como um “desenvolvimento” que tem ligação direta com variadas visões e posições políticas, além de ser efeito também da expansão econômica.

O resultado do provável desenvolvimento e progresso a todo custo, ainda conforme a visão de Ribeiro (2008), gera como consequência as chamadas “lutas de poder”. De um lado, tem-se a predominância das instituições e de diversos atores sociais, sendo que os que detêm o capital e os meios de produção são compreendidos como pertencentes a uma espécie de “indústria do desenvolvimento”. Já os demais atores e instituições (nisso se incluem sindicatos, associações de moradores e de atingidos por barragens), estão no outro lado da situação, uma que possuem poder menos expressivo e, conseqüentemente, estão expostos às conseqüências provocadas por essas instituições oficiais e seus representantes de

---

<sup>7</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) é uma empresa pública brasileira, destinada ao fomento do progresso das regiões ribeirinhas dos rios São Francisco e Parnaíba e de seus afluentes, nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Distrito Federal, Goiás, Sergipe, Piauí e Maranhão. Sua sede e foro ficam em Brasília. Extraído de [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) em 22/10/2017.

<sup>8</sup> Empreendimento que ocupará área de 19.922,1343 hectares cadastrada na bacia hidráulica da barragem Jequitaiá. Extraído de Projeto Jequitaiá – Laudo de Avaliação dos Imóveis Rurais da Bacia Hidráulica da Barragem Jequitaiá I.

“desenvolvimento”. Em nome de um suposto progresso, essas instâncias governamentais, acarretam também o comprometimento da qualidade de vida de comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outras comunidades tradicionais ou não, bem como suas múltiplas maneiras de se interagir do ponto de vista social e cultural e suas relações com seus territórios. Isso decorre, muitas das vezes, através de reassentamentos que são edificados por empresas e que para onde muitos dos membros dessas comunidades são realocados. Portanto, o desenvolvimento que é fruto desse poder expressa uma série de necessidades que têm a ver com as classes dominantes, conforme argumenta Ribeiro:

(...) elas expressam disputas sobre interpretações do passado (ideologia) ou do futuro (utopia), e lutam para instituir hegemonia estabelecendo certas visões retrospectivas ou prospectivas como a verdade, como a ordem natural do mundo. Desde a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento como um sistema de crenças tem sempre sido marcado por leituras particulares do passado e por formulações sobre o futuro em escala global (RIBEIRO, 2008, p. 8).

Em nome de um “suposto futuro de prosperidade”, empreendimentos, também na forma de barragens, vêm de encontro a essa hegemonia das classes dominantes em detrimento a comunidades de menor poder e que enxergam o seu território como espaço de significação e resignificação enquanto atores sociais.

Os estudos científicos e acadêmicos dessa relação entre hidroelétricas e atingidos pelas mesmas surgiram no final dos anos de 1970 no Brasil segundo aponta WALDMAN (1997), acrescentando que a implantação de tais empreendimentos no país ocorreu com mais intensidade durante o período militar no pós 1964. Ele argumenta que o elemento facilitador que colaborou para que hidrelétricas fossem instaladas, com mais regularidade, no Brasil, a partir da década de 1960 teve a ver com a dificuldade de implantação de indústrias poluentes ou eletrointensivas<sup>9</sup> nos países centrais.

WALDMAN (1997) acrescenta que devido ao fato da dificuldade na implantação de projetos hidrelétricos nesses países, diante da baixa aceitação e aprovação popular, além do esgotamento energético, países como o Brasil acabam por recebê-los sem maiores dificuldades. Somente a partir da década de 1980, diante da emergência dos movimentos sociais, segundo GOHN (2008), que começam existir protestos de comunidades incomodadas

---

<sup>9</sup> Indústrias eletrointensivas são representadas por aquelas empresas de setores industriais que utilizam uma quantidade maior de energia elétrica, tais como as que manufaturam ou produzem materiais como alumínio, aço, petroquímica, papel e celulose e outras. Extraído de: <<<https://www.elipse.com.br/solucao/industrias-eleto-intensivas/>>> em 20/10/2017.



com as consequenciais sociais advindas de projetos mercadológicos como as barragens hidroelétricas.

VIANNA (2003), concorda com WALDMAN (1997), indo mais além ao acrescentar que, durante o período militar, a ideologia do sistema político dominante no Brasil associava o caráter da modernidade com as grandes barragens, uma vez que o progresso e desenvolvimento também teriam a ver diretamente com a geração ainda maior de energia elétrica. O autor salienta que o Brasil já sentia os efeitos da elevação da urbanização e industrialização, principalmente nos grandes centros brasileiros, “(...) com o desejo de transformar o Brasil em uma grande potência, foram elaborados e/ou implementados alguns dos maiores projetos hidrelétricos brasileiros, tais como as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, finalizadas em 1984 e 1983, respectivamente” (VIANA, 2003, p. 13).

Essa política desenvolvimentista quanto a instalação de hidrelétricas no Brasil no pós 1964 foi retomada nos últimos anos através de programas do governo federal como o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>10</sup> (PAC I e PAC II). A esse respeito, Zhouri *et al.* (2005), comentará que, mais recentemente, por meio de programas como estes, foram retomados alguns projetos desenvolvimentistas incluindo a construção de novas hidrelétricas como de Monte Belo, a terceira maior do mundo, perdendo apenas para a de Itaipú (Brasil e Paraguai) e para a chinesa, “Três Gargantas”, a maior do mundo<sup>11</sup>.

A hidroelétrica de Belo Monte segue, então, o modelo de política desenvolvimentista adotado na época do regime militar em que existia a chamada política de “integração nacional” e que visava a evolução econômica com o resultado na geração de empregos e alavancagem da industrialização brasileira. A exemplo do período militar, a preocupação quanto aos prejuízos ambientais continua, conforme justifica Zhouri:

“No auge da implementação de tais políticas, (...), recrudescem os já conhecidos conflitos entre as esferas econômica, social e ambiental. O governo do (...) presidente Luiz Inácio Lula da Silva (...) enfrentou severas críticas durante o Fórum Social Mundial realizado em 2005. A adoção de uma política conservadora de ajuste econômico tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de “barreiras ao desenvolvimento”, colocando em risco as fundamentais conquistas ambientais das últimas três décadas. Essa dinâmica conflituosa, porém, não se encontra circunscrita apenas ao contexto brasileiro, mas explicita contradições inerentes à própria

---

<sup>10</sup> Programa do governo federal que foi levado a efeito nos dois mandatos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo continuidade no governo da ex-presidente, Dilma Rousseff.

<sup>11</sup> A usina de Belo Monte foi inaugurada em 6 de maio de 2005 na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no sudoeste do estado do Pará. Informação extraída de: <<<http://www.osimpactosdebelomonte.com.br/sobre-o-projeto/>>> em 23/10/2017.

noção de “desenvolvimento sustentável”, forjada em nível mundial (ZHOURI *et al.* 2005, p. 11-12).

Empreendimentos desse porte, portanto, são acompanhados de divergências de caráter social, econômico e ambiental; principalmente quando se considera a questão que envolve as comunidades tradicionais diretamente atingidas por tais obras. A construção da barragem de Belo Monte, por exemplo, acarretou a insatisfação de ambientalistas em todo o mundo, ONGs, políticos de países contrários as matrizes energéticas e a insatisfação de comunidades indígenas. Segundo CARNEIRO (2014, p.1), “partindo-se do pressuposto de que a Constituição Federal de 1988 assegura a todos os brasileiros o direito a um meio ambiente equilibrado e preservado, questiona-se até que ponto a construção de usinas hidrelétricas são vantajosas diante do binômio desenvolvimento-sustentabilidade”. Conforme esse e outros casos que são verificados com base nas consequências de tais empreendimentos, alguns direitos constitucionais acabam sendo desrespeitados, como o que tem a ver com o direito a terra de qualidade. O autor salienta ainda a respeito de outros danos decorrentes não apenas da usina hidroelétrica de Belo Monte, mas de outras que também não foram bem sucedidas como está comprovado ao longo da história:

O problema da construção da Usina de Belo Monte faz lembrar a construção de outras grandes usinas, em que se percebeu não terem sido vantajosas no aspecto “geração de energia”, e ainda ocorreram danos irreversíveis aos ecossistemas modificados. No Brasil, muitos foram os erros cometidos no passado com a construção das usinas hidrelétricas de Tucuruí (1984) e Balbina (1989) que se mostraram completamente desvantajosas, e foram consideradas verdadeiros desastres em todos os aspectos – técnico, financeiro, social e ecológico. Mesmo assim o governo brasileiro vem mostrando que nada aprendeu com o fracasso de tais empreendimentos, e busca implementar a usina de Belo Monte a qualquer custo – um erro de proporções ainda maiores, e numa época em a questão ambiental mostra-se mais clara, urgente e imprescindível a todas as nações do globo terrestre. (CARNEIRO, 2013, p.2).

Além do problema relacionado à manutenção das comunidades tradicionais nas áreas inundadas pela água das barragens, a dificuldade em cooperar a sustentabilidade dos ecossistemas, como demonstra CARNEIRO (2013), é outro aspecto que chama a atenção como consequências desses empreendimentos. A Usina de Belo Montes não é um caso isolado nesta questão, pois outras barragens também foram construídas sem o devido cuidado com a preservação ambiental, tal como explica Fearnside:

A construção do reservatório da UHT causou vários problemas no aspecto ambiental, como o desmatamento da área inundada, implicando na perda do estoque de uso potencial, na perda da biodiversidade devido às alterações das características limnológicas do corpo de água (hidrológicos e biológicos) e nos problemas gerados pela poluição provocada pela emissão de gás metano (FEARNSIDE, 1999, p.237).

Mesmo diante dos danos provocados por essa atividade, dados levantados por KARPINSKI (2008) demonstram que, até o fim de 2008, existiam 706 hidrelétricas em atividade no Brasil. Conforme o levantamento, destes, 159 eram usinas hidrelétricas, 320 pequenas hidrelétricas e 227 centrais geradoras hidrelétricas. Tal quantidade, segundo o autor, tem a ver com uma perspectiva não apenas desenvolvimentista, mas ainda em concordância com a ideologia da modernização, "(...) esses reservatórios passaram a ser incorporados às paisagens de um 'novo Brasil': um Brasil moderno, tecnológico e industrial, com potencial de crescimento, movido por energia" (KARPINSKI, 2008, p. 4).

Além dos problemas relacionados ao meio ambiente, essa elevação considerável da quantidade de hidroelétricas no Brasil também é acompanhada, no decorrer da história, por mobilizações e conflitos envolvendo comunidades rurais ou tradicionais. Entre os exemplos comuns desta realidade, destacam-se manifestações de atingidos por barragens na luta pelo direito à terra, ainda mais quando tem a ver com a ruptura forçada com o seu território onde estão expressas suas raízes e sua herança cultural expressas através de sua ancestralidade. Conforme WALDMAN (1997), tais empreendimentos e seus impactos negativos demonstram que, mesmo existindo o caráter desenvolvimentista, não se observa com cuidado as consequências desfavoráveis para muitas comunidades atingidas por tais empreendimentos.

A construção de muitas barragens hidroelétricas teve, como resultado também, protestos dos atingidos, como as comunidades indígenas; ribeirinhos; trabalhadores do campo e populações tradicionais. Muitas usinas foram construídas sob a resistência de movimentos sociais com abraçaram a defesa dos direitos de muitas dessas comunidade, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>12</sup>. Ao longo dos últimos anos no Brasil, não apenas camponeses, mas também ribeirinhos, indígenas, quilombolas, geraizeiros, barraqueiros e várias outras comunidades tradicionais<sup>13</sup> foram atingidas por usinas,

---

<sup>12</sup> O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento popular brasileiro, surgido a partir do fim da década de 1970 com o objetivo de organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos. Informação extraída de: <<<http://www.mabnacional.org.br/>>> em 23/10/2017.

<sup>13</sup> Segundo o decreto 6040/2007, os povos e as comunidades consideradas tradicionais são definidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Entre os povos e comunidades

reclamam da ocorrência de conflitos, mas que, ao mesmo tempo, contam com esse auxílio de movimentos sociais organizados, tal como o MAB, “que passaram a enfrentar diretamente os projetos hidrelétricos do estado brasileiro, expressando o repúdio por uma política de geração de energia que ameaça os mais legítimos interesses das populações envolvidas” (WALDMAN, 19997, p. 79).

O teórico reforça que a edificação de usinas de grande porte prejudica os modos de vida tradicional e o ambiente no qual tais comunidades convivem. Ele cita, por exemplo, prejuízos incontáveis ao meio ambiente e a ecossistemas inteiros, entre os quais destacam-se: a inundação de paisagens representativas; o extermínio das relações econômico-culturais que coexistem no âmbito das populações tradicionais em seus ambientes mantidos sob a consistência de valores e relações sociais que não podem ser realocadas do mesmo modo que as famílias atingidas. Para WALDMAN (1997), tais problemas não têm nada a ver com o que se prega na suposta lógica desenvolvimentista que se apregoa através desses empreendimentos.

WALDMAN (1997), atesta que como consequência da construção dessas usinas hidroelétricas, grande parcela das comunidades atingidas sofrem vários efeitos negativos quando têm as terras inundadas, já que o efeito imediato disso é o abandono dos seus territórios. Outra dificuldade tem a ver com o que este teórico classifica como “descaso” das autoridades que se responsabilizam pelo empreendimento, uma vez que, “normalmente as autoridades mostram-se despreocupadas com o destino dos desapropriados, em geral detendo posse informal da área que habitam. Indenizações e reassentamentos surgiram apenas como resultado da mobilização dos atingidos” (WALDMAN, 1997, p. 82). Ele diz que tais obras acarretam ainda na mudança do curso natural dos rios, alterações ecológicas, como a diminuição na oferta de peixes, além ainda de fazer com que a água, utilizada por moradores que residem abaixo da represa instalada, não consigam fazer o seu uso normal como antes e até se tornando definitivamente imprópria para o consumo humano, entre outras dificuldades.

VAINER (2004), chama a atenção para o fato de já ter existido, na história brasileira, registro de protestos contra a construção de barragens nas décadas de 40 e 50 do século XX. Entretanto, ele pondera que, apenas no final da década de 1970 e início da década de 1980 é que foi possível identificar movimentos organizados e articulados contra a construção de

---

tradicionais do Brasil destacam-se quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. Extraído de: <<<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>>> em 23/11/2017.

barragens e os efeitos disso. Tais protestos despertaram a atenção quanto às adversidades provocadas pela construção dessas obras.

A hidrelétrica de Itaipu é um exemplo mais claro dessas manifestações. Embora seja tida como modelo binacional, pertencente tanto a Brasil quanto Paraguai, ribeirinhos se opuseram a obra, situada num trecho de fronteira do Rio Paraná, localizado entre Brasil e Paraguai, cuja construção começou nos anos de 1970. A esse respeito, MATTIELLO (2011) recorda que, aproximadamente, sessenta mil pessoas deixaram suas terras nas décadas de 1970 e 1980 para que o lago da usina pudesse ser constituído. Além disso, vários dos trabalhadores do campo, atingidos pelo empreendimento, protestaram contra prazos desrespeitados quanto à indenização das áreas inundadas, ausência em se ouvir os atingidos em relação à construção da obra e ainda o cumprimento de uma política de reassentamento para aqueles que foram realocados para outras áreas. As reclamações foram muitas segundo VAINER: “Falta de informação e consulta prévia, impactos ecológicos, situação dramática de cidades e vilas afetadas, mas não indenizadas, trágica realidade a que seriam lançados os agricultores paraguaios e, sobretudo, preço irrisório das indenizações oferecidas”. (VAINER, 2004, p. 188).

Embora existam aspectos negativos quanto a implantação de usinas hidrelétricas pelo país afora no decorrer do tempo, é bom que se enumerem as questões positivas também a esse respeito, conforme aponta Tundusi:

(...) produção de energia: hidroeletricidade; retenção de água regionalmente; aumento do potencial de água potável e de recursos hídricos reservados; criação de possibilidade de recreação e turismo; elevação do potencial de irrigação; aumento e melhoria da navegação e transporte; aumento na produção de peixes; regulação do fluxo e inundações; aumento das possibilidades de trabalho para a produção local; revitalização de rios e combate à seca. (TUNDUSI, 2006, p.184).

Considerando que regiões como o Norte de Minas e o Nordeste do Brasil estão situadas numa área semiárida, a retenção de água proporcionada pelas barragens pode colaborar para que sua oferta seja maior mesmo nas épocas de grande seca. Quanto a outro aspecto citado com frequência como negativo, o extravasamento do leito, muitas obras levam em conta as medidas estruturais para evitar o problema na forma de obras de engenharia que podem colaborar para a redução do risco de enchentes.

TUCCI (2007) argumenta que “as principais obras de controle de inundação do leito do rio são reservatórios, diques, seguindo ampliação da seção do rio, corte de meandros e

redução da rugosidade. O reservatório, ao reter parte do volume de água, reduzirá também a vazão natural, impedindo o extravasamento do leito”. (TUCCI, 2007, p.630-631).

Ele chama a atenção para o fato de mesmo não existindo grande elevação de escoamento superficial, poderá ainda acontecer uma inundação, ainda mais se existir alguma obstrução no canal natural do rio. Neste próximo capítulo será apresentada a organização política e social em relação aos direitos dos atingidos por barragens no Brasil, mais especificamente através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), bem como as dificuldades, lutas e conquistas obtidas com o trabalho junto as bases do movimento.

### **1.1 – Território e processos de territorialidades**

Diante das situações adversas enfrentadas pelos atingidos pelas usinas hidrelétricas, não apenas o Movimento dos Atingidos por Barragens atua para a garantia dos direitos dessas comunidades, mas também outras entidades de defesa dessas populações como o Movimento Justiça e Terra (MJT), que através do auxílio da Comissão Pastoral da Terra e das igrejas católica e luterana, conquistaram avanços como os reajustes nos valores de indenizações pagas. MATTIELLO (2011) comenta que esse trabalho consegue se tornar uma referência para outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o também para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

WERNER (2001) vê tais movimentos como importantes na medida em que fazem frente a vários problemas sociais verificados em empreendimentos dessa natureza, tais como migrações, perdas materiais para as comunidades locais em decorrência da elevação do rio e seu conseqüente transbordamento, ocorrência de suicídios que foram resultantes da desvalorização das terras ocupadas pelas comunidades afetadas pela barragem, entre várias outras dificuldades.

Essa magnitude das transformações decorrentes do replanejamento territorial com base no aproveitamento econômico dos recursos hídricos, a discussão deste primeiro capítulo recai sobre os gerais impactos causados pela construção de grandes barragens implantadas em Minas e o advento desses movimentos organizados em defesa dos atingidos por tais empreendimentos. De um lado tem-se as inúmeras e incontáveis perdas sofridas pelas comunidades atingidas por esses empreendimentos e, num outro prisma, é evidente a participação dos movimentos sociais para fazer frente as perdas sócio-ambientais e materiais

que se tem em relação a muitas dessas obras. Muitas dessas entidades recorrem a mecanismos de reparação, dentro da esfera âmbito jurídico-legal, porém, nem todos os danos acabam por serem reparados por mais que tais instituições de apoio e defesa desses atingidos estejam organizadas do ponto de vista jurídico nas negociações travadas com as esferas governamentais, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (CODEVASF) e a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) para resguardar de perdas na reestruturação do espaço regional com o replanejamento das ações de combate a maiores prejuízos.

VAINER (2004) afirma que o Movimento de Atingidos pela Barragem (MAB) levou outros movimentos a se juntarem a causa, como o movimento sindical desde fins dos anos de 1970. Daí, essa junção de mais forças levou ao fortalecimento das ações do MAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de outros movimentos sociais que foram levados a se juntarem a causa.

Essa organização e preocupação de tais movimentos sociais são consequência, entre outros fatores, de uma “suposta modernização”, já que não se tem a certeza de que ela ocorrerá efetiva e plenamente, direcionada para a acumulação de capital. Tal fato faz com que algumas comunidades estejam sujeitas a se reorganizarem no espaço, mesmo que sejam obrigadas a romperem com os laços afetivos, familiares e parentais cultivados no antigo território.

A análise dos problemas sociais e ambientais de barragens de grande e médio porte, seja no Brasil ou em Minas Gerais, lembra VAINER (2004), foi relevante no que tange a compreensão da atuação do Estado no planejamento e uso do território, além de ajudar na compreensão e contextualização de outros processos de desterritorialização e reterritorialização dos atingidos por barragens. Tais problemas fundamentaram as discussões e enfrentamentos dos atingidos pelas barragens, bem como de seus movimentos representativos como o MAB, CPT, MST, entre outros.

OLIVEIRA (1998), também procede em reflexões que tenham a ver com o processo de territorialização. Mesmo que ele discuta comunidades étnicas específicas, sua explicação também tem a ver com outras formas de apropriação de outros territórios, como o estudo do caso dos atingidos de Barroco pela barragem do Rio Jequitá-MG e que serão obrigados a se reterritorializarem, mesmo que as áreas ofertadas a eles não sejam o que gostariam em termos de qualidade. A noção de territorialização tem a ver, portanto, com processos de reorganização social que leva em consideração os seguintes aspectos:

(...) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Portanto, os conflitos relacionados à barragem hidroelétrica do Rio Jequitaí também promovem formas de territorialidade, já que são desencadeadas dinâmicas de:

(...) Desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas e processos de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para os grupos locais, os quais re-elaboram identidades e discursos no processo de luta pelo reconhecimento e pela defesa de seus direitos territoriais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 55).

O teórico HAESBAERT (2006) irá comentar que Deleuze e Guattari são os percussores da ideia de desterritorialização. Em seus estudos a respeito, HAESBAERT afirma que a desterritorialização tem a ver com a fragilidade das fronteiras, como as situadas na porção estatal, ou seja, relacionada com a construção de identidades a partir da hibridização cultural. Ele se refere, então, a um território simbólico.

O autor classifica a desterritorialização como sendo um movimento no qual se abandona o território e classifica a reterritorialização como sendo um movimento de construção do território. FERNANDES (2006), por sua vez, também discute as consequências dos processos de territorialização e desterritorialização, ao analisar a expansão e a criação de territórios como ações presentes nos processos de territorialização. Ele observa ainda o refluxo e destruição como decorrentes dos processos de desterritorialização.

FERNANDES (2006) irá acrescentar que nas situações de saída ou de chegada a um determinado território, ou ainda, no processo de desterritorialização e reterritorialização, diversas relações são estabelecidas com base nas interações com os lugares, os espaços e com o próprio território.

Já PEREIRA (2012) considera o espaço como sendo algo que antecede o território. Contudo, a ação do homem colabora para fazer com que o espaço seja transformado em território, enquanto que FERNANDES (2006) concorda com PEREIRA (2012) quando afirma que todo território é um espaço, sendo o mesmo geográfico, social, político, cultural. Todavia, nem todo espaço é um território, já que “são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori”



(FERNANDES, 2006, p.6). O espaço na concepção de LITTLE (2003) é dotado de abstração e ao mesmo tempo genérico; descrevendo o “lugar” como concreto e habitado.

Diante de tão variadas concepções, as relações entre território e lugar estão estabelecidas no contexto da barragem do Rio Jequitaí, mais precisamente também na comunidade de Barroão, onde estão desencadeados os processos de desterritorialização e reterritorialização. Sendo assim, esse sentimento de pertencimento a um lugar não tem a ver apenas aos grupos que tenham origem com um determinado lugar; menos ainda desencadeada apenas nos processos de etnicidade ou de raça, mas sim relacionada ao espaço físico. A esse respeito, LITTLE (2003), discorre sobre grupos socialmente organizados como dos indígenas<sup>14</sup>.

Analisando os depoimentos de atingidos por barragens, ZHOURI E OLIVEIRA (2005), observam a referência ao lugar como sendo o “patrimônio” de uma comunidade, tal como também foi possível identificar nas falas dos atingidos pela barragem do Rio Jequitaí-MG na comunidade do Barroão. Foi identificável ainda a forma com que eles revelam os sentidos simbólicos que fazem da relação com a terra quanto ao cultivo dela e como sendo o lugar onde moram, divertem e interagem com outras pessoas; com o Rio Jequitaí e o chamado “Corguinho” e o Rio São Lamberto que utilizam para a subsistência e recreação, além de suas referência religiosas manifestadas por ritos em templo católico e evangélico representado pela denominação protestante, Assembleia de Deus. “É enquanto ‘lugar’ que o território assume importância e vitalidade para as comunidades” (ZHOURI; OLIVEIRA,2005.p.60). Desse modo, segundo atesta LITTLE (2003), emanam do território os chamados vínculos sociais, simbólicos, rituais, além de valores diversos que surgem de formas diferenciadas e estabelecidas com os mais distintos territórios.

Em suas descrições relativas ao termo “lugar antropológico”, AUGÉ (2012), considera tal expressão como se traduzindo na construção concreta e simbólica do espaço e que pode conter variados significados. Portanto, a seu ver, o lugar antropológico pode ser compreendido, nessa perspectiva, como se tratando “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (AUGÉ, 2012, p. 51). Além disso, ele frisa a importância do lugar como uma construção histórica:

---

<sup>14</sup> A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente na área por processos de etnogênese e, [...], contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único homeland. Ser de um lugar não requer relação necessária com etnicidade ou com a raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado (LITTLE, 2003, p. 264).

O lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência (AUGÉ, 2012, p. 53).

Assim, o lugar tem sua importância também enquanto “patrimônio” em ZHOURI E OLIVEIRA (2005). Porém, diante da modificação dos “lugares” inicialmente “vividos” pelos desapropriados, mudanças em relação ao território acabam por surgir, isto é, os processos desencadeados por instalação de barragens, como os observados por RODRIGUES (1999) e que revelam a criação de um novo espaço pela obra. Tem-se, portanto, um novo ambiente como consequência do projeto, não sendo reconhecido pelas famílias atingidas, ou seja, a criação do novo lugar é descrita por alguns habitantes da comunidade de Barroão bem diferente do lugar onde vivem, como RODRIGUES atesta a seguir:

O sentido da terra, exteriorizado pelos sitiantes, liga-se ao trabalho que é realizado nela e à família que dela vive. As novas condições de vida chocam-se com a forma de trabalho do sitiante. A terra é vendida para outra pessoa, de fora, que irá utilizá-la sob uma nova forma com uma nova função. Ela é vendida quando não pode mais possibilitar aquele mesmo modo de vida e quando deixa de existir como tradição, como patrimônio da família, e se transforma apenas numa mercadoria (RODRIGUES, 1999, p.102).

Diante das situações relatadas em que a terra é vista pelo Estado como mercadoria ou moeda de troca, é inevitável surgirem diferentes maneiras de se estabelecer em um território e que podem acarretar no reconhecimento de grupos que buscam valorização diante das situações de conflito.

Tal reconhecimento ocorre diante da territorialidade que, conforme ALMEIDA (2008) garante a capacidade de promover a identificação, defesa e força, sendo decorrentes também do estabelecimento de laços de solidariedade comum. O autor pondera ainda a respeito do uso comum da terra, processo este que também acarreta a territorialidade nas situações em que o controle sobre os recursos básicos não ocorre de maneira livre e individual por determinados grupos familiares.

Esse controle e suas regras ocorrem por meio de normas específicas e que são instituídas além do código legal vigente. São na verdade acatadas de modo consensual, no âmbito das relações sociais estabelecidas entre os vários grupos familiares da comunidade do Barroão e que juntos compõem uma unidade social. Eles expressam assim um “acesso

estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas (...) transitórias às regiões de ocupação recente”. (ALMEIDA, 2008, p.133).

Concluindo, portanto, com base nessas considerações, o autor salienta que o acesso à terra ocorre não somente no contexto dos grupos familiares, mas ainda através da coesão e solidariedade que podem ser observadas nas situações mais adversas. Diante, por exemplo, das articulações camponesas em prol da reforma agrária, a importância dos sistemas de uso comum da terra veio a ser reforçada. Sendo assim, a valorização do território é resultado de denominações diversificadas ou ainda dos diversos modos de uso comum da terra que têm sua origem nas contradições decorrentes do capitalismo.

Na medida em que o Estado determina a viabilização de projetos como estes com a justificativa de suprir a demanda crescente da industrialização do país, paralelamente, eleva-se também os problemas de caráter sócio-ambiental, ainda mais se considerar que o planejamento de muitos desses grandes empreendimentos desconsideram relações sociais, culturais, ambientais e econômicas.

A modernização resulta numa imposição sobre a natureza e sobre a vida das coletividades subjungando os potenciais ecológicos; resultando na destruição de formas de organização social; provocando a desterritorialização não apenas da terra, mas das identidades; sepultando saberes práticos e levando a um desarraigamento da cultura dos referenciais locais. Tudo como consequência direta do processo de transformação da ordem natural imposta pelas necessidades capitalistas na busca frenética de acumulação de capital que acarreta na desestruturação do cotidiano, na desterritorialização de comunidades tradicionais e na ruptura de relações sociais e de suas identidades locais.

GERMANI (2003) comenta que o impacto inicial que decorre da construção de uma usina hidrelétrica implica na edificação de um reservatório para armazenamento da água, porém, as consequências dessa mudança não são positivas, pois os atingidos pelas barragens são obrigados a desterritorializar, isto é, levados a sair de seu território rumo a um novo território, já que as áreas ocupadas pela população tradicional são inundadas pelos reservatórios ou lagos artificiais, assim como recentemente ocorreu na barragem Hidrelétrica de Irapé, em Grão Mogol-MG, inaugurada em 2016, e que também teve a apropriação de seu entorno para diversas atividades necessárias ao funcionamento do recente empreendimento localizado no Vale do Jequitinhonha.

Os movimentos de atingidos por barragens reclamam que muitas famílias, diante do fato de suas terras estarem emersas pela água, são obrigadas a deixar o campo sendo levadas a se dirigir para a zona urbana na expectativa de condição de vida melhor a partir dos valores

recebidos com a indenização paga pela empresa construtora, sendo em Minas Gerais, a Fundação Rural Minas (RURALMINAS). O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), lamenta em um dos seus dossiês intitulado de “Ditadura contra as Populações Atingidas por Barragens aumenta a pobreza do povo Brasileiro”<sup>15</sup>, que a busca por ocupação das famílias atingidas por barragens resulta num forte fluxo migratório para as cidades. Boa parte desses atingidos, pelo fato de serem agricultores, em grande parte das vezes, não possuem qualificação profissional e, diante dessa falta de capacitação, não conseguem ser aproveitados pelo mercado de trabalho e aí os resta ocuparem áreas periféricas das cidades ou aceitarem os chamados subempregos levando ao fenômeno da favelização e mendicância.

Quando uma empresa quer construir uma barragem, ela vai procurar dados, entre eles os estudos do potencial energético, feito pela Eletrobrás na década de 70. Definido local de construção da obra, o passo seguinte é fazer estudos e levantamentos técnicos, além do levantamento sócio-econômico do local. Estes estudos são feitos ou contratados pela própria empresa interessada na construção da barragem e serão utilizados posteriormente no processo licitatório, na elaboração dos EIAs/RIMAs. O que ocorre na prática é que a mesma empresa interessada na construção da barragem faz o levantamento, por exemplo, de quantas famílias serão atingidas. Outro problema é que a empresa define os conceitos que baseiam o levantamento. Isso define o número de atingidos e estes conceitos variam de empresa para empresa conforme seu interesse. No processo de licitação, estes dados tornam-se legalizados e as empresas passam a ter responsabilidades frente ao Governo Federal, ANEEL e justiça baseados nestes dados. Assim, os atingidos não cadastrados passam a ser considerados como “ilegais”. No caso da empresa ser chamada na Defensoria Pública, ela apresentam o contrato de licitação justificando que sua responsabilidade é com um determinado número de pessoas. (DOSSIÊ MAB, 2015, p.2)

Tais considerações revelam o “jogo” político e econômico que envolve a construção de barragens pelo país afora. De um lado os atingidos com menor poder para as negociações a respeito do valor justo para as suas terras e do outro as grandes empresas que pagam o que entendem ser o conveniente, além da falta de melhores critérios quanto a escolha de terras de qualidade para as famílias realocadas.

Outras consequências desses empreendimentos têm ocorrido no Brasil na forma da elevação dos indicadores de pobreza, desestruturação social e econômica de famílias rurais, bem como de comunidades tradicionais como indígenas e ribeirinhas que foram obrigadas a

---

<sup>15</sup> Este dossiê, publicado em 01/01/2000, tem como objetivo denunciar e abordar a trajetória histórica de como as populações atingidas foram tratadas ao longo de décadas, assim como explicar a situação destas populações e o tratamento que recebem dos órgãos responsáveis pelo setor elétrico brasileiro. Tem também a intenção de contribuir com a solução dos problemas que ainda hoje são enfrentados por esta população e identificar os pontos centrais da agressão e da violência que enfrentam.

migrar e, como consequência disso, constituem uma grande massa sem uma clara função social definida, estando ainda sem renda fixa e obrigados a subempregos ou a atuarem no setor terciário como camelôs ou trabalhando em diversas outras funções de baixo ganho.

Compreende-se que esses problemas de caráter social têm a ver com uma tríade que envolve processos sociais, políticos e econômicos equivocados, as vezes, e que não levam em conta as particularidades de muitas famílias atingidas. Movimentos de apoio aos atingidos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à igreja católica, chama a atenção para mais um impacto desses empreendimentos na vida dos atingidos, ou seja, a perda do território imaterial ou lugar de identidade, já que a inundação das áreas acarreta a formação de grandes reservatórios e a consequente inundação das terras. Segundo denuncia a entidade, o homem do campo tem perdas não apenas financeiras, mas também sua história, sua cultura, seus símbolos, sua forma de organizar e produzir no espaço, o lugar identitário, que garante a significação enquanto o pertencer a terra. “A destruição do território que o identifica o obriga a construir uma nova identidade que se torna distante de sua realidade histórica e social vindo a se transformar em reserva de mão de obra em favor do capital e daqueles que possuem os meios de produção” (DOSSIÊ MAB, 2010, p.5).

No Norte de Minas Gerais, a relação entre a organização dos movimentos de barragens e os atingidos também evidencia as “lutas de poder” que se configuram como uma de várias situações envolvendo a instalação desses empreendimentos, entre as quais destacam-se: a valorização aquém de mercado dos lotes; realocação para áreas desprovidas da mínima infra-estrutura necessária para a continuidade de atividades produtivas para subsistência própria ou comercialização do excedente, entre outras dificuldades. No caso da barragem de Berizal<sup>16</sup>, por exemplo, o MAB publicou em seu site a seguinte reportagem “Ameaçadas pela barragem de Berizal (MG) fortalecem organização”<sup>17</sup> para demonstrar o poder de mobilização das comunidades quando é necessário protestar a respeito de condições inadequadas que provém da construção de algumas usinas hidrelétricas.

No último dia 11 de agosto de 2015, mulheres ameaçadas pela Barragem de Berizal, no norte de Minas Gerais, participaram de encontro no município de Indaiabira. A atividade é um projeto que esta sendo desenvolvido em todo o

---

<sup>16</sup> A construção da barragem de Berizal, localizada entre os municípios de Taiobeiras e Berizal, teve início em 1997, sob a gestão do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), mas está paralisada a cerca de 18 anos, com 40% da obra concluída, por falta de liberação de órgãos ambientais do governo de Minas. Com sua conclusão, uma população superior a 210 mil pessoas será efetivamente beneficiada. Reportagem publicada no Jornal Montes Claros em 5 de dezembro de 2017 e disponível em: <<<https://jornalmontesclaros.com.br/2017/09/05/norte-de-minas-obras-da-barragem-de-berizal-serao-fiscalizadas/>>> com acesso em 25/06/2017.

<sup>17</sup> Reportagem publicada no site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 12 de janeiro de 2015 e extraída do site: <<<http://www.mabnacional.org.br/noticia/amea-adas-pela-barragem-berizal-mg-fortalecem-organiza>>> em 24/10/2017

Brasil para reproduzir as experiências das mulheres ameaçadas e atingidas por barragens, retratando, principalmente, o processo de violações dos direitos causados nas construções de barragens. Com o objetivo de organizar as mulheres e denunciar as violações cometidas com a construção das barragens, as mulheres construíram a *arpillera*, técnica de bordado que tem sua origem no Chile, onde as mulheres a utilizaram no processo de resistência à ditadura para retratarem as opressões naquela época. Sendo assim, a *arpillera* deixa de ser um simples bordado para ser uma ferramenta política de denúncia. Com essa perspectiva, as mulheres do MAB em todo o Brasil estão resgatando a técnica. Segundo Maria Aparecida, militante do MAB, "a *arpillera*, além de ser uma formação política, é uma maneira de denunciar os abusos de direitos e demonstrar os nossos sentimentos e as nossas histórias através da arte têxtil. (MAB, 2015, p.1).

Então, a seu modo, os atingidos por esses empreendimentos buscam elaborar formas de resistência para denunciar seu inconformismo e sobre as eventuais perdas as quais estão submetidas diante de tais empreendimentos. Mesmo que essas famílias norte-mineiras recebam a ajuda do MAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim como do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), perdas são facilmente identificadas como foi o caso mais recente da hidrelétrica de Irapé que foi inaugurada em 2006. Zhouri e Zucarelli (2010), comentam, a esse respeito, que a obra acarretou em alterações consideráveis nas dinâmicas sócio produtivas, nas relações de parentesco, bem como alterações variadas na vida das populações “atingidas”.

Já HAESBAERT (2006), por sua vez, em suas abordagens sobre território ou à territorialidade, considerados conceitos centrais na Geografia e analisados e conceituados desde a década de 1960, encontram-se discutidos também em outras áreas do conhecimento, como na Ciência Política, na Sociologia, focados nas relações sociais e na Antropologia.

OLIVEIRA (1998), ao se referir à discussão do território na Antropologia comenta que a discussão não é tão recente. Para ele, a noção de território “foi utilizada por Morgan para diferenciar formas de governo e associadas aos grupos de parentesco ou à propriedade. O conceito foi também retomado por Fortes e Evans Pritchard na classificação de sistemas políticos africanos” (OLIVEIRA, 1998, p.252).

LITTLE (2003), argumenta que a renovação da discussão sobre territorialidade na Antropologia busca abordar a conduta territorial como parte integrante dos grupos humanos. Portanto, o antropólogo conceitua territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, de maneira a convertê-lo em seu território. Por sua vez, o teórico busca compreender a relação de um grupo com seu território, a partir do conceito de cosmografia,

que envolveria, por exemplo, os vínculos afetivos e as formas de defesa do território. Tal conceito, a seu ver, é:

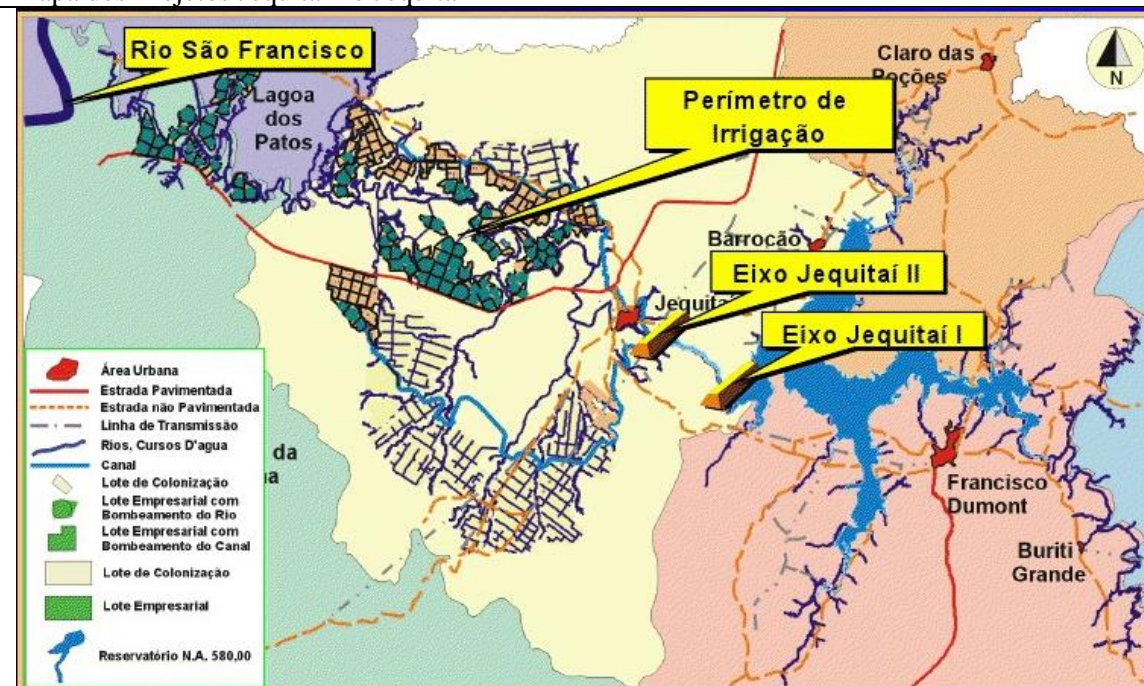
Definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2003, p. 254).

Dai compreende-se que existe um elo afetivo com a terra e com os demais habitantes que fazem múltiplos usos dela. A terra tem uma significação importante para quem a habita e retira o sustento dela. Além disso existe a memória coletiva e com base nessas características advém então a necessidade de defender o seu território, mesmo que exista uma justificativa de que o uso, a partir desses empreendimentos, seja para o bem comum supostamente beneficiado em sua integralidade pelas benesses advindas com a viabilização desses empreendimentos.

## **1.2– Conflitos na Comunidade do Barroão**

Barroão é uma comunidade situada na zona rural da cidade de Jequitaiá no Norte de Minas. O acesso até o local é realizado a partir da sede do município de Jequitaiá, sendo necessário seguir pela rodovia MG-208 percorrendo uma distância de quase 20 quilômetros entre o município sede, Jequitaiá, até a comunidade. O povoado possui mais de 200 famílias, superando os 650 habitantes. Elas sobrevivem da agricultura de subsistência em que sobressaem plantações de milho, batata, feijão, abóbora, e cultivo do pequi e do algodão. Alguns delas também possuem criações de porcos e galinhas, enquanto outras também obtêm renda com o extrativismo do pequi comercializando-o *in natura* ou manufaturado na forma de compotas com óleo e raspas do fruto que, uma vez armazenado a baixa temperatura em freezers, pode vir a ser consumido durante todo o ano. A piscicultura é outro meio de renda de algumas famílias da comunidade que se aproveitam do Rio Jequitai para a captura dos peixes e irrigação das culturas. A média salarial da comunidade é de quase um salário mínimo (R\$ 930 em valores até 22 de março de 2018). Assim como comunidades de outras 16 cidades da região que receberão a barragem do Rio Jequitaiá. Barroão é a comunidade que está mais próxima dos eixos I e II do Projeto Jequitaiá conforme mostra o mapa a seguir:

FIGURA 02 – Localização do canteiro industrial de obras dos eixos I e II do Projeto Jequitai  
 Mapa dos Projetos Jequitai I e Jequitai II



FONTE: Agência Minas, 2012

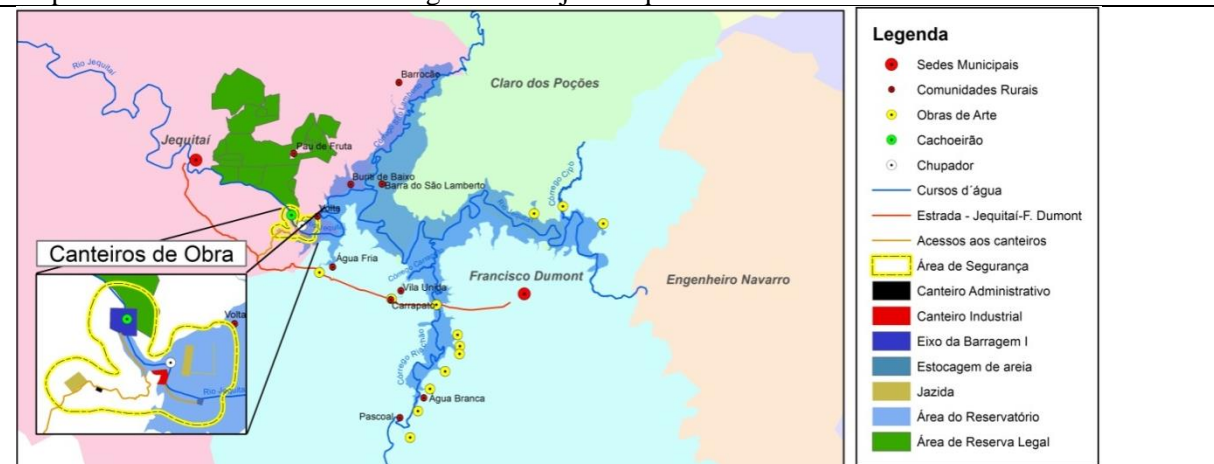
Já o mapa abaixo, disponibilizado pelo PAS do Projeto da Barragem do Rio Jequitai, (<https://projetojequitai.wordpress.com/>) e também de página de notícias na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/projetojequitai/>) do Programa de Assistência Social (PAS), do Projeto Jequitai, ilustra não somente a porção destinada ao canteiro de obras do empreendimento, mas também algumas das comunidades que estão sendo atingidos pela obra, como Barroco e Buriti de Baixo que estão bem próximas dos cursos d'água como demonstra a legenda. A proximidade com esses mananciais é apontada pelos habitantes como um dos maiores benefícios em residirem ali e que temem que para onde serão realocados com a inundação de suas terras pela barragem, não consigam mais ter a oferta de água tão perto como é atualmente.

O mapa mostra ainda a localização dos atuais canteiros de obras da instalação da Barragem I que já possui o licenciamento ambiental. A segunda fase do projeto ainda depende da aprovação dos órgãos que conferem a licença ambiental como o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). O termo técnico intitulado de “Obras de Arte” têm a ver com a construção de pontes e galerias nos locais indicados pela legenda ou ainda elevação e ampliação para a garantia da permanência dos acessos locais durante e após o enchimento do reservatório, conforme explica uma das matérias publicadas no blog do PAS do Projeto Jequitai que atesta ainda, conforme o mapa, que a chamada área de reserva legal abrangirá



uma área equivalente a 20% da área total da Barragem I do Projeto Jequiitá, sendo também representativa do ambiente natural da região na qual o empreendedor será obrigado a manter para a conservação da biodiversidade e o abrigo e proteção da fauna e flora nativas.

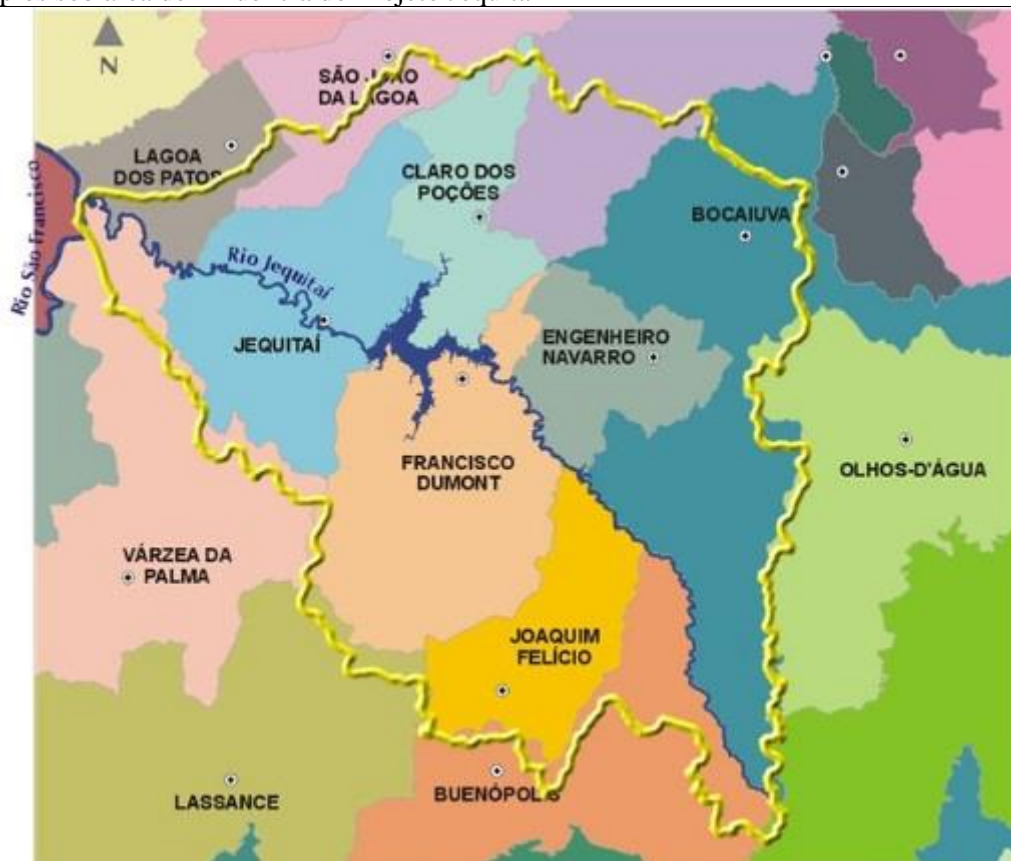
**FIGURA 03 – Localização do canteiro industrial de obras próximo à comunidade de Buriti de Baixo**  
**Mapa do canteiro de obras da barragem do Projeto Jequiitá I**



FONTE: Jequiitá em Pauta, 2014.

FIGURA 04 – Área de influência da barragem do Jequitaiá I

Municípios sob área de influência do Projeto Jequitaiá I



FONTE: Projeto Jequitaiá em Pauta, 2014.

No Barrocão existe apenas um estabelecimento de ensino denominado de Escola Municipal Crisóstomo da Mota que oferece ensino infantil e fundamental e se localiza na praça do povoado denominada de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Durante o trabalho de campo foi possível identificar que o lugar sofre com a estiagem prolongada na região norte-mineira. Porém, o abastecimento feito por carros pipa tem ajudado a amenizar os problemas acarretados pela falta de índices pluviométricos mais expressivos. Entidades de assistência ao homem do campo, como o Serviço Nacional de Agricultura (Senar), também têm oferecido apoio à comunidade, conforme demonstra reportagem<sup>18</sup>:

O Projeto Jequitaiá, em parceria com a gerência regional do SENAR MINAS em Montes Claros e o Sindicato dos Produtores Rurais de Jequitaiá, estão promovendo durante essa semana dois cursos de formação profissional rural para produtores e trabalhadores rurais da comunidade do Barrocão, no município de Jequitaiá/MG. As atividades se dão no contexto do Programa de Educação Ambiental do Plano Gestão Ambiental Integrado – PGAI da

<sup>18</sup> Reportagem extraída de site intitulado de “Jequitaiá em Pauta” com notícias referentes às comunidades atingidas pela barragem do Rio Jequitaiá-MG. Extraído de: <<<https://projetojequitai.wordpress.com/2015/02/03/projeto-jequitai-fortalecendo-as-atividades-produtivas-no-meio-rural/>>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

Barragem I do Projeto Jequitaiá. Ademais, o trabalho conta também com a orientação das equipes do Plano de Assistência Social (PAS/BARRAGEM), o qual prevê a realização de ações de formação profissional de forma a complementar e expandir as atividades produtivas dos vários segmentos sociais atingidos pela barragem. (PROJETO JEQUITAIÁ EM PAUTA, 2015, p.1).

Algumas atividades são voltadas para o empreendedorismo e para a convivência com a nova realidade social provocada pela barragem conforme mostra a reportagem. A intenção é fazer com que os trabalhadores rurais possam expandir suas atividades produtivas tendo mais opções de renda quando forem realocados para as novas áreas após a inundação do atual território.

Barroço também é dotado de uma Unidade Básica de Saúde composta por um enfermeiro e um técnico de enfermagem para atendimento a casos mais simples envolvendo a saúde. Naqueles casos em que se necessita de cuidados mais especiais, conforme contam os moradores entrevistados em 13/10/2017, os pacientes são encaminhados para Jequitaiá ou Montes Claros. Na praça principal da comunidade também existe uma igreja católica e alguns metros do tempo, também existe uma igreja evangélica, a Assembleia de Deus.

A principal atividade econômica desenvolvida na comunidade é o extrativismo do pequi que, assim como em todo o município de Jequitaiá, é considerada uma das principais fontes geradoras de renda para a população de lá, conforme explica reportagem da Revista Encontro<sup>19</sup>:

O extrativismo do pequi é tradicional em Jequitaiá, cidade no norte de Minas que tem pouco mais de 8 mil habitantes. O fruto é encontrado com abundância nas áreas de cerrado e se destaca pelo seu sabor diferenciado e pela alta qualidade. O consumo e a comercialização da fruta in natura têm significativa importância socioeconômica para a população da região. O extrativismo do pequi no município se concentra entre os meses de dezembro e janeiro. Durante estes meses o fruto é um reforço alimentar e de renda para aproximadamente 300 famílias extrativistas do município, que comercializam o produto na BR-365 e para atravessadores. Muitas destas famílias têm na coleta do pequi a sua única fonte de renda", explica o extensionista João Denilson Oliveira, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG). Com o objetivo de incentivar o extrativismo e a conservação do cerrado, os técnicos da Emater-MG realizaram, em janeiro, dois cursos de capacitação em beneficiamento do pequi. Trinta produtores da agricultura familiar, tradicionalmente extrativistas, das comunidades rurais de Lavandeira e Barroço, participaram

---

<sup>19</sup> A revista dedicou uma das reportagens ao extrativismo do pequi que ocorre em Jequitaiá e Barroço em matéria intitulada de "Colheita de pequi é a principal fonte de renda em Jequitaiá" e cujo subtítulo é: Técnicos da Emater-MG ajudam na capacitação de trabalhadores de comunidades rurais no norte de Minas, para que a extração seja consciente e, com isso, ajude na conservação do cerrado. Extraído de <<<https://www.revistaencontro.com.br/canal/gastro/2014/02/colheita-de-pequi-e-a-principal-fonte-de-renda-em-jequitai.html>> com acesso em 25/10/2017.

do treinamento. Durante a prática, eles aprenderam a fazer polpa de pequi em conserva, pequi congelado, boas práticas de fabricação de alimentos e manejo para o extrativismo sustentável. (AGÊNCIA MINAS, 2014, p.1)

O Pequi e sua árvore, o Pequizeiro, são o fruto e a espécie mais conhecidos dos Cerrados Brasileiros, não apenas pela sua reconhecida apreciação alimentícia, mas pelo conjunto de valores que eles representam para as populações: econômico, cultural, ecológico, gastronômico e medicinal.

O *Caryocar brasiliense* Camb., da família Caryocaraceae, é também conhecido como pequi, piqui, piquiá, piqui-do-cerrado, piquiá bravo, pequerim, amêndoa-de-espinho, grão-de-cavalo e suari (ALMEIDA et al., 1998; DEUS, T., 2008).

O gênero *Caryocar* é originário do grego caryon (núcleo, noz) e kara (cabeça), devido ao formato globoso do fruto. O nome pequi ou piqui tem origem indígena, significando: py = pele, casca e qui = espinho, isto é, “casca espinhenta”, referindo-se aos espinhos que formam o endocarpo envolvendo a castanha (MACEDO, 2005, p.33).

As áreas de ocorrência da espécie são o Cerradão Distrófico e Mesotrófico, Cerrado Denso, Cerrado, Cerrado sentido restrito e Cerrado Ralo. O pequi pode ser encontrado em diversos estados do Brasil: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins (ALMEIDA et al., 1998).

Quanto aos aspectos morfológicos, o pequizeiro representa uma árvore frondosa, medindo cerca de 10 metros de altura, esgalhada, tortuosa, tronco curto e recoberto por casca espessa, acinzentada, áspera, gretada. Possui folhas opostas, com três folíolos ovais, peciolados, pilosos, de bordas recortadas, nervuras proeminentes na face inferior, porém bem visíveis na superior. As flores são grandes, vistosas, com pétalas brancas ou brancoamareladas, perfumadas. Os frutos têm a coloração verde, de tamanhos variados, pesam até mais de 100 gramas, contendo em seu interior de um a quatro caroços, com endocarpo espinhoso e polpa amarelo-alaranjada. Quando maduros, a casca dos frutos torna-se mole, sem alterar a coloração. No interior dos caroços, há a amêndoa ou castanha, que apresenta altos teores de óleos (MACEDO, 2005, p.37).

Os habitantes do Barroco, entrevistados, relataram que a produção do pequizeiro não obedece a uma lógica racionalizada, semelhante a uma máquina que produz de forma padronizada e sequencial, ele tem sua lógica própria. Partindo desse pressuposto, se em um ano o pequizeiro produziu bastante, no próximo a produção será menor. Os camponeses sertanejos sabem disso. Se no ano a produção foi grande, o preço diminuiu; no ano seguinte, se a produção for menor, o preço será maior. Uma coisa compensa a outra e o pequi entra na lógica da oferta e procura no mercado capitalista.

O pequi também tem importante destaque na alimentação sertaneja pelas suas propriedades nutricionais. De acordo com Afonso e Carvalho (2009, p. 13), entre outras propriedades nutricionais, o pequi apresenta altos teores de caroteno, proteínas, fibras e vitaminas A e C.

Segundo Chévez Pozo (1997), o pequi constitui-se numa importante fonte de renda no Norte de Minas Gerais, sendo processado e comercializado por pequenas indústrias de licor, óleos, sabão e doces. Além disso, as cooperativas regionais recentemente têm expandido a oferta de produtos derivados do pequi no mercado local, regional e nacional. Este último, principalmente, no mercado das cidades de abrangência dos Cerrados.

No povoado do Barroirão, especificamente, a coleta é familiar, realizada pelo pai, mãe, filhos e filhas, genros e noras. O dinheiro obtido por cada membro da família com a coleta e venda de pequi é individual, mesmo estando juntos durante a coleta. “A época em que todo mundo tem um dinheirinho” é a expressão mais comum encontrada entre os habitantes de lá e foi utilizada por AZEVEDO (2008) para explicar que, geralmente, todos os membros da família vão catar o pequi.

Segundo o autor, com o pequi, “diferentemente das plantações que são feitas pela família, onde o que se colhe é da ‘casa’, aqui, trabalhando juntos ou separados, o que cada um ganha é seu” (AZEVEDO, 2008, p. 66).

No Barroirão, nem todas as rendas obtidas com a venda do pequi seja de fato individual, tomando a família camponesa como análise. Uma simples pergunta direta aos produtores rurais talvez poderia nos conduzir ao entendimento de que a renda do pequi seja individual, já que geralmente, consoante nos foi declarado, cada um coleta o pequi para si.

Normalmente, as famílias e cada membro têm um propósito previamente definido com a coleta daquele ano. Os bens mais frequentes adquiridos foram: alimentos, eletrodomésticos, bicicletas, cavalos, gado bovino, motos, carros e caminhonetes. Também, com o dinheiro do pequi, são feitas reformas nas casas, e alguns compradores locais e camponeses guardam ou emprestam o dinheiro a pessoas de sua confiança. Muitos ali trabalham juntos em um ano na coleta do pequi, e com o resultado dela, compraram uma geladeira; no outro ano adquiriram uma máquina de lavar roupas. Em outra família, as filhas ajudam os pais a catar o pequi, sendo concedidos a elas, seus próprios “dinheirinhos”. Além disso, a mãe das meninas informou que não as obriga a trabalhar na coleta do pequi e, mesmo quando elas não ajudam, os pais compram, usando do dinheiro advindo da comercialização do fruto, as coisas de que elas necessitam. Alguma parte da renda obtida com a coleta do pequi é voltada para auxiliar na despesa da casa ou compra algo de que a família necessita, como a

compra de alimentos e de bens duráveis. Por conseguinte, é um dinheiro coletivo. O fruto é coletado nos pequizeiros situados na comunidade do Buriti de Baixo e nos arredores do Barroco também. Muitas dessas árvores estão situadas também no quintal de algumas casas e sua coleta é autorizada por todos de forma solidária e sem a existência de conflitos durante o período em que o fruto é extraído e que geralmente ocorre entre novembro e fevereiro de cada ano.

Novamente se vê a preocupação de entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER) em fomentarem a geração de negócios na comunidade para que a população ali tenha também uma fonte de geração de renda, seja através do extrativismo do pequi ou de outras atividades econômica. A seguir, a carta imagem da comunidade do Barroco.

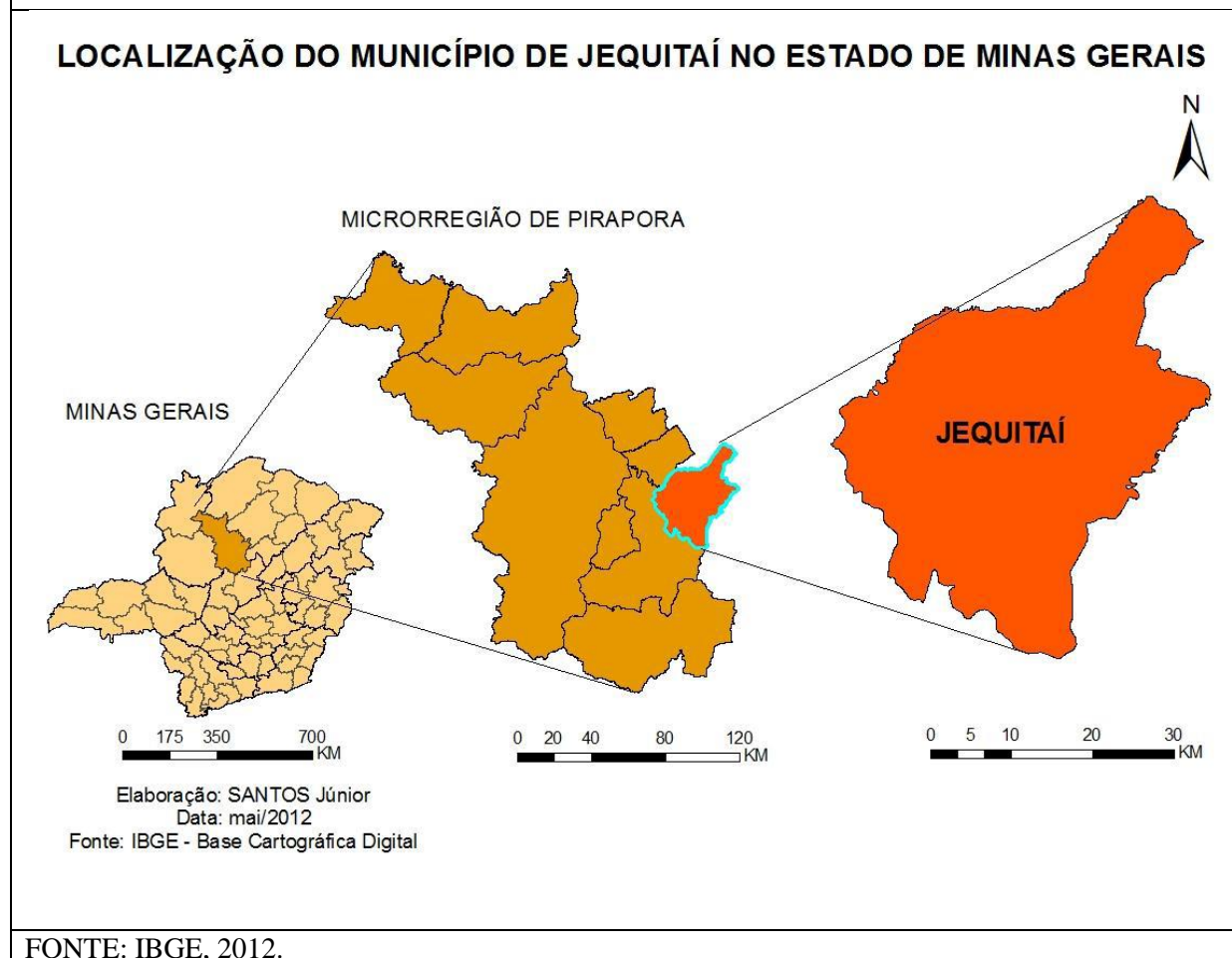
FIGURA 05 – Carta imagem do Barroço



FONTE: Google Earth, 2018.

A cidade de Jequitaiá está situada a 100 quilômetros de Montes Claros, no Norte de Minas, e localiza-se, geograficamente, na porção Centro Norte de Minas. Para chegar à cidade a estrada disponível é a BR 365 no sentido Montes Claros-Pirapora. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Gestão e Estatística (IBGE), referentes a 2017, a cidade possui uma área de 1268,4 quilômetros quadrados e população de 10.723 habitantes, sendo que a maior parte, 6.419, reside na zona urbana do município.

FIGURA 06: Localização do município de Jequitaiá



Segundo dados obtidos junto ao site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG), a cidade de Jequitaiá teve sua origem no encontro de quatro diamantes realizado por dois escravos que passaram pelo município em 1872. Ao pararem na margem do rio para uma refeição, notaram que este era semelhante ao Jequitinhonha, e usando seus chapéus de couro como bateia conseguiram pegar quatro diamantes, conforme outras informações também divulgadas no site da prefeitura<sup>20</sup>:

O nome do mesmo surge com os escravos e garimpeiros que para se alimentar, armavam o jequi (cercado de pedras) dentro do rio. Devido à significação e origem, Jequi = balaio, Ita = pedra, Hy = rio, “balaio cercado de pedras dentro do rio”, origina-se Jequitahí, que nos dias atuais conserva-se Jequitaiá. (ALEMG, 2016, p1).

<sup>20</sup> Informação extraída do site do site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: <<<http://www.alem mg.gov.br/>>> em 26/10/2017.



A cidade se forma a partir de um próspero garimpo de diamantes, no qual se formou um arraial, dando origem a cidade de Jequitaiá. No início o arraial denominava-se Nossa Senhora da Conceição do Jequitaiá, sendo que no ano de 1884 foi elevado a cidade, porém permaneceu com este posto apenas até 1890, ano em que tornou-se distrito de Montes Claros, com o nome de Vila Nova do Jequitaiá. Em 1948, esta alcança sua emancipação, e recebe o nome oficial de Jequitaiá.

A grande produção de diamante, cristal e outros minerais o fizeram um município de grande comércio. Foram atraídos comerciantes e vendedores ambulantes de todas as partes e condições financeiras. Havia grande movimentação na região, influenciada pela lavoura e, em grande parte, pela extração de diamantes, a ponto de ser necessário construir uma fábrica de lapidação, cujas ruínas inda existem para atestar às gerações vindouras.

Das lavras de garimpo foram extraídas preciosas gemas de altos quilates, dentre estas, apurou-se uma que alcançou o peso de catorze oitavas e quarenta e seis grãos<sup>21</sup>, cujo registro consta nos “Anais da Terra Mineira” (2013). Sempre invejada pelos municípios vizinhos, por suas riquezas naturais Jequitaiá foi, vítima de traições por políticos gananciosos e inescrupulosos, que lhe conspiravam. Desta forma a atividade econômica da bacia do rio Jequitaiá é pouco expressiva e diversificada, destacam-se: a agropecuária e a agroindústria (laticínios).

A sub-bacia hidrográfica do Rio Jequitaiá, localiza-se no Médio São Francisco. Re-presenta 1,37% da área da Bacia do São Francisco e vazão de 46 m<sup>3</sup>/s. A Bacia do Rio Jequitaiá está inserida na (UPGRH) Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos localiza-se na região Norte de Minas Gerais, sendo afluente da margem direita do rio São Francisco. São seus principais rios: Jequitaiá, São Lamberto, Guavanipã, Córrego Fundo ou Riachão, Córrego Embassaia e Cabeceiras do Rio Jequitaiá. (PBHSF, 2004, p.73).

Os números que têm a ver com o Rio Jequitaiá demonstram a grandeza de sua estrutura e potencialidade. Daí decorre o interesse das autoridades em viabilizar o empreendimento da barragem; não apenas ainda pela localização privilegiada, mas ainda diante da vazão que favorece na alimentação da barragem hidroelétrica.

---

<sup>21</sup> O grão (grain) é uma unidade de medida de massa equivalente a um sétimo do milésimo (1/7000) da Libra equivalente a aproximadamente 64,8 miligramas ou 0,0648 gramas. Antigamente, grãos de cereais eram usados para balancear o peso do ouro. Informação extraída do site ALEMGO: <<<http://www.alemgo.mg.gov.br/>>> em 26/06/2018

De acordo com dados do Projeto Radar da Amazônia (Radam Brasil)<sup>22</sup>, o Rio Jequitaiá nasce na Serra do Espinhaço, em altitude de 1.350 m e após um percurso aproximado de 300 quilômetros tem sua foz junto ao rio São Francisco em altitudes inferiores a 500 metros, apresenta uma área de drenagem de 8.830 km<sup>2</sup>, com alguns pontos retilíneos, escoando no sentido sudeste-noroeste. Seus maiores afluentes são os rios São Lamberto e Guavinipã. ARAÚJO (2010), comenta a respeito das características geomorfológicas do rio Jequitaiá:

Ao analisar a rede hidrográfica da Folha de Jequitaiá- MG percebe-se que é composta por padrões de drenagem dentrítico e paralelos na maior parte da folha e um alto grau de antropização, sendo o Rio Jequitaiá, o principal curso d'água. De suma importância para as comunidades ribeirinhas e, em muitos casos, para a sociedade geral, atividades como a mineração e agricultura, antropizam as margens do Rio Jequitaiá, aumentando a concentração de sedimentos em suspensão, em seu fluxo. (ARAÚJO, J.D. 2010, p.29).

Estão inseridos total ou parcialmente nos limites da bacia, 11 municípios com população de aproximadamente 87.828 habitantes. O Rio Jequitaiá é um dos principais afluentes a margem direita do São Francisco e possui vários córregos. Além disso, por sua formação física hoje poderá ser usado em um projeto de irrigação.

---

<sup>22</sup> Em outubro de 1970 foi criado o Projeto RADAM - Radar na Amazônia - priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevanteamento. Devido aos bons resultados do projeto, em julho de 1975, o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando o mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAMBRASIL. Extraído de: << <http://www.cprm.gov.br/publique/>>> em 24 de outubro de 2017.

FIGURA 07: Vista do curso d'água do Rio Jequitaiá



Fonte: ARAÚJO, V.A.A., 2012

A partir da pesquisa, alguns problemas foram observados, tais como o desmatamento ilegal para carvão vegetal, assoreamento do rio devido à construção de estradas e à presença de areiras e degradação devido a atividades de mineração.

Segundo BRASOL (2009), aplicando a esta classificação, ocorre a observância dos seguintes elementos:

Verifica-se que na região da Bacia do Rio Jequitaiá ocorrem dois tipos de clima, descritos segundo esta metodologia. Aw - Clima tropical de savana, inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média do mês mais frio é superior a 18° C. Este tipo de clima prevalece principalmente nas áreas de altitudes mais baixas, no Centro-Norte da área, assim como nos vales dos rios. Cwa - Clima de inverno seco e verão chuvoso. Temperatura do mês mais quente superior a 22° C. O mês mais seco tem precipitação inferior à décima parte da precipitação do mês mais chuvoso. (BRASOL, 2009, p.15).

Em relação à geologia e tais características levantadas pelo teórico, o mapa obtido no site institucional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Vale do Parnaíba (CODEVASF), pode ajudar a situar melhor sobre essa realidade na medida em que situa melhor as áreas que têm a ver com o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitaiá.

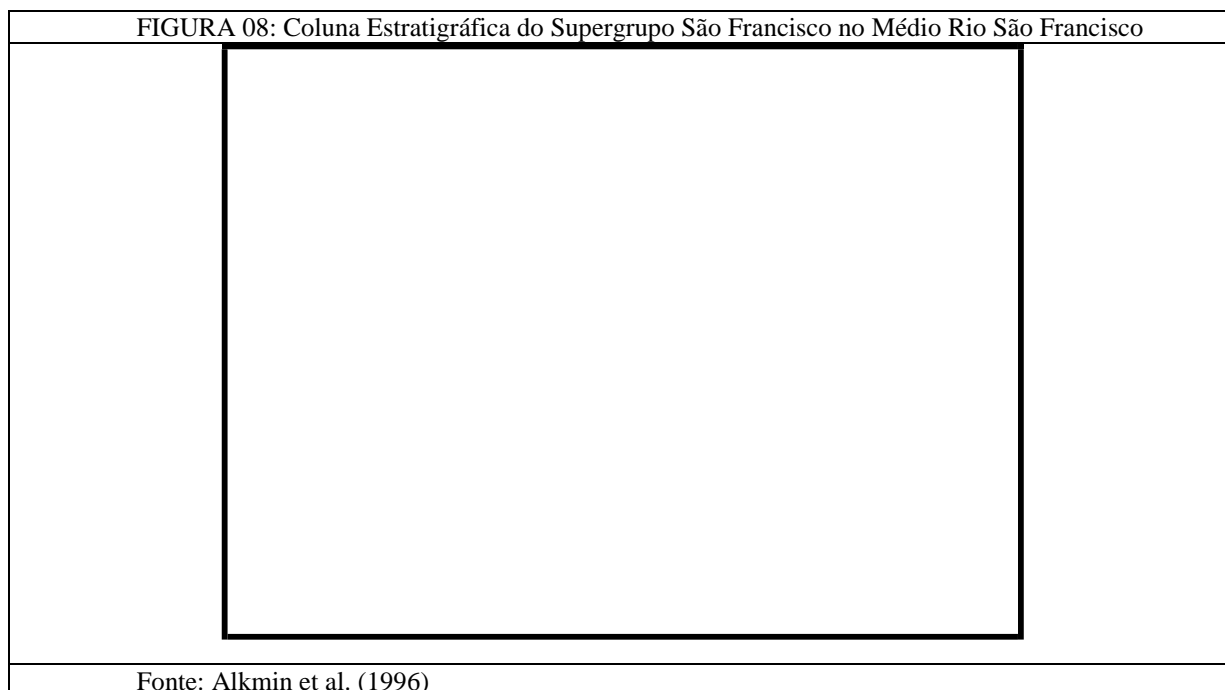
BRASOL (2009) reforça que a Formação Jequitai é composta, predominantemente, de diamictitos maciços e estratificados com intercalações raras e pouco espessas de arenitos e ritmitos. A matriz, siltoargilosa, é constituída por quartzo, sericita, feldspato e carbonatos. Na parte inferior da formação, predominam diamictitos maciços, com pouca evidência de acamamento e de intercalações sedimentares. Outras características geomorfológicas são observadas:

O Grupo Bambuí constitui a principal unidade litoestratigráfica neoproterozóica no Cráton do São Francisco, pela sua grande extensão e pelas características relativamente constantes dos seus sedimentos. A subdivisão litoestratigráfica aqui adotada compreende do topo para a base, as formações Três Marias Serra da Saudade, Lagoa do Jacaré, Serra de Santa Helena e Sete Lagoas. Na parte superior, predominam camadas de diamictitos, com variações na quantidade dos seixos e na composição dos mesmos. Aparecem intercalações descontínuas de arenitos médios, maciços, geralmente lenticulares e mesmo arenitos conglomeráticos gradados e ritmitos síltico-argilosos, com pequena espessura e extensão lateral, indicando que a sedimentação da Formação Jequitai foi subaquosa. (ARAÚJO, 2015, p.43).

As características geomorfológicas apontam também a riqueza mineral do local que já foi um importante entreposto comercial no início do século XX e onde existia garimpo de diamantes no local. ARAÚJO descreve ainda outras características geomorfológicas:

A geometria, textura, caráter maciço, estrutura de injeção na base sugere tratar-se de sedimentação por fluxo gravitacional em canais de degelo subaquosos. Os diamictitos maciços e estratificados da Form. Jequitai na Serra do Cabral são interpretados como glacio marinhos, depositados próximos do gelo, como fluxos de detritos glaciais. Camadas de diamictitos indicadas por variações na quantidade dos clastos e/ou composição da matriz são o resultado da justaposição de fluxos de detritos sucessivos. Este processo de ressedimentação na frente da geleira ocorre quando existem deslizamento e desmoronamento de detritos e gelo, ao adentrar a bacia marinha. (ARAÚJO, 2015, p.44).

A seguir tem-se a coluna estratigráfica:



Segundo ALKIMIN (1996), a Formação Jequitáí aflora sobre o Supergrupo Espinhaço, apresenta uma superfície basal com a presença de pavimentos estriados resultado da abrasão da base de geleira. A Formação foi inicialmente interpretada como fácies glaciocontinentais com base nos pavimentos estriados da sua base.

A região de Jequitáí apresenta extensas áreas de vegetação totalmente preservadas. Cenário este que será modificado com a construção da barragem, pois grande parte da vegetação será retirada ou ficará submersa.

Com relação à compartimentação geomorfológica da bacia do rio Jequitáí se definem as seguintes unidades: Planalto do São Francisco, Planalto do Jequitinhonha, Serra do Espinhaço, e Depressão São Franciscana. Os planaltos do São Francisco são formados por relevos tabulares predominantemente areníticos, recobertos por vegetação tipo cerrados, e entrecortados por cabeceiras de drenagem pouco aprofundados, conhecidas como veredas.

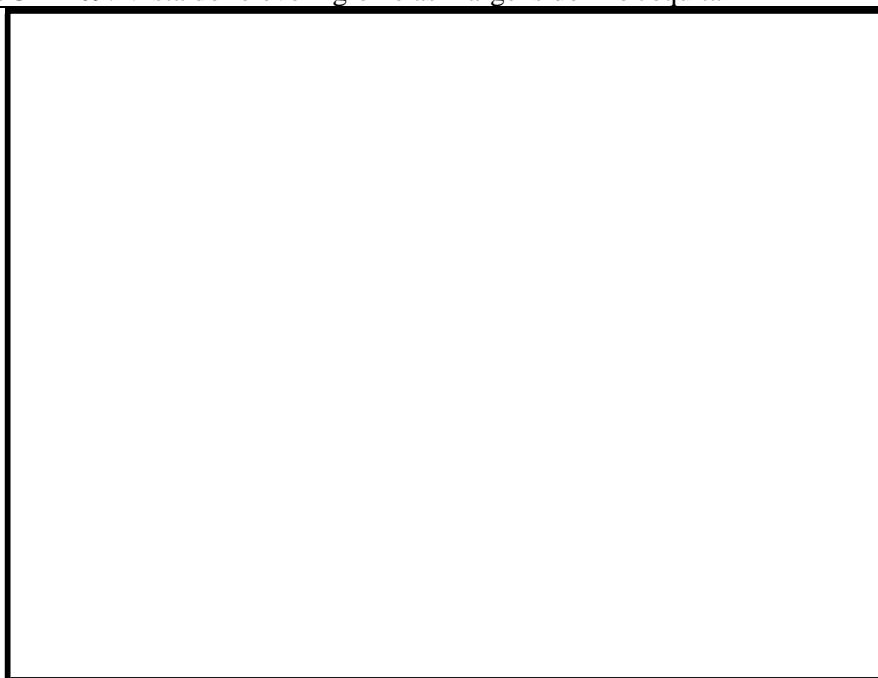
Os principais remanescentes do Planalto do São Francisco, na bacia do rio Jequitáí, são representados pelas Serras do Cabral e da Água Fria na porção Sul, e pelas Serras dos Fonecas e das Porteiras, na porção Norte.

O Planalto do Jequitinhonha, do mesmo modo que a unidade anterior são áreas de relevo residual com topos aplainados e subnivelados. Nelas as altitudes estão próximas a 900 m, sendo correlacionadas à superfície de aplainamento Cretáceo Superior Terciário Inferior. Remanescentes do Planalto do Jequitinhonha ocorrem, na porção Leste da bacia do rio Jequitáí, no divisor d'água dos rios Caatinga e Guavinipã.

“Na superfície de cimeira, tem-se um relevo do tipo Formas Tabulares. Sobre a depressão São Franciscana, desenvolvida ao longo da drenagem do Rio São Francisco, os estudos indicam que a evolução dessa depressão não teve caráter periférico na maior parte da área.” (ARAÚJO, 2015, p.49). Ela desenvolveu-se inicialmente, nos vales dos grandes rios orientados por fraturas e, posteriormente, sofreu alargamentos por pediplanação. Este desenvolvimento lateral não mascarou os condicionamentos estruturais pretéritos.

A Serra do Espinhaço ocupa a porção Leste da bacia. Nesse local, encontram-se relevos dos tipos: Formas Tabulares Levemente Onduladas com Cobertura Coluvionar (SE XI), associados à superfície de Aplainamento Cretáceo Superior/Terciário Inferior; e Cristas, Picos e Vales Encaixados (SE X) que são relevos de transição entre a superfície de cimeira e a Depressão São Franciscana segundo informações de Penha (2001) apud Lana e Castro (2006, p.4), “a bacia do rio Jequitai apresenta uma geomorfologia marcada pelas serras da Água Fria, Porteiras e do Cabral, além da própria serra do Espinhaço”. Como se pode visualizar na figura 06, o relevo é bastante íngreme e marcado pela presença de serras. Porém, nem todas se encontram na área a ser inundada.

FIGURA 09: Vista do relevo íngreme as margens do Rio Jequitai



Fonte: ARAÚJO, V.A.A. 2012

O morador de Barroão, V.C.R., 58 anos, comenta que muitas mudanças têm ocorrido na comunidade desde quando se anunciou o advento da nova barragem. Ele relata que a CODEVASF tomou como uma das suas principais medidas, a divisão dos atingidos de

forma total e parcial. Tal metodologia foi utilizada, conforme afirma, para a oferta de terra no reassentamento. Foram, portanto, oferecido cinco hectares para fins de reassentamento.

A gente não gostou não do jeito que eles fizeram. Todo mundo aqui já tinha as suas terrinhas e plantava de um tudo aqui. Ai eles chegaram e falaram que nós não iria (sic) ter o direito de escolher o lugar pra gente ir não. Tinha que ser o que eles iriam dar e pronto! Ai falaram que também iriam pagar pra gente seis salários mínimos enquanto a gente estivesse no lugar novo. Só que esse povo não sabe que qualquer cultura para começar a pegar, leva um tempo de um ano mais ou menos. (VCR, 2017).

O atingido pelo empreendimento ainda lamentou o fato de que mesmo a obra não tendo iniciado, já foi possível identificar alguns problemas que antes não existiam na comunidade, tais como arrombamentos à residências, tráfico de drogas, abandono de algumas famílias da região, evasão de alunos da escola ali situada, entre outros. Para ele, “o território é a terra que pisa, de onde retira o sustento, o “lugarzinho” onde mora com seus familiares, encontra com os amigos”, e de onde pode prover o sustento.

Segundo considera HAESBAERT (2005), o território tem uma conotação material e também simbólica para quem convive nele como no fragmento do discurso expresso no parágrafo acima. Isto é, tem-se aí um processo de dominação e de poder desencadeado no contexto jurídico-político, como neste caso dos desapropriados pelo projeto hidroelétrico do Rio Jequitaí. Diante disso, poderá até existir uma apropriação e identificação com o novo território, mas isso não significa que todos conseguirão se adaptar a nova realidade com facilidade. É necessário, para isso, emergirem relações estabelecidas com as interações com os espaços e territórios e que podem ser de dominação e apropriação. Porém, o processo capitalista que acarreta tais mudanças, acaba por dificultar uma apropriação ou reapropriação dos espaços. Resumindo, o autor chama a atenção para que este e vários outros casos de barragens no Brasil fazem com que a terra de populações atingidas tenha as terras transformadas em mercadoria e moeda de troca, sem se levar em consideração o significado que tais comunidades fazem do território que habitam.

Não se leva em conta, por exemplo, as variadas relações sociais que são estabelecidas nos contextos de territorialização e que tem a ver com diferentes sujeitos, grupos sociais, sendo ou não desapropriados, bem como empresas ou o Estado.

Segundo Sack, citado por Haesbaert (2004), a territorialidade possui um aspecto simbólico, cultural, econômico e tem a ver com a organização dos espaços e aos significados atribuídos aos lugares. FERNANDES (2006), por sua vez, afirma que a territorialização, nada

mais é, que o resultado contínuo da expansão do território, e “a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2006, p.8).

Soma-se a isso o fato de que a memória também pode, dessa maneira, estar associada ao território. Segundo Saquet: “o acontecer e a memória dos fenômenos culturais no espaço consubstanciam território. A memória modifica ou sugere um espaço distinto, particular; condiciona, influencia e é condicionada, sujeitada, determinada. Há, aí, uma relação recíproca entre o pensar e o ser”. (SAQUET, 2005, p. 9).

Segundo a consideração do autor, as lembranças são reconstituídas no presente, o que permite proceder na sustentação da memória que faz com que se possa pensar ou repensar o que não foi permitido nos momentos vividos e propicia uma regeneração do tempo. Por isso que no particular à memória e ao território, este último “é, de todos os lugares de memórias espaciais, o que se identifica mais com a ação humana” (SAQUET, 2005, p. 9).

### **1.3– A Comunidade do Barroço e sua relação com o empreendimento hidroagrícola**

No trabalho de campo junto aos atingidos pela barragem do Rio Jequitai-MG, foi identificado, entre outros elementos, o receio de ir para uma área onde não existe a mesma abundância de água e de plantas como o pequi de onde extraem o pequi que também é uma fonte de renda para a comunidade de Barroço.

Alguns moradores temem bastante esta “nova territorialidade”, pois acreditam que terão dificuldades para a adaptação nas terras adquiridas. Alguns lamentam que algumas culturas irão demorar mais para que ocorra então a produção de alimentos na mesma intensidade que hoje, tanto para o consumo quanto para a comercialização em outras localidades. Verifica-se desse modo, o quanto a terra é importante para essas famílias, já que muitos dos seus membros disseram que gostariam que a terra ofertada fosse igualmente boa para a produção de subsistência e também para a comercialização do excedente.

Na análise que foi feita dos canais de comunicação (blog informativo “Jequitai em Pauta”) e comunidade no Facebook com o mesmo nome” sobre o andamento da obra identificou-se muito mais uma preocupação em evidenciar o caráter técnico e as supostas benfeitorias prometidas com a barragem que com os impactos sociais e ambientais que a mesma provocará junto as centenas de famílias que serão atingidas pelo empreendimento. Um dos trechos que garante ainda mais ênfase aos benefícios prometidos pelo projeto da barragem encontra-se no trecho a seguir:



Benefícios do Empreendimento: O Projeto Hidroagrícola Jequitaiá é um empreendimento de desenvolvimento regional, em que pode ser destacado como produto principal o uso múltiplo das águas de um imenso reservatório que será criado no rio Jequitaiá para controle de cheias do rio, geração de energia elétrica, abastecimento humano e lazer com o espelho d' água que será formado, entre outros. Área de Preservação Permanente: Segundo a Lei Federal Nº 12.651, é obrigatória a manutenção de uma área de preservação permanente de 100 metros no entorno de reservatório da Barragem Jequitaiá I. Nessa área, será permitido a realização de atividades de baixo impacto ambiental, como o acesso de pessoas e animais para obtenção de água, a coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, construção e manutenção de cercar da propriedade, etc. Segurança futura da Barragem I em relação às enchentes: Todos os estudos técnicos da Barragem I foram realizados para que ela não se rompa, nem com grandes eventos naturais, como a cheia histórica de 1989. Ademais, Barragem está sendo construída utilizando os mais altos padrões de segurança. Definição da linha d' água do reservatório (Área Diretamente Afetada): A área inundada pela Barragem I será de 9 mil hectares, o equivalente a, aproximadamente, 9 mil campos de futebol (ver mapa pág. 02). A profundidade máxima do Reservatório Jequitaiá I será de 41 metros e a largura máxima de 278 metros. (COSTA, 2015, p.2).

Esse processo de desterritorialização dos atingidos com a anuência do Estado, através das ações da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), além da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), tem tido como consequência não só o risco dessas famílias terem que conviver com uma área menos fértil que a atual, como ainda a extinção de formas culturais da comunidade de Barroirão, ou seja, “uma desterritorialização como perda de acesso à terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico (...), mas também como locus de apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2005, p. 172).

Toda essa importância que a terra representa a essas famílias também foi identificada no trabalho de campo. Alguns dos habitantes de Barroirão disseram que sentirão falta da terra de onde são naturais e que não tiveram uma impressão muito positiva quanto às áreas para onde serão realocados, após uma única visita que fizeram neste ano. Um dos atingidos afirmou que sentirá falta da atual morada e que se “não tem jeito”, resta contentar-se com a mudança. Segundo sua esposa, eles relutaram muito em querer mudar, mas depois que perceberam ser impossível continuar ali, tiveram que aceitar a realidade imposta.

Já o senhor A.P.S., 55 anos, produtor rural, falou que sentirá falta dos “cumpadres” que não ficarão próximos a sua nova moradia.

A seguir, algumas das entrevistas que foram realizadas com os moradores do Barroirão a respeito da mudança para outras áreas diante da inundação provocada pela obra.

Pesquisador: O senhor está satisfeito em deixar sua moradia para ter que ir para outro lugar?

*No início, não gostei muito da ideia não. Mas a mulhé (sic) e os fio (sic) foram explicano (sic) melhó a situação e pode ser até que lá a gente seje (sic) mais feliz né!*

Pesquisador: O que o senhor acredita que mais sentirá falta com essa mudança?

*Oiá (sic), a gente fica recordano (sic) o tempo todo que tá aqui. Mesmo sendo uma vidinha sofrida (sic), que até muito tempo atrás nem estrada tinha (...) a gente gosta mesmo assim daqui, já que nossos amigos tão tudo perto e lá não vai ser mais assim (A.P.S.)<sup>23</sup>.*

Já o senhor M.M.F., 63 anos, diz estar preocupado se na nova área terá acesso a terra fértil e água próxima de casa como é na atualidade. Ele conta que detém o documento das terras de herança e que a indenização oferecida não agradou muito, pois acredita que a terra vale muito mais pelo que está sendo ofertado. Ele acrescenta ainda que:

*Esse terreno é o seguinte, como diz ai, uma terra de herança; foi do meu bisavô que foi escravo e no ano dele entrar pra trabalhar como escravo; ele era filho de escrava, ai veio a alforria, o que fez com que o patrão dele que era um sujeito muito bom, desse pra ele esse pedacinho de terra que é muito boa. Então tenho esse documento que prova a quarta de terra que o patrão deu pra ele. Ai ele ficou mais minha bisavó nesse pedacinho de terra; assim como minha mãe. Foi aqui que ele casou, criou a família toda, veio os fio (sic) e eles foi casando, e ele firme continuou cuidando da terra, até chegá (sic) os fio dos outro fio que foi meu pai que também ficou morano (sic) aqui nesse mesmo lugar. Ai meu tio comprou uma casa perto do rio e da gente e todo mundo foi ficano perto de todo mundo. (M.M.F, entrevista concedida em 13/10/2017).*

As reminiscências do passado estão bastante presentes no imaginário coletivo conforme demonstram alguns desses relatos colhidos em campo. Com o decorrer do tempo, muitas famílias também promoveram benfeitorias em seus domicílios, embora muitos deles ainda conservem lembranças das residências de antigamente. Alguns moradores salientaram ainda que os quintais também lembram os das antigas moradias, já que boa parte dos atingidos pela barragem ainda constroem lugares para armazenarem os produtos cuja produção ocorre de maneira parecida ao que existia nas terras antigas. Tantas lembranças se materializam no vínculo com o atual território que deixarão de habitar em breve.

---

<sup>23</sup> Esse e os demais entrevistados da comunidade do Barroão/Jequitaiá-MG foram ouvidos em 13 de outubro de 2017 após serem questionados sobre suas impressões a respeito do projeto hidroagrícola e seus impactos no território que habitam.

## Capítulo II

### 2 – Processos de Territorialização: conflitos de água e terra

A discussão entre homem e território é bem antiga, pois remonta a época da pré história. No primeiro capítulo foi possível identificar que a relação entre homem e território tem a ver com o capital. De um lado, a necessidade de geração de energia e retenção de água para a geração de energia e do outro, famílias que são levadas a abandonar suas moradias em favor dessa lógica de uma maior geração de energia e de armazenamento da água para que não falte numa região que é tida, no imaginário popular, como seca e carente, embora muitos estudos contestem esse senso comum. As definições a respeito do que vem a ser território são bem variadas, conforme explica Tunes (2015):

É de nosso conhecimento o grande debate em torno do conceito de território com variações quanto à determinação de seus principais elementos. De Ratzel, apontado por Souza (2013) como o primeiro autor a tratar do conceito de território, chegamos a Raffestin (1993) que procura diferenciar os conceitos de espaço e território, chegamos a Milton Santos (1996) que anunciou “o retorno do território” na década de 1990 na Geografia brasileira. Podemos afirmar que desse período em diante muito se tem falado, debatido e construído a respeito desse território. (TUNES, 2015, p.407).

TUNES (2015), irá acrescentar que será o processo de forças sociais que irá determinar a constituição de um determinado território. Tal afirmação vem de encontro a uma declaração dada à imprensa pelo então secretário estadual de segurança do Rio de Janeiro em 2013, José Maria Beltrame, que dizia que a polícia carioca estava “tomando” o que era mais precioso para os traficantes do Morro do Alemão, ou seja, “o território deles”, conforme disse na entrevista. Daí se vê que no território são estabelecidas as relações de poder numa determinada porção de espaço e que sem o mesmo, não seria possível o estabelecer de negócios, sejam lícitos ou ilícitos como o caso demonstra. “Essa ação que resulta na formação de um território, o processo de territorialização, é determinada pela atuação das forças sociais que detém o poder sob aquela porção do espaço dominando e apropriando-se dos recursos existentes nessa porção para manutenção e (re) produção de sua hegemonia popular” (TUNES, 2015, p.408).

SOUZA (2013), irá concordar com a autora, quando conceitua o território como sendo um “espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Já COSTA (1998, p.18) irá argumentar que o território não está apenas atrelado ao poder, mas é nele

também que está “toda a sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder”. De todas as conceituações, a de RAFFESTTIN (1993) chama a atenção por associar território e espaço: “(...) o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço”. (RAFFESTTIN, 1993, p.143).

Fica então compreendido que o homem também faz com que esse território tenha uma significação para ele, seja em nível de poder ou mesmo de uma apropriação concreta ou abstrata de um determinado espaço. Assim pode-se associar tal relação aos moradores da comunidade do Barroco que ao mesmo tempo exercer sua relação de poder no território que habitam ao se apropriarem daquele espaço para seus múltiplos usos, seja para o cultivo de alguma cultura ou mesmo para o estabelecimento de relações afetivas e parentais.

Os agentes sociais daquela comunidade (moradores/atingidos pela barragem do Rio Jequitai-MG), sentem-se pertencentes àquela terra e o fato de terem que deixá-la faz com que deixem para trás alguns outros elementos como a memória, as raízes, a simbologia, o sentimento de pertencer que como foi dito acima, pode ser ocorrer tanto concretamente como abstratamente. A melhor forma de representar todo esse significado que o território possui para essa e as outras comunidades atingidas pelo empreendimento hidroagrícola da barragem está contida nas palavras de Lussault (1995) que considera os seguintes aspectos:

O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam. O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política (LUSSAULT, 1995, p.170).

O mapa social que será construído por alguns habitantes do Barroco irá mostrar, na prática, essa relação estabelecida com o território. Nele, será possível visualizar melhor como se dão tais relações de poder entre os seus agentes sociais. Como os mapas oficiais não trazem consigo informações a respeito de impressões como essa e sim dados técnicos custeados e representados pelos governos, a forma social busca justamente o outro lado dessa realidade ao dar vez e voz aos muitas das vezes excluídos nos cenários das grandes decisões como no caso desse empreendimento hidroagrícola como diz ACSELRAD (2008).

A respeito de uma maior representatividade e participação no cenário das decisões importantes que afetam toda a comunidade, concorda um dos moradores do Barrocão segundo registro em ata de audiência pública conjunta. “(...) a companhia oferece 5 (cinco) hectares para reassentamento, mas não dá direito de escolher onde (...) a prefeitura de Jequitaiá não ofereceu ônibus para transporte dos atingidos às reuniões com a CODEVASF, e os atingidos não contam com o apoio de ninguém” (ATA, 2015, p.2).

Essas considerações do senhor A.C.A. evidenciam essa relação distante do Estado com os ocupantes da terra em Barrocão.

A comunicação oral também foi outro instrumento metodológico que pautou o trabalho de campo nesta comunidade realizado, num primeiro momento, em 13 de outubro de 2017, após o feriado de Nossa Senhora Aparecida. Esse procedimento metodológico não somente utilizado nas Ciências Sociais, mas também recorrente na História, entre outras ciências, permite compreender a intersubjetividade, também possível pelo fato de nos comunicarmos pela linguagem e, ao mesmo tempo, compartilharmos do tempo. FABIAN (2006), reforça essa afirmativa, ao frisar que a pesquisa também só ocorre graças à coetaneidade; não sendo possível, assim, existir uma pesquisa sem a existência de um tempo compartilhado. CARDOSO (1986), por sua vez, pondera que a relação de intersubjetividade não acontece apenas entre:

Indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicar relações desconhecidas. (CARDOSO, 1986, p.103).

GOLDMAN (2006), vai mais além ao defender que a pesquisa, neste contexto de compreensão entre o homem e o universo que ele habita, tem como finalidade a elaboração de modelos de compreensão de um determinado objeto social que, mesmo produzido num contexto particular, poderá colaborar como modelo para a compreensão de outros contextos. (GOLDMAN, 2006, p. 171), além de buscar descobrir o que pode não estar tão evidente no cotidiano das comunidades estudadas, como a do Barrocão.

Indo de encontro a essas definições, conclui-se que é no território onde ocorrem essas interações sociais e também sobressai a figura do líder; daquele que detém um poder e que, na maioria das vezes, fala e decide pela maioria configurando, portanto, o território como aquele lugar onde também estabelecem relações de poder, mesmo que embora menor na comparação com os poderes oficiais representados pela máquina do Estado. Como foi

identificado nesta comunidade, o poder de um dos líderes também têm a ver com a sua idade mais avançada, ou seja, legitimado não só pela oratória, intelectualidade, entre outros elementos citados por WEBER (1919), mas ainda pela experiência que confere a ele um caráter de sabedoria para poder falar em nome dos demais. Conhecer profundo da história da comunidade, a fonte fala com propriedade ao relatar momentos vividos e a respeito do que os demais ali esperam sobre essa desterritorialização. Foi visto ainda que é ouvido com atenção e certa reverência pelos demais que confiam no que ele diz sem contradizê-lo ou contrapô-lo.

## **2.1 - Conflitos agrários “água e terra” definição de território, migração e Cartografia Social**

Os conflitos agrários no Brasil têm se acentuado nas últimas décadas como consequência das contradições do modelo agrícola e agrário vigente. Neste contexto, tem sobressaído a violência contra trabalhadores do campo, populações indígenas e as chamadas populações tradicionais, como geraizeiros, catingueiros, quilombolas, entre outras que sofrem com os efeitos da realidade agrária brasileira que mantém práticas coloniais, especialmente na expansão territorial do capital a todo o curso sem levar em conta as particularidades dessas populações tradicionais ou não. Para muitas dessas populações, esse suposto progresso não representa uma frente de expansão ou progresso, mas de invasão.

O Estado, por sua vez, mantém uma representação de protagonista em tais conflitos. No bojo desse processo de expansão/invasão territorial do capital, ele se faz presente pelo apoio desigual aos diferentes grupos sociais no campo, ou seja, através de alguns programas de transferência de renda que não conseguem mantê-lo na terra com dignidade e, em muitos casos, o Estado reprime qualquer movimento de insatisfação baseado no exercício da prerrogativa formal de possuir o monopólio da violência. A esse respeito, Marçal (2016), comenta o seguinte:

Temos verificado que o processo de desenvolvimento agrário brasileiro neste início de século vem se caracterizando: pela persistência da concentração fundiária e as desigualdades a ela associadas; pela crescente internacionalização da agricultura expressa no controle da tecnologia, do processamento agroindustrial e da comercialização da produção agropecuária, assim como pela aquisição de terras; pelas transformações recentes na dinâmica produtiva da agropecuária que têm fomentado uma crescente insegurança alimentar e pela persistência da violência, da

exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo. (MARÇAL, 2016, p.1)

Dados sobre conflitos fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) evidenciam que, cada vez mais, tem sido as populações tradicionais são as que mais estão envolvidas nos conflitos agrários, principalmente na condição de vítimas de processos expropriatórios de seus territórios tradicionais. No Brasil, como em outros países da América Latina, estudos científicos têm abordado não somente a questão agrária, mas também a análise geográfica dos movimentos sociais, como de indígenas, camponeses e de populações de origem africanas (quilombolas) que reivindicam a luta pela terra. Marçal (2016), aponta:

Os movimentos camponeses contemporâneos – enquanto sujeitos excluídos dos Estados coloniais, na legitimidade e legalidade da sociedade nacional – manejam um discurso que evoca luta por território e por dignidade (reconhecimento identitário). Desta forma, o conceito de território, que era entendido como base natural do Estado-Nação, passa a ser re-significado por esses movimentos sociais que mostram que há diferentes territorialidades dentro de um mesmo território. Ou seja, mostram que suas reivindicações não são simplesmente por terra, mas por território, uma vez que o acesso à parcela produtiva (terra como recurso) deve estar inserido em um contexto que permita a viabilidade econômica, cultural, social e política das formas de vida de populações camponesas, indígenas, quilombolas, tradicionais...". (MARÇAL, 2016, p.1)

Com o passar dos anos, os problemas agrários também estão relacionados com uma série de outras problemáticas colocadas por múltiplos protagonistas. Sobre isso, Marçal analisa que:

"Novas formações político-identitárias passam a fazer parte do léxico político, como populações remanescentes de quilombos (cimarrones, cumbes, pallenques), mulheres (camponesas, quebradeiras de coco babaçu, benzedoras e outras identidades associadas a gênero), populações tradicionais, indígenas, povos originários... ensejando, com isso, novos conceitos teórico-políticos. Nesse sentido, tonar-se fundamental abrir possibilidades teóricas para entendermos os camponeses culturalmente diferenciados – as diferentes campesinidades – que se apresentam como seringueiros, geraizeiros, retireiros, catingueiros, caiçaras, enfim, um sem-número de formações político-identitárias que não só recolocam em debate o cerne da questão (da reforma) agrária – a enorme concentração fundiária (e de poder) ainda mais agravada com o fortalecimento dos moderno-tradicionais latifúndios monocultores de exportação – como também novos desafios teórico-políticos, desde a questão ambiental ao padrão (das relações sociais e de poder) tecnológico" (MARÇAL, 2016, p.1).

Diante de situações nas quais a terra é encarada como mercadoria ou moeda de troca por entidades oficiais, ocorre, então, diferentes maneiras de se estabelecer num território e que, ao mesmo tempo, podem resultar no reconhecimento de grupos que buscam valorização frente às situações de conflitos agrários. Tais reconhecimentos também podem ocorrer a partir do caráter da territorialidade, que, conforme ALMEIDA (2008) tem a capacidade de suscitar não somente a identificação, como ainda a defesa e força que como, ao final do observado ao final do tópico passado, são originários do estabelecimento de laços de solidariedade em comum.

Ainda sobre isso, ALMEIDA (2008) enfatiza que o uso comum da terra, processo que, a seu ver, também é desencadeador de territorialidade, pode fazer com que o controle quanto aos recursos básicos não se dê de maneira livre e individual por um determinado grupo familiar. Esse controle, segundo o teórico, ocorrerá, então, por meio de normas específicas e que são instituídas para além do código legal vigente, podendo ser acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que formam uma unidade social. “Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas (...) transitórias às regiões de ocupação recente” (ALMEIDA, 2008, p.133).

Esse acesso à terra pode, portanto, acontecer não apenas dentro do contexto dos grupos familiares, mas pode ainda vir a ser estabelecido devido à coesão e a solidariedade que podem estar presentes em situações adversas conforme pondera ALMEIDA (2008). Para isso, ele lembra das mobilizações camponesas por reforma agrária e que com o surgimento de várias mobilizações camponesas em prol de uma ampla reforma agrária, foram observadas, em um dos pontos relevantes do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, acontecido em Brasília-DF, em maio de 1985, reivindicações que denotam a força conquistada pelos movimentos sociais em favor dos trabalhadores do meio rural. Em decorrência disso, pode-se verificar, hoje, toda a importância dos sistemas de uso comum da terra, especialmente em regiões de colonização antiga e recente como é o caso da comunidade do Barroão, sendo reforçada a importância dos sistemas de uso comum da terra.

A valorização do território também decorre não apenas do valor econômico e afetivo que ele possui para as comunidades, mas ainda devido às formas de uso comum da terra que segundo ALMEIDA (2008), são originados das contradições capitalistas que concentraram variados segmentos camponeses.



Em seu artigo “A ausência assistida do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço” *in* “Por uma Geografia das Existências”, Modesto (2015) chama a atenção para o fato de que:

Consideramos que as implicações relativas à invisibilidade social não podem prescindir de uma análise que envolva o aspecto político em ação, com destaque para as estratégias e práticas ao criar possibilidades de manipulações, cooptações, articulações e coligações que venham a envolver um segmento da sociedade, que aos olhos de determinados grupos de poder político possam ser envolvidos por ações intencionadas e orquestradas que lhe garantam a manutenção do poder. (MODESTO, 2015, p.67).

Muitos desses grupos sociais que necessitam de um olhar diferenciado do poder público para as suas demandas, como afirma o autor, são, em algumas situações, vítimas dessa invisibilidade social e a análise que recai sobre os mesmos é sempre política e não técnica. Para a persuasão de seus líderes, os poderes constituídos então lançam mão de estratégias de cooptação para que os conflitos sejam controlados e nada se resolva efetivamente em prol dessas comunidades.

Embora MODESTO (2003) afirme que os problemas de uma forma geral não podem ser resolvidos por imposição da visão de mundo das classes dominantes, “abre-se a possibilidade do conhecimento e pela organização dos grupos subalternos no sentido de expandir sua visão de mundo com o objetivo de equilibrar e mesmo superar o que foi imposto por um Estado Privado”. (MODESTO, 2003, p.71). Então ele conclama a força política que muitas dessas comunidades têm quando se organizam de modo coletivo afim então de diminuir os conflitos gerados da luta pela terra ou ainda pela insatisfação em receberem indenizações aquém do que as áreas que ocupam na atualidade realmente valem, conforme o atingido pela barragem A.C.A denunciou em audiência pública conjunta realizada em 8 de maio de 2014 na cidade de Jequietaí-MG.

Tal declaração configura a difícil relação entre o poder público e os agricultores, já que esperavam um valor superior pelas indenizações oferecidas pelas áreas que serão inundadas. Daí Modesto (2003) salienta que:

A vida coletiva é rica em interpretações e possibilidades de mudanças em relação aos cenários que lhe apresentam. No urbano, as lutas entre forças hegemônicas já estabelecidas e aquelas que tentam se estabelecer necessitam perceber o seu potencial e os sentidos de seu papel como força de ação, para impor uma hegemonia que alcance seus interesses. Para tal, impõem-se a compreensão do seu papel perante as estruturas consolidadas de poder, mas também ter a percepção de que as classes politicamente dominantes não

conseguem mais ser dirigentes de todas as classes sociais. (MODESTO, 2003, p.71).

Tem-se aí então a dicotomia entre a força do Estado e sua aparelhagem coercitiva através das leis e na outra ponta, aqueles que são alvo das decisões que são tomadas de cima para baixo e como afirmou o senhor A.C.A, da comunidade de Barroco, sem a participação efetiva dos demais no âmbito da tomada de decisões que os afetam diretamente. Sobre essas dificuldades e os conflitos sofridos nos múltiplos usos da terra, Almeida (2008), argumenta o seguinte:

Estes segmentos de camponeses e de seus descendentes, passaram a se auto-representar e a designar suas extensões segundo denominações específicas atreladas ao sistema de uso comum. A noção corrente de terra comum é acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação, que bem evidenciam, através de denominações específicas, a heterogeneidade das situações a que se acham referidas, a saber: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de Irmandade” “terras de parentes”, “terras de ausente”, “terras de herança” (e/ou “terras de herdeiros”) e “patrimônio”. (ALMEIDA, 2008, p.146).

Essas denominações são originárias do bojo das relações sociais desencadeadas nos processos de reciprocidade e de conflitos para conquistar e manter acesso ao território.

Representam resultados de uma multiplicidade de soluções engendradas historicamente por diferentes segmentos camponeses para assegurar acesso à terra, notadamente em situações de conflito aberto. Para tanto foram sendo erigidas normas de caráter consensual e consoantes crenças mágicas e religiosas, mecanismos rituais e reciprocidades econômicas positivas. Não constituem, portanto, resultado de injunções pelo uso da força, da persuasão política, religiosa ou do saber. (ALMEIDA, 2008, p. 139).

TUNES (2015) também concorda no sentido dessa interação entre os agentes sociais com o território e dessas disputas de poder que emanam dessa relação, quer seja entre os próprios trabalhadores rurais ou entre eles e os poderes instituídos:

Território, nesse sentido, se diferencia do espaço pois no primeiro há relações de territorialidade, de pertencimento, e de apropriações específicas de certos agentes sociais, nesse sentido há uma delimitação territorial, enquanto o espaço exprime a ideia de uma (re) produção a partir de relações sociais que não envolvem, necessariamente, as relações de poder e portanto são definidas por e a partir de determinados agentes sociais. (TUNES, 2015, p.409).

Tais modos de identificar o território a partir dos conflitos pelo uso da terra são fundamentais para compreender como os atingidos da comunidade Barroco pela barragem do Rio Jequitaí-MG utilizam, controlam ou se identificam com o território, levando-se em conta esse processo de desterritorialização e reterritorialização como norteadores que colaboram para a compreensão das relações naquele ambiente.

As memórias ali resgatadas com a narrativa oral de alguns dos habitantes do Barroco também permitiram a articulação do momento passado com o momento presente. Ao resgatar esse passado, também foi possível observar e demonstrar situações de conflitos ao longo da história. Portanto, não se trata de um fenômeno atual ou ocorrido na atualidade, mas que tem sido construído ao longo do tempo diante das disputas de terra entre os próprios camponeses e ainda entre eles e o Estado. Para a saída deles da área que estavam ocupando foram realizadas várias reuniões com a presença de representantes da RURALMINAS, CODES VASF, prefeitura e Câmara Municipal de Vereadores de Jequitaí, de movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Mesmo assim, um deles lamenta que está cansado de “conversa” e que a “única coisa” que esperava era o pagamento justo pelo o que a terra vale e um “lugarzinho” tão bom quanto o que está em vias de deixar para suas “criaçõzinhas” e sua família “morar bem”. Então, as conversas estabelecidas com alguns dos moradores do Barroco permitiram compreender melhor a origem dos conflitos, a condição de vida atual deles e seus anseios para o futuro perante a desterritorialização de suas áreas que serão inundadas para a construção da barragem<sup>24</sup>.

GODOY (1999) observa que os camponeses, sentindo a pressão sobre o seu território, lançam mão da chamada “memória coletiva”, que, por sua vez, passa a atuar como ativadora do caráter identitário deles. Muitas dessas recordações de conflitos agrários costumam ser traumatizantes. Em situações assim foi verificado no trabalho de campo que o silêncio também se faz muito presente e surge em momentos específicos.

A definição do território também perpassa por essa identificação com o passado, com as raízes hereditárias e de ancestralidade, fato que revela, portanto, a importância do chamado território de herança dos atingidos pela barragem do Rio Jequitaí-MG na comunidade do

---

<sup>24</sup> Na década de 80 a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) concluiu o primeiro projeto executivo, depois foram feitas reformulações até chegar ao projeto atual, que prevê a construção de dois barramentos em concreto rolado, para geração de 20 MW de energia, irrigação pública de 18.988 hectares e privada de 16.012 hectares, o que totaliza aproximadamente 35 mil hectares. O projeto modificaria completamente a economia das áreas de influência do empreendimento, pois o mesmo deverá gerar uma produção de frutas de mais de 600 mil toneladas anuais, com valores acima de R\$ 360.000.000,00 por safra, sem falar nos recursos a serem gerados pelo turismo, pois a criação de barragens criará lagos com áreas em torno de 10 mil hectares e acumulação de 780 milhões de metros cúbicos de água (PBHSF. n°. 07/2004).

Barroão. Então, conforme é possível identificar nos depoimentos coletados ali, essa materialização do passado encontra-se arraigada nas casas na forma de produção desta comunidade.

Muitos lamentam que o caráter desenvolvimentista do projeto hidroagrícola os faz estarem a mercê das decisões do poder público sem que possam ter uma voz ativa no cenário dessas decisões. Sobre esse particular, Ribeiro (2008), comenta o seguinte:

Dramas desenvolvimentistas” são tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais outsiders. O fato de outsiders pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento – isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será – implica a apropriação, por parte dos outsiders, do poder das populações locais de serem sujeitos dos seus próprios destinos. De sujeitos de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, 2008, p.12).

No arcabouço dessa realidade desenvolvimentista e supostamente progressista, a separação entre dois sujeitos distintos, sendo um ativo e o outro passivo. Este último tem a ver com as pessoas que estão inseridas num planejamento que as transforma, assim como o território que habitam, em objetos de “desenvolvimento”, tal como é a situação dos reassentamentos impostos pela CODEVASF e RURALMINAS. Porém, através do intermédio de movimentos sociais representativos desses atingidos pela barragem, eles têm a oportunidade de não aceitarem qualquer valor para comercializarem seus territórios e, num caso mais extremo, podem até se recusar a deixá-los se as condições oferecidas não os favorecerem. Esses sujeitos ativos e passivos são originados de duas formas: “de cima para baixo” e também podem ser criados “sujeitos-passivos”, um modelo mais autoritário, em que não existem medidas compensatórias para as populações atingidas e preocupação com as formas tradicionais das comunidades. A abordagem “de cima para baixo”, por sua vez, pode criar “sujeitos-ativos” e ser considerada, por isso, como mais sensível às populações atingidas, “mas esse modo participativo acaba sendo uma tentativa de compensar a perda estrutural de poder que caracteriza as relações entre populações locais e outsiders quando um projeto é iniciado” (RIBEIRO, 2008, p. 13).

Esse processo de desterritorialização dos habitantes de Barroão, assim como os membros de outras comunidade de Francisco Dumont e Claro dos Poções, além de Jequitaí-

MG, a terem áreas inundadas para a viabilização do empreendimento, poderão ser destituídos não só do território em si, mas das suas formas culturais de comunidades atingidas, ou seja, “uma desterritorialização como perda de acesso à terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico (...), mas também como *locus* de apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2005, p.172).

Essa apropriação simbólica também tem a ver com os modos de vida anteriores, ou seja, algumas manifestações identificadas na comunidade do Barroço tem a ver com as relações de parentesco e de ancestralidade em relação as gerações passadas, tanto no particular a religiosidade quanto a culinária, a disposição das casas, o cultivo de algumas culturas nos quintais e até mesmo a cozinha como o lugar para receber a visita com café e biscoito. São, em geral, pessoas de hábitos simples de vida com horários já pré-estabelecidos para dormir e acordar e de momentos mais raros de descontração como “*jogar conversa fora*” no batente de casa com os vizinhos ou “*pitarem*” seu cigarrinho feito de palha e rolo de fumo, enquanto outros já fazem uso do cigarro com filtro. Também foi possível ver uma senhora fumando cachimbo com o mesmo fumo e dizendo que o objeto pertenceu a sua avó. Elas também. Os homens mais jovens gostam de jogar futebol num campo de terra batida, sem gramado, nas proximidades da praça, enquanto que os mais velhos gostam de passar o tempo conversando entre si nessa pracinha. Já as senhoras gostam, além dos afazeres de casa, costurar, fazer crochê e receberem na cozinha com café e biscoitos de povilho assados no fogão de lenha e bolo também. No almoço o arroz com pequi acompanhado de carne de peixe ou galinha caipira, de sobremesa um doce de leite ou de laranja. À tarde, novamente, o cafezinho e os biscoitos e à noite uma comida mais leve, geralmente uma sopa. Eles costumam comer muito acreditando que, assim, terão “energia de sobra” para a “lida” das criações, o trabalho no campo, a extração do pequi, a pesca, entre outras atividades que exigem uma alimentação reforçada no entendimento deles. Muitos ali se lembram que os pais e avós costumavam ter as mesmas práticas sociais e que hoje as reproduzem de forma semelhante. Essa herança dos antepassados também pode ser observada na tradição religiosa através de várias manifestações de fé na forma de novenas, do trabalho das benzedadeiras, parteiras, culto aos santos de devoção, missas, entre outros elementos característicos da religiosidade dos habitantes do Barroço também. No feriado religioso que visitamos, 12 de outubro, quando se comemora o Dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e na Festa da Santa Cruz, em oito de maio, que os visitamos foi possível identificar como tais comportamentos ainda são muito presentes no cotidiano de várias famílias da comunidade com exceção das evangélicas que mantêm uma demonstração mais restrita ao templo em

reuniões para culto, estudo bíblico e casamento, enquanto que o batismo é realizado nas águas do rio Jequitaí. Essa apropriação simbólica, muitos temem, pode vir a ser prejudicada com a mudança, já que o território será outro e não se sabe se reunirá as mesmas condições estruturais para que toda essa identidade cultural da comunidade possa continuar existindo entre os membros da comunidade tal como ocorria com seus antepassados. Essa migração da maioria dos moradores, conforme constatada na pesquisa de campo, também acarretou em algumas pequenas, mas consideráveis, divisões do grupo, levando a conclusão de que os conflitos não existem apenas no âmbito da questão agrária e sim, mas também podendo vir a serem provocadas pelo advento da desterritorialização entre os que querem permanecer e aqueles que aceitar sair, embora boa parte da comunidade já tenha aceitado em mudar para outro lugar. Conforme algumas narrativas, chegou a existir alguns desentendimentos entre os moradores provocados pelo processo de desterritorialização em que muitos diziam não querer sair do lugar por “dinheiro nenhum do universo”, tamanha identificação que possuem com a terra que vivem.

Nesses diálogos foi nítido entre a coletividade de que nada mais podia ser feito, isto é, não tem como se fazer oposição ao que se configura e legitima-se como a “magnitude” e “importância” da obra para o desenvolvimento do Norte de Minas no tocante ao fornecimento de energia, abastecimento hídrico e produção da piscicultura e fruticultura em detrimento do bem estar das famílias atingidas e desterritorializadas. Tentou-se diminuir as perdas neste processo com o auxílio de entidades como o MAB, MST, CPT, entre outras entidades representativas dos trabalhadores rurais. Dessa maneira, restou-os a tentativa de construção de uma nova reterritorialização e o esforço de cada um deles da comunidade em continuar a vida a partir dos novos meios que os estão sendo ofertados no tocante ao valor oferecido pelos lotes.

Após os atingidos terem suas terras emersas pela água e terem que sair do campo, quase metade dos 80 trabalhadores entrevistados não descartam se dirigirem para outras cidades, como Montes Claros, a 112 quilômetros de Barroão, na expectativa de reconstruir uma vida melhor a partir do valor recebido com a indenização paga pela RURALMINAS. Os atingidos, por serem trabalhadores do campo (agricultores) na maioria das vezes não possuem qualificação profissional e ficam excluídos do mercado de trabalho restando a ocupação de áreas periféricas das cidades ou aceitarem os chamados subempregos. A esse respeito, a Comissão Mundial de Barragens (CMB) no Brasil, analisa que 2.000 foram construídas até hoje no Brasil e que 800 mil pessoas tiveram que ser expulsas de suas terras para que tais empreendimentos pudessem ser viabilizados. Então, essas pessoas se veem obrigadas a sair

das suas terras para dar lugar a canteiros de obras, e como consequência social disso, acabam transformando-se em massa de desempregados, sem a perspectiva de melhoria de vida, e é sobre esse contexto que o suposto desenvolvimento regional acaba por se estabelecer.

Werner (2010), enfatiza que manifestações desses grupos, somado com o apoio do movimento ambientalista, pressões da sociedade civil, organização de resistência dos próprios atingidos por barragens levantaram a bandeira para incorporar as questões sociais e ambientais os projetos de construção de barragens a fim de reduzirem os impactos causados pelas barragens.

## **2.2 - A Cartografia Social como análise da comunidade do Barroço**

Além da questão social e ambiental em empreendimentos como barragens, também é necessário abordar a importância da Cartografia Social neste cenário, da história oral, o mapeamento social será de extrema importância para a compreensão dos anseios e da insatisfação dos moradores do Barroço quanto a esse processo de desterritorialização que estão sendo submetido com a construção da barragem do Rio Jequitaiá-MG.

Segundo ACSELRAD (2008) a representação cartográfica do espaço não abrange apenas o que já se conhece a partir dos chamados mapas oficiais que são produzidos a partir de uma demanda dos poderes instituídos na forma do Estado. Lynch (1996) concorda ao afirmar que:

(...) como “discurso político a serviço do Estado”, os mapas foram elaborados para facilitar e legitimar a conquista, definir o Estado como uma entidade espacial, assim como para construir nacionalismos pós-coloniais. Os cartógrafos ajudaram igualmente a produzir o “espaço social do desenvolvimento”, por mapas que, neste contexto, possuem outras finalidades, tais como o zoneamento e a gestão da utilização de recursos naturais. (LYNCH, 1996, p.65).

Já o geógrafo francês e marxista Lacoste (1973), apontou a motivação política mais ampla de grande parte dos mapeamentos:

O mapa, talvez a referência central da geografia, é, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder. Um mapa é uma abstração da realidade concreta que foi desenhado e motivado por preocupações práticas (políticas e militares); é um modo de representar o espaço que facilita sua dominação e seu controle. Mapear... é servir aos interesses práticos da máquina estatal” (LACOSTE, 1973, p.1).

Entretanto, os anseios de comunidades tradicionais, como indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outras não é levado em consideração nesses documentos que possuem um perfil de caráter técnico. Tais representações, a seu ver, permitem servir de um objeto de reflexão para pesquisadores conhecerem mais a fundo as particularidades de diferentes grupos com identidades culturais, étnicas, raciais e seus territórios.

São problematizados não somente os usos dos resultados dos mapeamentos por diferentes sujeitos políticos em complexas relações de poder onde a apropriação territorial mostra-se relevante, como também a postura ética dos pesquisadores frente ao conhecimento tradicional espacial das comunidades em questão, que são partilhados com pesquisadores que os tornam público. Trata-se aqui não apenas de uma discussão sobre os “direitos autorais” de mapas feitos a partir das indicações de moradores de comunidades, de membros de um grupo étnico ou racial, mas, sobretudo, da relação que une de forma desigual pesquisadores e membros de comunidades locais. (VIANNA, 2008, p.5).

Essa Nova Cartografia Social viabilizada através do chamado mapeamento social permitirá não somente dar voz a essas comunidades mais afastadas, mas ainda possibilitar a valorização do conhecimento tradicional espacial no Brasil, que segundo Vianna (2008), “tem sido determinante para a formulação de novos instrumentos de políticas públicas de ordenamento territorial, regularização fundiária e acesso a terra, a reflexão até aqui realizada sobre estes processos parece aquém de seus resultados.” (VIANNA, 2008, p.5).

O autor cita ainda o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado por Alfredo Wagner<sup>25</sup>, que, segundo Vianna (2008) “vem consolidar “as experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, em 1991-1993”.

O PNCSA já produziu mais de 61 fascículos (com mapas), com o envolvimento de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, que os têm utilizado “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos. A partir dos resultados deste trabalho, a equipe do PNCSA tem orientado as discussões a respeito “da elaboração da proposta oficial da Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais, que se refere à aplicação do Decreto presidencial N. 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que cria a Política Nacional de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais. (VIANNA, 2008, p.5).

---

<sup>25</sup> Alfredo Wagner é professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas e um dos percussores da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) no Brasil.



A Cartografia Social, portanto, insere essas comunidades num plano em que processos participativos são discutidos retirando-as do anonimato, grões e bolsões de miséria pelo país afora garantindo vez e acento como protagonistas das decisões que as interessam diretamente. Na comunidade do Barroço não seria diferente e depois de passar um dia ouvindo histórias de descontentamento a respeito do andamento do processo de expropriação do território e a forma como ele tem ocorrido, a confecção dos mapas sociais colaboram para uma visão mais clara dessas demandas e necessidades daquela comunidade.

Através de oficinas, conforme detalharemos melhor no próximo capítulo, alguns habitantes da comunidade tiveram a oportunidade de transporem para o papel a sua memória, o que o território é hoje e o que esperam que aconteça no futuro. A ideia de pertencimento ao lugar é nítida nas impressões transpostas para o mapa. “(...) o Brasil apresenta-se como um caso exemplar de transformação de demandas sociais em políticas públicas por meio da utilização de diferentes processos de “mapeamento participativo”, (idem).

A confecção desse mapa social junto a comunidades pelo Brasil afora e agora mais recentemente com a comunidade do Barroço, permitirá também legitimar a autoridade daquela população e como ela se vê e significa ou ressignifica perante o território. A essa questão, Acserald (2008) diz que “É fato que possuir a informação geográfica significa não somente afirmar sua autoridade, mas também proteger as riquezas, cuidando ciosamente de que ninguém mais dela se apodere, como lembrava o historiador Gerard” (ACSERALD, 2008, p.10).

Por meio desse resultado das oficinas junto aos habitantes da comunidade, na forma de um mapa social participativo, é possível compreendê-la de maneira ainda mais abrangente e fazer com que essa percepção e identificação com o território que deixarão de habitar esteja para sempre expresso nos desenhos que integram os mapas produzidos por eles próprios, sem qualquer tipo de interferência ou manipulação. Trata-se de algo então genuíno, na sua essência mais pura, já que emana diretamente daquela população e a sua forma de enxergar e perceber o território ao qual se identifica.

Tunes (2015) chama a atenção para essa necessidade de se levar em conta as várias particularidades contidas no território e nesse sentido, as dimensões políticas, culturais e sociais não podem ser desprezadas.

O conceito de território também pode ser atrelado a uma dimensão política, cultural e social. Ainda que, quando afirmamos que estamos mirando o território a partir de relações de poder imbricadas com a economia do

conhecimento, não podemos dissociar dessa ideia outras manifestações culturais, políticas e sociais no território. (TUNES, 2015, p.408).

Alguns dos habitantes da comunidade do Barroço, ao elaborarem o mapa social, reuniram no papel, elementos identificadores da sua cultura como a religiosidade, as danças tradicionais, a fé expressa em novenas e festejo aos santos de devoção; os curandeiros e parteiras também são lembrados quando é trabalhado o resgate da memória a partir da história oral, entre outros elementos que são definidos da cultura local dos habitantes daquela comunidade. Coli (2008) concorda, então, que esses elementos de identificação fazem com que os mapas sociais sejam, portanto, uma abstração do mundo, “elaborados sempre a partir de algum ponto de vista” (COLI, 2008, p. 13). Ele lembra que os mapas também são uma forma de se pensar o mundo a partir das crenças e dos mitos, tal como alguns integrantes da comunidade do Barroço conseguiram se expressar a partir da confecção desses mapas.

Para MALAMUD (2003), “foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, com o conseqüente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais objetivos”<sup>26</sup>. Então, essa evolução dos mapas também permitiu que as comunidades mais afastadas pudessem ter voz e fazerem com que políticas públicas passem a assisti-las a partir da notabilidade alcançada por esses mapas sociais. Quanto a isso, Lussault (1995), comenta o seguinte:

O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinarse aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam. O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável, foi sendo transformado em extensão quantificada, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política (LUSSAULT, 1995, p. 170).

Segundo SEMANN (2017), “a cartografia está se tornando mais radical. Nas últimas décadas não apenas surgiram diferentes propostas para repensar a natureza dos mapas, mas também iniciativas para aplicar a cartografia como ferramenta na luta contra a injustiça social. Esses projetos usam rótulos como “cartografia social”” (ALMEIDA; FARIAS JR., 2013).

O mesmo então será feito em relação a comunidade do Barroço na forma dessa ação política que permita que não se deixe de atender as reivindicações contidas no mapa social. O

---

<sup>26</sup> Carl Malamud, A Shared Reality, in Mappamundi <http://mundi.net/cartography/Maps/> (acesso em 27/10/2017)

que certamente não foi dito nas reuniões e audiências públicas pelos órgãos responsáveis pela execução do projeto, como CODEVASF e RURALMINAS junto aos moradores do Barroço e não chegou ao conhecimento das autoridades responsáveis pelo empreendimento estarão agora contidas no mapa configurando-se numa nova oportunidade norteadora de ações de caráter político. O mapa, portanto, pode ser visto então como um enunciado performático que fala algo sobre o real e sobre este produz efeitos. Ele não é, pois, um reflexo passivo do mundo dos objetos, mas um intérprete de uma determinada “verdade, em que o crer se localiza no ver” (Balandier, 1987), um instrumento que “ordena e dá ordens” aos atores envolvidos na produção do território (Rivière, 1980, p. 379, *apud Jourde, op.cit.*, p. 103-4).

Análise dos depoimentos dos atingidos pela barragem do Rio Jequitaí em Barroço:

<b>Tabela 01 – Categorias de Pesquisa</b>		
<b>Categorias de pesquisa</b>	<b>Principais Narrativas</b>	<b>Análise no contexto da pesquisa</b>
Alguns atos relacionados aos saberes e fazeres de alguns dos habitantes daquele lugar puderam ser detectados no mapa através dos desenhos que simbolizam tais características como religiosidade, atividades econômicas e produtivas como o extrativismo do pequi, a importância do Rio Jequitaí-MG no contexto daquela comunidade enquanto fornecedor de peixes, meio para abastecimento de algumas culturas e também para saciar a sede de alguns dos	A dona de casa e proprietária de um pequeno bar onde serve refeições, A.M.F., diz que quando era criança havia um “apego maior as festas religiosas”. <i>“A Festa Santa Cruz era a mais tradicional de todas aqui. Nossa, vinha gente de toda a parte. Hoje tô com 65 anos de idade e fico triste de ver que esse jovens tão mais interessado nas bandas que vão tocar do que (sic) em participar das novenas, da organização da festa, da reza do terço. A gente não tá feliz com isso não. Parece que os pais também não incentivam</i>	Nas opiniões coletadas identifica-se o apego às memórias e raízes, quando a atingida pela barragem faz referência a uma tradição que iniciou com os seus avós, tendo sido transmitida a seus pais e ela tenta repassá-la a seus filhos. Porém, a modernidade fez com que muitos jovens perdessem o interesse pelos rituais característicos e que marcam a tradição religiosa do lugar preferindo os shows às manifestações religiosas como no caso da Festa da Santa da Cruz que é a mais famosa da comunidade e com

<p>habitantes e de seus animais também. Então, em boa parte dos mapas, esse elemento da presença da água nos desenhos foi predominante tamanha a importância que o rio tem na vida desses trabalhadores rurais justificando aí o temor em não dispô-lo mais próximo deles no novo território que irão ocupar em breve.</p>	<p><i>isso nos filhos de hoje”.</i></p> <p>A dona de casa, A.S.S, destaca que o “Corguinho”, um dos afluentes do Rio Jequitaí, é um dos elementos característicos do território que mais sentirá falta.</p> <p><i>“É onde a gente toma banho quando tá calor pra essas bandas. Nunca secou. Você se refresca e lá pra onde a gente tá ino (sic), não tem um rio tão gostoso de ficar quanto esse aqui pra pescar, tomar um banho e retirar água que a gente precisa pra um monte de coisa”.</i></p>	<p>o decorrer dos anos tem sofrido esse desprestígio.</p> <p>Já o “Corguinho” mostra a importância da água para a comunidade ali situada, seja para um simples banho na época de calor ou mesmo para múltiplos usos como irrigação de culturas. A atingida salienta que ele “nunca secou” e que sentirá muito falta quando for residir noutras áreas. Essa ligação ao rio é comum em boa parte dos relatos identificados entre os moradores compondo com os templos religiosos, o campinho de futebol de terra batida e a única escola do município, os principais elementos caracterizadores da comunidade.</p>
<p>Eles contaram que muitos jovens preferiram migrar para Jequitaí ou Montes Claros em busca de trabalho e estudo. Outros foram trabalhar em lavouras de café e de cana em São Paulo. Diante disso, a população ali é em sua maioria idosa e os líderes ali</p>	<p>Na visita a campo foi possível identificar uma população mais idosa em comparação ao todo. Boa parte dos jovens deixou a comunidade em busca de melhores opções de vida conforme atestam as opiniões de alguns entrevistados. O</p>	<p>A população mais idosa que permanece no local ainda resiste em deixá-lo diante de suas raízes históricas e afetivas ressaltando o apego ao lugar. Já os jovens, pelo que se identificou com os relatos, enxergam, na saída de Barrocão, uma possibilidade</p>

<p>também tem idade mais avançada e, conseqüentemente, muitas memórias que foram relatadas nessa imersão no campo. Eles não se esqueceram de falar que sentem medo que essas histórias se percam ou que as próximas geração não tenham interesse em repassá-las a diante.</p>	<p>senhor, N.C., 73 anos, lamenta isso estar acontecendo. <i>“Nossa única escola tá perto de fechar, já que muitos jovens acompanharam os pais para outras cidades, já que eles não querem mais ficar aqui com essa dúvida toda se a barragem vai sair ou não fazendo com que todo mundo nem consiga mais mexer nas terras. E nossa história vai ficar como depois? Os mais velho tão partindo e depois quem vai saber da gente?”</i>.</p>	<p>de um futuro mais promissor em comparação com os seus parentes. Pensam em fazer algum curso técnico ou superior para que tenham melhores oportunidades no mercado de trabalho, seja em Montes Claros, Pirapora ou no interior de São Paulo, conforme relataram alguns dos atingidos. Prova disso é que a única escola do povoado tem apresentado cada vez menos alunos e muitas turmas, inclusive, já foram fechadas por falta de alunos.</p>
<p>Conhecimentos tradicionais como o uso de raízes, garrafadas, causos, mitos, rituais, entre outras histórias são identificados e constam como elementos importantes na significação do mapa social.</p> <p>A Nova Cartografia Social como análise da comunidade do Barroço também é caracterizada em sua essência pela importância conferida a suas memórias coletivas, bem como pelos valores e significados</p>	<p>A dona de casa, raizeira e benzedeira, M.J.A., 82 anos, diz que também ajudou a fazer o parto de algumas pessoas do Barroço e que muita gente ali ainda confia nas ervas e raízes dela. <i>“Aprendi tudo com minha avó e mãe. O pessoal vem me ver aqui quando tá com problema de infecção, barriga doeno (sic) ou a cabeça. Também benzo esse povo todo e muita gente ai, eu que pus no mundo. Tenho muita consideração do povo</i></p>	<p>Mesmo existindo um posto de saúde no Barroço, tem quem ainda acredite na ação dos remédios naturais que são oferecidos pela benzedeira na forma de garrafadas ou raízes. Essa atitude também vem de encontro a importância dos saberes e da cultura medicinal e popular em Barroço. Tais ensinamentos permanecem vivos a cada geração e, mesmo diante da existência de um posto de saúde no local, não foi</p>

<p>atribuídos pelas pessoas a objetos, fabricação de artesanatos em palha e barro, lugares e práticas culturais que resistiram sendo contadas a cada geração.</p>	<p><i>de Barroco que confia nas minhas ervinha (sic) e raiz”.</i></p>	<p>suficiente para ceifar essa tradição.</p>
<p>Desse modo, a participação neste processo de mapeamento social possibilitou que a população ali se torne agente do seu próprio desenvolvimento, capaz, portanto, de tomar decisões de maneira solidária. Essa relação quanto a presença num dado território e os múltiplos usos que se faz dele também abarca as relações de poder, pois quem detém o espaço o utiliza para diversas finalidades e que variam segundo os seus interesses políticos, culturais e econômicos.</p>	<p>O produtor rural, M.A.C, 77 anos, disse que sentirá falta de suas criações e plantações e que a “terra do Barroco” é de qualidade e tudo que planta nela é possível colher. <i>“Dá de tudo aqui nessas terras. A que os homi (sic) tão ofereceno (sic) pra nós é mais ou menos boa, mas não é igual aqui não. Muita gente tá reclamano (sic) deles que vai (sic) lá pra Jequitaí, enche a gente de conversa fiada, e não garante nada deixando a gente tudo na mão com essa falta de notícia e o povo duvidando e ino (sic) embora daqui.”</i></p>	<p>Na oficina de cartografia social, os relatos foram os mais variados conforme os múltiplos usos que são dados a terra. Entre os quais destaca-se a importância que ela possui enquanto fonte geradora de subsistência e que, não sendo de qualidade equivalente a atual, já inviabiliza boa parte dos processos produtivos. O território, visto por muitos dos participantes da oficina, também é o lugar onde relações sociais são estabelecidas com parentes, amigos e “cumpadres” ou “companheiros” e que não gostariam de morar longe dessas pessoas e sim próximas a elas configurando os elos parentais e sociais.</p>

Esse componente participativo em que o mapa social é constituído permite conhecer o que pensa a coletividade a respeito das suas mais importantes demandas. Não é apenas uma voz envolvida no processo, mas a somatória delas que se traduz em algo maior expresso pela

coletividade do local funcionando como um instrumento de poder e de acerto em decisões políticas em benefício da comunidade como todos desejam.

Os mapas sociais realizados na comunidade do Barroco que, unidos, resultaram um mapa final com a junção dos elementos retratados nos demais, entre os quais se destacou, ainda, a representação dos conhecimentos tradicionais da comunidade. Alguns atos relacionados aos saberes e fazeres de alguns dos habitantes daquele lugar puderam ser detectados no mapa através dos desenhos que simbolizam tais características como religiosidade, atividades econômicas e produtivas como o extrativismo do pequi, a importância do Rio Jequitaí-MG no contexto daquela comunidade enquanto fornecedor de peixes, meio para abastecimento de algumas culturas e também para saciar a sede de alguns dos habitantes e de seus animais também. Então, em boa parte dos mapas, esse elemento da presença da água nos desenhos foi predominante tamanha a importância que o rio tem na vida desses trabalhadores rurais justificando aí o temor em não dispô-lo mais próximo deles no novo território que irão ocupar em breve.

Para se chegar aos resultados que serão apresentados mais pormenorizadamente no próximo capítulo, procedemos, num primeiro momento, junto à comunidade, em uma apresentação pessoal na qual informamos os objetivos do trabalho junto a eles e de que modo a construção desse mapa poderia ajudá-los na reivindicação de condições melhores de vida no novo território. Muitos ali se recusaram a participar não acreditando que o mapa social poderia ajudá-los quanto a esta e outras demandas. Outros, porém, se sensibilizaram com a iniciativa e trouxeram à tona suas insatisfações quanto a forma que o processo de expropriação do território foi conduzida pela CODEVASF e RURALMINAS, sem que fossem efetivamente ouvidos. Muitos criticaram os valores ofertados pelas terras e o aporte financeiro de seis salários mínimos enquanto se estabelecem no novo lugar, mas como sobrevivem do que cultivam na terra, qualquer cultura só conseguiria “vingar” após um ano do plantio. Portanto, não teriam condições de se sustentarem durante os outros próximos seis meses que aguardassem a colheita do que foi plantado.

Como ALMEIDA (2008, p.21) pontua, “(...) a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito”, a falta de diálogo com essa e outras comunidades faz com que ocorra o inverso dessa afirmação. O homem não podendo ser enxergado de forma isolada na sua interação com o meio ambiente, já que o pertencimento ao território que vive também tem a ver, essencialmente, com os múltiplos usos que faz da terra, não apenas para residir nele, mas ainda para prover o seu sustento retirando dela os alimentos necessários para consumo e comercialização do excedente. Sem acesso fácil ao rio, tal como ocorre hoje, tudo

se torna ainda mais complicado e esse também é um dos maiores receios das famílias a serem realocadas para as áreas oferecidas.

Sobre essa identidade com o território e a conseqüente perda da mesma com o reassentamento dessas famílias, HAESBAERT (2001), afirma que os indivíduos costumam dotar os seus espaços de significação e que com essa ruptura, restará a eles tentar fazer o mesmo com o novo lugar para onde estão sendo transferidos.

Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, conceito trazido no texto como um componente de poder, por meio do qual indivíduo e sociedade experimentam e dotam de significado seu “espaço” físico ou virtual de convivência. (HAESBART, 2001, p.1).

Esse processo de desterritorialização não influencia para que a memória dos entrevistados seja esquecida, pois a levarão consigo para o novo território. Tanto é que, antes de elaborarem os mapas, separados por equipes, foi identificada a importância das histórias dos parentes que chegaram primeiro aquele lugar e que permanecem até hoje no imaginário coletivo daquela comunidade. Com a união de todas essas histórias, sendo que algumas muito semelhantes entre si, embora não podendo se constatar uma total verossimilhança dos relatos, foi possível compreender o que Machado<sup>27</sup> (2011) raciocina a seguir:

Como percebemos, as experiências de autoria compartilhada podem ser registradas para organizar a própria história com o desafio de fazer escolhas e selecionar o que se quer contar, de que forma e com qual objetivo. Assim, articular diferentes visões sobre acontecimentos, permanências e transformações vividas por todos e de formas diferentes, identificar traços comuns e contrastes pode ser importante. Perceber conexões entre os contextos sociopolíticos, ambientais e culturais de sua região e grupo e as trajetórias das histórias individuais e de que forma contribuem na história coletiva; revelar marcos importantes, rupturas, pessoas e acontecimentos significativos no desenrolar do processo, desde a origem também pode ser interessante. (MACHADO, 2011, p.242).

Para conseguir os resultados propostos a principal metodologia foi permitir que os habitantes da comunidade pudessem ter a liberdade necessária para apresentar os seus relatos, vindo de encontro ao fato de que a análise da identidade cultural pressupõe que “toda tradição cultural é simultaneamente um processo de formação para sujeitos capazes de ação e de fala,

---

<sup>27</sup> Trabalho apresentado pela autora na ocasião do III Reunião Equatorial de Antropologia (REA) XII Encontro dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE) Diálogos Interculturais na Pan-Amazônia. Boa Vista (RR) de 14 a 17 de Agosto de 2011. GT 17 - Cartografia Social: identidades coletivas, processos de territorialização e conflitos na Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA); Cynthia Carvalho Martins (UEMA); Thereza Cristina Cardoso Menezes (PPGAS-UFAM) e que veio integrar os anais do evento.



os quais se formam no interior dela e que, por seu turno, mantém viva a cultura.” (HABERMAS, 2002, p.100).

Outra característica que influenciou na confecção do mapa social daquela comunidade foi a predominância da população mais idosa no local. Eles contaram que muitos jovens preferiram migrar para Jequiá ou Montes Claros em busca de trabalho e estudo. Outros foram trabalhar em lavouras de café e de cana em São Paulo. Diante disso, a população ali é em sua maioria idosa e os líderes ali também tem idade mais avançada e, conseqüentemente, muitas memórias que foram relatadas nessa imersão no campo. Eles não se esqueceram de falar que sentem medo que essas histórias se percam ou que as próximas geração não tenham interesse em repassá-las a diante. A esse respeito Gallois (2005) comenta que:

É preciso considerar as imensas dificuldades que os líderes tradicionais e, de forma geral, a faixa de população mais idosa encontram para continuar transmitindo, nas formas de enunciação que eles ainda perpetuam e em acordo com parâmetros estéticos tradicionais, todo o conjunto de conhecimentos e valores que desejam passar às novas gerações. Jovens que estão hoje mais interessados em se apropriar de modos de ser da população não indígena, especialmente se não encontram como perspectiva de futuro, a possibilidade de fortalecimento social, político e econômico na vivência de suas próprias formas de pensar e viver (GALLOIS, 2005, p.34).

Foi explicado a esses líderes da comunidade que o mapa, enquanto registro documental, também iria permitir assegurar esse contexto histórico, mesmo que houvesse essa dificuldade na transmissão dos conhecimentos tradicionais para as próximas gerações. Assim como uma bandeira, os desenhos e as escalas contidas nos mapas ajudam a simbolizar muitas dessas histórias que passam a ficar eternizadas no bojo da comunidade. Conhecimentos tradicionais como o uso de raízes, garrafadas, causos, mitos, rituais, entre outras histórias são identificados e constam como elementos importantes na significação do mapa social.

A Cartografia Social como análise da comunidade do Barroco também é caracterizada em sua essência pela importância conferida a suas memórias coletivas, bem como pelos valores e significados atribuídos pelas pessoas a objetos, fabricação de artesanatos em palha e barro, lugares e práticas culturais que resistiram sendo contadas a cada geração. A hipótese, portanto, é de que esse processo de mapeamento social que implica em listagens, desenhos e registro final num mapa maior proporcionará, quando for do interesse da comunidade, o aprofundamento de conhecimentos relacionados a história dessas famílias, bem como a fortalecer as culturas tradicionais e divulgá-las para as gerações futuras ou ainda

quem desejar conhecer melhor a comunidade do Barroço. Machado (2011), então, salienta que:

Acredita-se que é o uso, a prática que faz a memória, os conhecimentos tradicionais e o patrimônio cultural permanecerem. Muitos escritores indígenas trazem reflexões como as de Daniel Munduruku: “Histórias moram dentro da gente, lá no fundo do coração. Elas ficam quietinhas num canto. Parecem um pouco com areia no fundo do rio: estão lá, bem tranqüilas, e só deixam sua tranqüilidade quando alguém as revolve. Aí elas se mostram. (MACHADO, 2011, p.244).

Num primeiro momento, essa cultura nativa seja considerada de menor expressão numa comparação com a científica ou acadêmica, como muitos entendem ser, têm o seu lugar e a importância num contexto social maior. A alteridade que nos diferencia conforme diferentes culturas é observada por Almeida (2008), neste caso, da seguinte forma:

E o que são esses conhecimentos nativos também cognominados de “conhecimentos tradicionais” e de “saberes locais”? Eles não se restringem a um mero repertório de ervas medicinais. Tampouco consistem numa listagem de espécies vegetais. Em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, os receituários e os respectivos procedimentos para realizar a transformação (ALMEIDA, 2008, p.14).

O uso do mapeamento social na comunidade do Barroço permite, então, através dessa e de outras observações, informações importantes sobre a relação dos atores sociais com o seu território ou quanto ao território que irão migrar e ao realizá-lo, conseguem atingir o empoderamento enquanto agentes sociais, conforme aponta Adriano (2011):

O uso do mapeamento participativo como ferramenta de diagnóstico, associado às tecnologias da geoinformação gera de forma rápida e eficaz informações georeferenciadas sobre o território e o uso de recursos na comunidade. Este processo de mapeamento favorece o empoderamento dos atores envolvidos à medida que permite a utilização de uma tecnologia geralmente restrita aos pesquisadores e técnicos. (ADRIANO, 2011, p.266).

Esse esforço dos habitantes do Barroço em reunirem num mapa social as suas memórias e relatos do que foi e do que é a comunidade partem de um trabalho coletivo que, num primeiro momento pareça individual, corrobora para a valorização de sua percepção e conhecimento acerca do território em que vivem. Desse modo, a participação neste processo de mapeamento social possibilitou que a população ali se torne agente do seu próprio desenvolvimento, capaz, portanto, de tomar decisões de maneira solidária. Como foi identificado ali, essa condição ocorre por meio da participação coletiva no processo,

intercambiando ideias e saberes, para melhorar as condições de vida de todos. A metodologia empregada permitiu que as impressões contidas no mapa viessem de encontro também a valorização dos aspectos socioculturais como uma maneira de legitimar a comunidade em seus anseios e na significação em relação ao território e quanto ao novo que irão habitar. Essa relação quanto a presença num dado território e os múltiplos usos que se faz dele também abarca as relações de poder, pois quem detém o espaço o utiliza para diversas finalidades e que variam segundo os seus interesses políticos, culturais e econômicos. Com esse deslocamento para outra região, não se sabe ao certo se tais famílias conseguirão manter esse status ou terão dificuldades de adequar a sua realidade quanto ao que era no antigo lugar. Raffestin (1993), então, comentará o seguinte sobre essa apropriação que se faz de diferentes territórios e as consequências que são verificadas a partir disso:

Os indivíduos ou grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (RAFFESTIN, 1993, p.14).

Como o autor argumenta, os indivíduos ou grupos manifestas diversas ações a esses territórios que são apropriados conforme as suas necessidades. Nesse contexto, também surgem outros elementos como os de interação social, cultural e econômica e a questão de hierarquia em que se prevalece o fato daqueles que irão comandar as diversas ações empreendidas pelos grupos.

Embora se trate de um trabalho concebido dentro da coletividade em que ocorre a interação entre os atores sociais, a identidade social daqueles diferentes agentes também se destaca, sendo construída a partir das relações entre categorias sociais no contexto das relações estabelecidas na comunidade. No Barroão, esse mapa social evidencia, ainda, um conjunto de comportamentos, atitudes e normas que ganham respaldo pelo poder que se exerce naquele território por esses agentes. O território tem muito a ver com os múltiplos usos que se faz da terra e as variadas significações que são dadas ao mesmo. É nele que as

famílias conseguem a reprodução dos chamados modos de vida. As normas e padrões hoje seguidas pela comunidade, conforme salienta LITTLE (2003), têm a ver com o processo histórico ligado a essas memórias relativas a antepassados que ali também fizeram o uso do território e os resignificaram conforme seus interesses. Essas normas e padrões foram legitimadas no decorrer do tempo e permanecem enquanto saberes culturais.

Definido com os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo incluiu seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2003, p.254).

Como se vê, o mapa social contém ainda essas relações sociais e a interação que se tem em relação ao território. A memória coletiva daqueles que testemunharam seus entes nascerem e se criarem naquele determinado lugar se mantém viva e essa desterritorialização faz com que muitos dos descendentes do Barroçã se sintam ceifados de parte dessa história partindo para um lugar o qual não terão acesso ao mesmo significado que possuem no atual território por mais que ouçam das autoridades competentes, como afirmam, que o novo lugar reúne as mesmas condições necessárias a sua sobrevivência como o atual.

Lopez (2010) destaca que o desenvolvimento de metodologias participativas tem auxiliado muitas comunidades quanto à gestão de seus recursos locais e de seu território.

Por meio da representação cartográfica do território, promove-se a discussão dos atores, o intercâmbio de seus pontos de vista e a busca por consenso. Sendo assim, o reconhecimento de todos na tomada de decisão é a melhor maneira de gerar ideias positivas não só para os recursos disponíveis e para a representação territorial, mais de maneira especial para o desenvolvimento social. (LÓPEZ URREGO, 2010 *op. cit.* MACHADO, 2011, p.267).

Na elaboração do mapa foi deixado claro à comunidade que o documento não seria a solução definitiva dos problemas ali retratados. Porém, com base nas informações ali contidas, seria uma oportunidade única e favorável a compreensão das necessidades dos moradores em interagirem em sociedade e, ao mesmo tempo criando, realizando e contribuindo com o projeto sentindo como parte integrante dele. Também foram levados a se sentirem úteis dentro da proposta de um trabalho acadêmico que se espera ser retornado na forma de benfeitorias para todos ao sensibilizar o poder público quanto aos seus anseios através do mapa social.

Pode-se considerar então essa participação coletiva como um eficiente procedimento para provocar a motivação e o entusiasmo das pessoas envolvidas na confecção do mapa social. Então, esse processo participativo não visou somente a elaboração de propostas em conformidade à realidade dos habitantes do Barroço, mas buscou-se, ainda, fazer com que os envolvidos assumissem uma postura de sujeitos ativos em todo o processo e não somente objeto de trabalho de forma passiva e não colaborativa e ativa como se pretendeu fazer por meio da oficina de cartografia social demandada pela população.

CORDIOLI (2001), afirma que esse processo participativo implica numa aprendizagem mútua envolvendo todos que possam contribuir, seja pela sua experiência, ou pelos conceitos trabalhados, ou mesmo por aqueles que irão estar à frente da execução das ideias geradas. Desse modo, a metodologia participativa, além de considerar a participação da população, também considera o envolvimento dos demais atores no processo de reflexão. ADRIANO (2011), ao citar HERRERA (2009) vê que essa construção coletiva dos mapas sociais tem outras vantagens, já que as impressões deixam o caráter informal e com o georeferenciamento tornam-se mais oficiais:

O mapa desenvolvido pela comunidade passa a ser georeferenciado e dotado de informações que antes eram desconsideradas pelos técnicos, justamente por não possuírem o conhecimento do território que é peculiar de cada comunidade. É neste contexto que se insere uma nova técnica de mapeamento, a cartografia social, que com seu caráter participativo insere o conhecimento da comunidade no mapeamento georeferenciado do território que habita. Entende-se que a cartografia é uma forma de representar o mundo através de instrumentos como mapas, cartas, fotos e imagens de satélite, entretanto quando se insere a questão da participação e do conhecimento local, a produção de mapas ganha não só em eficiência na demarcação do território, mas também no envolvimento social entre as pessoas da comunidade para representar o espaço onde vivem. Por sua vez, a cartografia social é uma ferramenta que traz uma proposta conceitual e metodológica que permite a comunidade construir um conhecimento integral de seu território, utilizando instrumentos técnicos e vivenciais. Assim, esta ferramenta, não pretende unicamente retratar o espaço físico que a comunidade vive, mas também objetiva afirmar os modos de vida, a identidade dos mesmos. Trata-se de uma ferramenta de planejamento e transformação social, que permite a construção do conhecimento por meio da participação e do compromisso social. (ADRIANO, 2011, p.270).

Essa experiência da Cartografia Social no Barroço reconhece, então, que o conhecimento também é um produto social que é construído através de um processo de relação, convivência e troca de experiências com os outros e com o território que habitam. Por isso, a cartografia social representa um importante fundamento para o processo de valorização do pensamento coletivo, já que a elaboração de mapas pelas próprias comunidades pode

servir, ainda, como instrumento de diálogo e auto reconhecimento do território dessas comunidades. Conforme Andrade (2001), a Cartografia Social consiste na utilização e elaboração coletiva de mapas para poder compreender o que tem ocorrido e ocorre em um determinado território.

El ejercicio de Cartografía Social es una herramienta que sirve para construir conocimiento de manera colectiva. La construcción de este conocimiento se logra a través de la elaboración colectiva de mapas, el cual desata procesos de comunicación entre los participantes y pone en evidencia diferentes tipos de saberes que se mezclan para poder llegar a una imagen colectiva del territorio. (ANDRADE, 2001 p.3).

Sendo em Barroão ou qualquer outra comunidade, a cartografia social também consegue fazer com que a comunidade participe, de maneira efetiva, nas discussões a respeito do planejamento territorial funcionando como uma ferramenta que facilita o manejo das informações através do impacto visual e permitindo apresentar as informações de modo gráfico, além de proporcionar o empoderamento das comunidades envolvida no processo, na medida que as fornece novos conhecimentos.

Muitos dos habitantes ouvidos, por algumas vezes, se contradizeram a respeito de algumas informações relativas à comunidade. Outros relatos a respeito da vida coletiva e das histórias da comunidade apresentaram semelhanças e mesmo não existindo verossimilhança em tudo o que foi exposto nesse trabalho de campo. A proposta inicial foi conhecer afundo as manifestações culturais, históricas e sociais dos habitantes do Barroão servindo como registro e memória dessas passagens para a posteridade e ainda para que essa história não deixe de existir como temem os idosos da comunidade. Embora não exista uma história que seja totalmente fidedigna aos acontecimentos, já que é possível desconstruí-la a partir de novas percepções e registros que vão sendo encontrados ou reavaliados conforme o passar dos tempos, tais registros não podem se perder no tempo e com o mapa social a sua manutenção também é assegurada pelos seus pares.

O ato de repassar para o papel esse conjunto de impressões temporais e de anseios quanto ao presente e futuro garante não apenas o empoderamento das comunidades na garantia de voz e vez a elas, mas também denota a importância da memória para elas. Se por um lado deixarão de existir do ponto de vista das edificações, já que casas, cemitério, casa da farinha, dos artesanatos, salão paroquial, a pracinha, entre outros aparelhos urbanos deixarão de existir, por outro; toda a história vivida nesse lugar que será inundado pelas águas,

continuará a existir na representação desse mapa feito a várias mãos, mas com um mesmo propósito geográfico, histórico e memorialístico.

### **2.3 – Conflitos de água e terra: atingidos discutem o processo de desterritorialização das áreas que habitam**

Para a construção desse mapa social na comunidade do Barroço, teve-se, como ideia inicial, buscar um trabalho que privilegiasse um grupo heterogêneo que pudesse contemplar variadas faixas etárias e ambos os gêneros. Foram levados em consideração, num mesmo grupo, a presença de jovens, mulheres, homens e idosos que representam uma parcela significativa na comunidade rural de Barroço. Outro ponto importante foi o respeito a disponibilidade daqueles habitantes. Por isso que foi optado pelo dia 13 de outubro, posterior ao feriado religioso de celebração de Nossa Senhora Aparecida, quando tanto os entrevistados quanto o pesquisador tiveram disponibilidade então para a realização dos trabalhos de forma tranquila e despreocupada.

Para alcançar os resultados propostos com o mapeamento participativo naquela comunidade; num primeiro momento, foi realizada uma dinâmica de formação de grupos com atores heterogêneos do ponto de vista de idade e gênero, mas bastante representativa para os objetivos do mapeamento participativo. Notamos que, na ocasião, os adultos sentiram-se mais à vontade para participarem da oficina cartográfica graças ao apoio dos jovens mais instruídos que, por sua vez, também colaboraram efetivamente com o compartilhamento de suas opiniões e experiências durante todo transcorrer da oficina.

Através desse encontro eles foram orientados sobre a metodologia que iria nortear a dinâmica de trabalho. Também foi feita uma breve explanação sobre a importância da cartografia social como reafirmação do território e das suas dinâmicas sociais. Farias Júnior (2011)<sup>28</sup>, enfatiza que neste contexto:

“As práticas de pesquisa concernentes à cartografia social configuram relações sociais complexas, compreendendo relações de pesquisa tal como define Bourdieu (1997, p. 699). As Oficinas de Mapas são realizadas como parte do processo de cartografia social para a elaboração dos mapas situacionais. Tais oficinas objetivam a publicação de fascículos no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia que visam tornar público processos de autodefinição de identidades coletivas, objetivadas em

---

<sup>28</sup> Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/ Núcleo de Cultura e Sociedades Amazônicas-NCSA/ Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido-CESTU/ Universidade do Estado do Amazonas – Doutorando em Antropologia della Contemporaneità pela Università degli Studi di Milano Bicocca – Italia.

movimentos sociais. Tais mobilizações referem-se a processos étnicos e culturais que explicitam relações sociais, dentre as quais, conflitos, formas religiosas, formas de produção, aspectos culturais, uso dos recursos naturais e formas de apropriação territorial. Os mapas situacionais são acompanhados de depoimentos dos agentes sociais que, dependendo da situação social, podem narrar sua história, um conflito ou acontecimentos míticos, propositalmente relatados a fim de respaldar um ponto de vista político, que pode ser uma reivindicação. Segundo Bourdieu “o espaço social se retraduz no espaço físico” (BOURDIEU, 1997, p.160). O espaço social pode ser definido do ponto de vista relacional, onde “a estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social”. (FARIAS, 2011, p.688).

Essa explanação inicial, realizada de forma didática e lúdica, permitiu orientar melhor os membros da comunidade a respeito do trabalho que seria desenvolvido naquela parte da manhã e tarde ali do dia 13 de outubro de 2017. Como o autor comentou acima a respeito das identidades coletivas, os depoimentos vieram de encontro a explicitação das relações sociais ali vivenciadas, uma vez que com essa explicação sabiam dos objetivos que eram propostos através do mapeamento participativo.

Eles estiveram inteirados quanto ao processo de criação do projeto na Amazônia junto a como tradicionais como indígenas. Foram mostrados os fascículos como resultado prático desse trabalho e muitos indagaram se também iriam estar num desses “livros” na forma das suas histórias e fotografias dos habitantes. Essa preparação especial em que houve a apresentação do pesquisador e de cada um deles foi de extrema importância para a realização do trabalho, na medida em que foi constituída uma atmosfera de sociabilidade e de solidariedade que foram vitais para a compreensão do entendimento das redes de relações que orientam a estrutura formal da organização social na comunidade do Barroão.

Um fato que chamou a atenção foi que por mais isolada que a comunidade pareça, eles fazem uso de um aplicativo de mensagens, o *whatsapp*<sup>29</sup> como forma de interagirem e divulgarem informações importantes para a comunidade, inclusive sobre os processos relativos à desterritorialização das áreas. Em poucas horas, todos ali que possuíam celulares com o aplicativo de mensagens instantâneas, já sabiam que estava lá e qual era a finalidade do trabalho realizado junto a eles. Esse aplicativo de mensagens instantâneas ajudou bastante, já que fui “adicionado” ao grupo e, prontamente, ao explicar o motivo de estar ali, aceitaram

---

29

*Whatsapp* é um *software* para *smartphones* utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão a internet. O aplicativo é visto como uma substituição ao SMS, por ser mais prático e econômico, pois não há um custo adicional para enviar as mensagens, além do plano de dados utilizado para se conectar à internet, por exemplo.

Extraído de: <<<https://www.significados.com.br/whatsapp/>>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.



colaborar com a pesquisa para que pudesse conhecer melhor a forma como lidavam com as notícias que chegavam quase todos os dias sobre o andamento da expropriação do território surgindo mais um elemento de pesquisa sobre as impressões daquela comunidade a respeito da desterritorialização, além do mapa social que foi construído.

A segunda etapa foi a distribuição do grupo na forma de equipes. Cada membro recebeu papel e canetas para fazerem o mapa daquele grupo, sendo explicado que depois iríamos reunir os mapas de todos os grupos para termos um que fosse comum a todos ali. Então, depois que conversaram entre si sobre registros dos mais variados a respeito da cultura, religiosidade, economia, rituais, crenças, medicina natural, entre outros elementos identificadores da comunidade, transpuseram esse conhecimento tradicional para o papel. Como observador participante foi possível compreender que o resultado dessa união de ideias teve como base as informações, percepções e conhecimento do espaço em que vivem, assim do que muitos também ouviram falar dos antepassados. O manuseio do papel, lápis de cores variadas, caneta, pincéis atômicos e réguas facilitaram no esboço desses elementos de identificação da comunidade, além de suas percepções a respeito da questão fundiária, dos modos de ocupação da área habitada, dos tipos de solo predominantes no assentamento e que distinguem a “terra boa” daquela que não é, bem como plantas medicinais na forma de raízes, folhas e garrafadas que são utilizadas por eles para vários tipos de males; os quintais, geralmente no fundo das casas, e que concentram áreas destinadas às criações de animais como galinhas; o plantio de hortas; entre outras particularidades.

Houve também a atenção em possibilitar que a comunidade participasse a oficina sem qualquer interferência do pesquisador facilitador. O automapeamento permitiu um resultado mais genuíno e livre de interferências de qualquer natureza. Apenas questões simples referentes a permissão para desenhar o que bem entendessem era respondida e de que forma poderia ser feita.

Após fazerem os desenhos de identificação da comunidade, os grupos fizeram legendas para situar os leitores sobre o que fora desenhado, como, por exemplo, o galpão da associação, a casa onde é o artesanato de produtos de palha é realizado, assim como a manufatura conseguida a partir do extrativismo do pequi e assim por diante.

Esse momento foi bem didático para os atingidos pela barragem na medida em que conheceram que o mapa não era apenas um emaranhado de traços ou desenhos, mas que também possuía na sua constituição legendas para que se pudesse realizar sua leitura e entendimento dos desenhos ali retratados. Para orientá-los melhor nesse sentido, também foi feita uma breve explanação dos elementos constituintes de um mapa, como escalas,

orientação espacial (norte, sul, leste e oeste), coordenadas, legendas, entre outros. A seguir, um quadro, com os principais relatos dos atingidos e seus elementos de identificação:

<b>TABELA 02 – Principais Relatos dos Usuários</b>		
<b>PRINCIPAIS RELATOS DOS USUÁRIOS</b>	<b>ÍCONES, SÍMBOLOS E REPRESENTAÇÕES</b>	<b>ANÁLISE E CONTEXTO NA PESQUISA</b>
<p><i>“Antigamente o povo aqui mandava pintar e enfeitar as casas para receber a profissão e hoje uma casa ou outra você vê manter essa tradição. O povo mais jovem está mais preocupado é com show e a missa mal acaba e você já vê eles querendo sair logo pra comprar bebida e ficar na rua bagunçando até mais tarde. Tem aqueles que ligam o som alto dos carros desrespeitando a gente que é mais velho e que precisa de sossego e não de barulho. Então hoje tudo é mais diferente de quando era menina e depois que me casei. As famílias tinham o maior gosto de participar de tudo e vinha gente de todo o canto pra cá. Na festa desse ano nunca vi um paradeiro tão grande como agora. É de dar dó na gente”.</i></p>	<p>Templos religiosos simbolizados pela igreja católica do Barroão e pela igreja Assembleia de Deus.</p> <p>Festa da Santa Cruz que ocorre no dia 8 de maio mobilizando a comunidade de Barroão, Buriti de Baixo e de Jequitaí.</p>	<p>A religião, suas manifestações e a devoção religiosa, bem como os modos de professar essa fé a exemplo dessa festividade religiosa ajuda a manter as raízes e memórias do povo de Barroão de forma mais coesa, embora exista essa divisão quanto alguns dos habitantes de lá ligados ao protestantismo e a grande maioria adeptos do catolicismo. O povo demonstrou ser muito religioso com participação efetiva nas manifestações religiosas, no enfeitar da cidade e das casas também, embora, a cada ano, como afirmou a atingida com esse depoimento, tal prática tem se tornado cada vez mais rara.</p>

Relato 2	Legenda – ícones – símbolos e representações	Análise e contexto na pesquisa
<p>O morador, A.S., 57 anos, disse também que, nos últimos 25 anos, os rios têm secado a ponto de ser possível caminhar a pé de um lado para outro deles. <i>“Tem uns aqui que a gente mediu e que estão com sete metros por dez metros de largura. O São Lambertito mesmo, que era um dos principais rios que a gente tinha aqui, acabou virando um córrego. Mas não é só o tempo que não ajuda com a falta de chuva. Tem muito desmatamento aqui que chegar nessa situação”.</i></p> <p>RELATO 3</p> <p>o produtor rural e comerciante de Barrocão, A.S., <i>“eles só tem tido mesmo é conversa e não tem nada resolvido sobre a indenização de muitas terras da gente. Nossa situação tá muito difícil. O Rio São</i></p>	<p>Conforme a vista ao campo foi identificado que muitos rios que eram afluentes do Rio Jequitaí secaram por completo e que restaram o “Corguinho” e o “São Lambertito” que como na fala de um dos habitantes se transformou num córrego e que, mesmo assim, ajudam na manutenção de culturas do Barrocão e do Buriti de Baixo.</p> <p>Na comunidade existe uma bomba que conforme relato, mais a frente dessa pesquisa, tem apresentado problemas e sua manutenção, muitas das vezes, tem sido negligenciada pelo poder público municipal conforme explicita um dos moradores em postagem numa rede social.</p>	<p>A água tem um papel fundamental na manutenção da vida e dos habitantes que ainda resistem morando no Barrocão. A seca já secou boa parte dos rios e os que restaram têm ajudado a mantê-los na comunidade, mesmo que o volume não seja tão satisfatório quanto o de outros tempos. A representação do “Corguinho” e do “Rio São Lambertito” predominou em quase todos os croquis que foram desenhados pelos atingidos, tamanha importância que conferem a água e os múltiplos usos que ela proporciona.</p>

<p><i>Lamberto mesmo que está a 600 metros da comunidade já secou em muitas partes e não sei porque eles pagam um pessoal e não pagam o outro. Minha casa já caiu lá na minha terrinha e não posso fazer nada enquanto não receber a indenização da terra”.</i></p>		
<p>RELATO 4</p> <p>A atingida pela barragem R.B., 43 anos, disse na “roda de conversa” da oficina de cartografia que já está de mudança para a nova área que recebeu da Ruralminas. Ela ocupava uma pequena propriedade na fazenda Porteiras e agora irá murar no Lagoão que fica a mais de 20 quilômetros do atual lugar. <i>“Não tenho o que reclamar não. Pra minha família foi um ótimo negócio sair daqui. A terra do Lagoão é muito boa, apesar de não estar pertinho do Rio Jequitaí. Mas dá pra plantar muita coisa boa lá. Comigo foram 12 irmãos que</i></p>	<p>Aqui o lugar representado pelo Buriti de Baixo, mais precisamente na Fazenda Porteiras. Essa foi uma das atingidas que gostou da mudança.</p> <p>Diferente de outros atingidos, ela terá a possibilidade de permanecer próxima da família. Elogiou a terra e só reclamou da distância do Rio Jequitaí. Daí se vê a importância e como o Rio Jequitaí está simbolizado quanto a sua necessidade para a comunidade do Barroão e do Buriti de Baixo.</p> <p>Para ela as relações parentais serão mantidas e todos os irmãos irão morar</p>	<p>Mesmo que o Rio Jequitaí esteja mais distante em comparação ao atual território, a atingida comemora o fato de estar próxima aos irmãos reforçando aí os laços de identidade e parentesco que também são levados muito em consideração pelos atingidos quando se fala nessa espécie de “separação” entre os amigos, companheiros, “cumpadres” e familiares. Numa situação dessas, mesmo que o rio não esteja tão perto das terras, o fato de estar próximo dos parentes e da manutenção dessas relações sociais é fator levado em consideração</p>

<p><i>ganharam a terra e estão mudando pra lá. Até junho a gente já vai estar morando nesse lugar novo, pois só falta meu marido terminar de construir nossa casinha lá. Pra todo mundo aqui, sair de onde a gente mora a tanto tempo não é fácil. A gente acostuma, né! Faz amizades e é só precisar da ajuda do outro que é atendido na mesma hora. Mas como no meu caso a família é grande, ajuda muito a não sentir tanto essa falta dos amigos. Somos 12 irmãos que moram juntos e lá iremos todos continuar perto. Eles, junto com o meu marido, já estão até plantando lá. Só falta agora receber a escritura da terra”.</i></p>	<p>próximos dos outros.</p>	<p>como muito importante pelos membros da comunidade que participaram da oficina cartográfica.</p>
---	-----------------------------	--

ANDRADE (2001, p.22), constata que esse procedimento inicial, que classifica como educação cartográfica, “é de grande valia para que a comunidade compreenda a semiologia presente no mapa, isto é, que os sujeitos possam ser capazes de compreender e ter uma noção da linguagem cartográfica que um mapa pretende transmitir”. Também foram apresentados a eles alguns exemplos de imagens espaciais, através do uso de fotos de satélite e aéreas para que pudessem ter uma orientação espacial melhor sob o ponto de vista de localização na cidade, região, estado, país e planeta.

A atingida pela barragem, M.A.D, 62 anos, comentou que a oficina a fez enxergar a comunidade de uma outra maneira e que não havia parado para pensar que era desse jeito

percebido através do mapa e das narrativas estabelecidas nos grupos. “Foi uma experiência muito boa, já que aprendi muita coisa aqui sobre nossa comunidade que mesmo morando aqui nem sabia. Ouvi muita história boa do pessoal que estava aqui antes da gente e o que mais chamou a atenção foram as histórias de assombração e das brincadeiras que a gente tinha aqui de antigamente”. (M.A.D, 2017). Já o atingido, R.R., 37 anos, disse ter tido ainda mais “orgulho” do “seu povo” com base em tudo que ouviu na oficina. “A nossa comunidade é carente de tudo e um trabalho desses seus faz a gente ver que não somos assim tão pobre quanta a gente pensa que é. A gente é muito rico de histórias e se a gente tá aqui hoje é porque vocês acharam legal e vieram saber mais disso. Tomará que esse trabalho ajude não só vocês a formar (sic), mas também trazer melhorias pra gente no lugar que vamos ter que morar daqui pra frente. A gente não quer ficar isolado de tudo e esquecido; isso já foi a vida toda”. (R.R., 2017).

A dona de casa e artesã, também atingida pelo empreendimento da barragem do Rio Jequitaiá-MG, A.L.N, 78 anos, falou que a experiência de construção do mapa participativo foi muito importante para ela e para os demais habitantes de Barroão, pois através dele conheceram melhor como um mapa é produzido e qual a finalidade dos mapas oficiais e sociais. “A gente quase nunca é lembrado e vocês tiveram esse cuidado de vim (sic) aqui fazer esse trabalho com a gente que é simples, nem sabe conversa muito bem, mas, mesmo assim, respeitaram e aceitaram a gente como é. Gostei muito de ouvir as histórias todas e das brincadeiras de antigamente que minha mãe fazia; das bonequinhas de palha, de tudo que me fez voltar naquele tempo bom de quando a gente era criança. Então foi tudo muito bom!” (A.L.N., 2017).

O produtor e também atingido pelo empreendimento, A.A.F., 48 anos, lamentou que não queria sair de lá e que essa experiência com a cartografia social trouxe memórias “muito boas” e que deseja que nunca sejam apagadas da memória dos habitantes de lá, tanto do “pessoal mais velho, quanto do mais novo”, “principalmente os novos que quando lembrarem de nós (sic) falem com orgulho lembrando que o povo daqui pode até ser menos estudado, mas sempre foi trabalhador. O que a gente tem aqui hoje foi com muita luta e a gente fica avechado com tudo isso que tá acontecendo (sic) ai. Os homem fala que é pra dar água e luz pro povo, só que no fim eles tão querendo (sic) mesmo é tirar o deles”.

Neste próximo capítulo será dada sequência a impressão que os moradores do Barroão tiveram com a realização da Cartografia Social na comunidade. Para isso serão apresentados, de forma mais detalhada, todos os resultados alcançados com a proposta da Nova Cartografia Social desenvolvida ali. Também serão apresentados os resultados obtidos

com as oficinas que evidenciam os descontentamentos e os aspectos positivos mensurados pelos atingidos, tal como no quadro a seguir:

<b>Tabela 03 – Símbolos e Representações</b>		
<b>Símbolos - representações</b>	<b>Problemas</b>	<b>Reivindicações</b>
<p>Igrejas que representam a manifestação da fé, assim como as celebrações e festas religiosas tradicionais como a Santa Cruz.</p>	<p>Perca da identidade religiosa por parte dos jovens da comunidade que estão mais preocupados com as bandas que irão tocar na festa que com as novenas, reza do terço e outras manifestações religiosas. Poucas casas também têm sido enfeitadas para a festa como era no passado.</p>	<p>Manutenção da tradição religiosa através dos poucos jovens que restaram na comunidade. Haja vista que as manifestações são transmitidas como herança cultural de pai para filho, fato que tem ajudado a perpetuar os costumes e práticas religiosas ao longo do tempo.</p>
<p>O valor comercial das terras que segundo alguns habitantes do Barroão não tem sido pagas com o valor justo que se exige das mesas. As indenizações estão com valores abaixo do de mercado segundo denunciam alguns dos atingidos.</p>	<p>Muitos proprietários de terras no Barroão não aceitam vender suas “mangas” pelo valor oferecido pela Ruralminas e só “arredam” o pé das áreas em caso da oferta de valores maiores por elas. Existe ainda a situação dos arrendatários, meeiros e parceiros que trabalham na terra de terceiros e sem as mesmas, temem que irão “morrer de fome”.</p>	<p>A reivindicação principal é oferecer o valor digno pelos lotes a serem inundados ou transformados em áreas de preservação ambiental. Temem “perder dinheiro” nessas transações e que só aceitariam sair com uma oferta maior em dinheiro. Dizem ainda que existe muito mais dúvidas que respostas e que muitas pessoas que adquiriram lotes por R\$ 12 mil, estão tentando revendê-los por até metade do valor adquirido diante da incerteza quanto a construção</p>

		da barragem, já que não podem fazer melhorias nas terras que, a qualquer momento, podem ser inundadas.
A escola e o campo de futebol, assim como o “Corguinho” e o “Rio Jequitaí” e os templos religiosos são vistos como importantes elementos caracterizadores e de pertencimento no Barroão e as representações cartográficas evidenciam que os mesmos farão muita falta nessa mudança para o novo território.	Eles reclamam que esses lugares são importantes porque são os lugares para professarem a fé religiosa, fazerem a recreação e se prepararem para o futuro. Ainda não sabem, por exemplo, se terão acesso a uma escola “de qualidade” como a atual dotada de biblioteca e computadores com acesso a internet e “excelentes” professores.	Daí se vê a importância que a educação, a possibilidade de professar a fé religiosa; a recreação no Rio e no campo de futebol são importantes para a população de Barroão e que tais elementos, assim como a presença dos parentes e amigos por perto são os principais impactos que existem com esse remanejamento para outras áreas onde não terão acesso aos mesmos benefícios.

Por fim, as recomendações e posições da comunidade a respeito do projeto hidroagrícola da barragem do Rio Jequitaí-MG quanto ao que vêm como a melhor forma de acontecer essa desterritorialidade resguardando-os de perdas futuras e o diagnóstico desses problemas através da análise dos mapas que foram construídos. Para apresentar os resultados obtidos com a Nova Cartografia Social serão apresentados os mapas realizados pelos grupos de habitantes do Barroão que participarão das oficinas, assim como o mapa definitivo, de onde serão identificados todos os elementos que consideram importantes para a representação da comunidade como um todo. Serão mostrados relatos também das oficinas que demonstram ou não a insatisfação dos moradores quanto à desterritorialização. Nelas tiveram a oportunidade de expressarem quanto o que pensam a respeito dessa realocação no que tange aos malefícios e benefícios. Essas impressões também foram manifestadas através dos mapas que elaboraram coletivamente e para apresentarmos o que pensam sobre a mudança de território dedicaremos um tópico especial denominado de “Cartografando: diagnóstico do



problema através da análise dos mapas” e finalizando o trabalho com o tópico “Recomendações e posições da comunidade” a respeito do que julgam ser necessário para que não ocorram perdas materiais, identitárias, simbólicas, entre outras provenientes dos impactos da obra na comunidade.

## CAPÍTULO 3

### 3. Estudo de caso da Comunidade do Barroço

#### 3.1. Implicações sociais causadas pela demora na construção da barragem do Rio Jequitaiá

Na duas visitas de campo à comunidade foi identificado o fato de que o projeto da Barragem do Rio Jequitaiá ainda não tem significado benefícios para o povoado, mas prejuízos. Os moradores relatam, por exemplo, que boa parte dos pequenos produtores rurais, a grande maioria de todo o povo e do entorno conhecido como “Buriti de Baixo”, não podem “mexer” em suas terras porque ainda aguardam a indenização delas que, enquanto não ocorre, não podem nem mesmo plantar sob pena de amargarem prejuízos com a aquisição de sementes, defensivos agrícolas e preparo do solo. Um dos habitantes do povoado, que também é comerciante no Barroço, A.S., 73 anos, reclama que sua outra casa em porção de terra localizada na área de inundação da barragem já ruiu por falta de cuidado. “Então a gente tá desse jeito que o sinhô tá veno (sic). Não pode fazer nada com a terra porque se faz e ai os homi chega e indeniza nós (sic), acaba perdeno (sic) tudo que investiu e nessa época que a gente tá vivo (sic), não pode perder dinheiro assim não”.

Ele diz que “muita gente empolgou” e que muitas “mangas” situadas no Barroço e na comunidade de Buriti de Baixo, antes de anunciarem as obras da barragem, que valiam cerca de dois mil reais, passaram a custar R\$ 12 mil. Porém, diante da incerteza quanto a continuidade das obras, muitos que as adquiriram por esse valor têm as negociado agora por oito ou seis mil reais e, mesmo assim, têm tido dificuldade em vendê-las. *“Acho que o povo cansou mesmo das promessas desses homi (sic), sabe. É muito blá blá blá e pouca ação. Arrumam ônibus pra levar a gente pra Jequitaiá, chega lá, aquele monte de político promete tanta coisa e, no final das contas, nada do que falam pra gente acontece. Então tem muita gente indo embora daqui e a escola só não fechou as portas ainda porque os professores de Jequitaiá gostam das crianças daqui. Mas já tem muita turma fechada porque os pais decidiram deixar a comunidade. Não dá pra fazer melhoria nas terrinha (sic) e o povo aqui*

*tá sem dinheiro. Já pensou se você gasta um dinheirinho pra planta (sic) e depois a água toma conta de tudo. Ninguém vai querer isso. Semana passada mesmo, os homi (sic) tiveram (sic) aqui e já levaram as brita (sic) do Cachoeirão e um monte de máquina que tava (sic) trabalhando lá. Então, a gente acha que esse negócio ai não vai pra frente não”.*

Além da desvalorização das terras, evasão escolar e desemprego, a seca também é outro problema que tem afetado Barrocão e Buriti de Baixo. Boa parte dos rios que são afluentes do Rio Jequitaí também estão secando, como o Rio São Lamberto, ou já se encontram completamente secos. Uma das exceções é o chamado “Corguinho” que é o principal curso d’água que tem abastecido as famílias de Barrocão e Buriti de Baixo e que ainda não foi afetado pela seca.

O morador, A.S., 57 anos, disse também que, nos últimos 25 anos, os rios têm secado a ponto de ser possível caminhar a pé de um lado para outro deles. *“Tem uns aqui que a gente mediu e que estão com sete metros por dez metros de largura. O São Lamberto mesmo, que era um dos principais rios que a gente tinha aqui, acabou virando um córrego. Mas não é só o tempo que não ajuda com a falta de chuva. Tem muito desmatamento aqui que chegar nessa situação”.*

A água é vista pela comunidade como uma das maiores riquezas que existe ali e esse valor que apregoam a ela foi identificado na oficina de Cartografia Social. Tanto que alguns dos participantes afirmou que a alternativa que tem ajudado muitas famílias é o armazenamento da chuva em caixas d’água de até 10 mil litros para que não falte noutras épocas do ano. Essa importância da água para a comunidade também esteve expressa em alguns mapas sociais em que constaram o desenho de um dos principais mananciais que abastece a comunidade e que é chamado por eles de “Corguinho” e que, segundo uma das participantes da oficina de Cartografia Social, “ele nunca secou” e continuava “forte” mesmo diante do longo período prolongado de estiagem que tem afetado o Norte de Minas. O curso d’água é utilizado para irrigar as plantações de milho, feijão, abóbora, entre outras e também para subsistência. Uma bomba é responsável pela captação da água, mas as vezes ela apresenta defeito, conforme rede social da comunidade do *Facebook* denunciou nesta postagem realizada por um dos moradores cujo título é “Descaso total na comunidade do Barrocão”:

FIGURA 10 – Postagem em rede social *Facebook* sobre qualidade da água no Barroão

FONTE: *Facebook*, 2018.

A postagem com a reclamação data de janeiro de 2018 e na última visita realizada a comunidade, em maio passado, o problema foi resolvido mas, ainda conforme alguns moradores, volta e meia o problema relacionado a bomba volta a trazer transtornos como este relatado pelo morador na rede social. Nas considerações do morador é vista essa questão do poder relacionado ao território e os múltiplos usos que se faz dele. Não se pode, então, desassociar tais elementos, pois a melhoria e manutenção da qualidade de vida da população está diretamente relacionada a preocupação do poder público conforme SOUZA (1995), que afirma que o “território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Hannah Arendt (1983), por sua vez, comenta que o “poder não é uma “coisa”, algo que possa ser estocado; ele não pode ser armazenado e mantido e reservado para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação”. Sua definição de poder vai mais além quando associa a existência e o sentido dele a coletividade:

O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (...) Um grupo de homens relativamente pequeno, mas bem organizado, pode governar, por tempo quase indeterminado, vastos e populosos impérios (...). Por outro lado, a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia à

violência face a forças materiais vastamente superiores (AREND, 1983, p.212-213).

A população então se sente dependente desse poder, seja para a continuidade da obra da barragem ou mesmo para coisas mais simples ali como o defeito de uma máquina de sucção de água e que afeta diretamente a vida de centenas de pessoas que ainda residem ali. Os moradores entrevistados reclamaram que não se sentem representados na Câmara Municipal de Jequitaiá e que tem várias décadas que nenhum vereador de lá é eleito pela comunidade. Dos 13 eleitos, apenas um deles foi mencionado por alguns dos participantes da oficina de cartografia social como alguém que tem ajudado a comunidade através de marcação de consultas em Montes Claros, custos com o transporte e deslocamento neste município durante o tratamento dos pacientes de Barroirão e de Buriti de Baixo e ainda o apoio a confraternizações na comunidade através de “ajuda” para a realização de tradicional feijoada no local. O comerciante, A.S., cita que esse vereador é o Binha Caldeira e que é o único que se importa com a comunidade e que por esse motivo teve quase 1500 votos nas eleições municipais de 2016, sendo mais de 200 destes votos tendo sido obtidos na comunidade.

Arendt (1983) afirma em relação a esse assistencialismo que o poder não pode ser entendido jamais como propriedade de um único indivíduo e que para ser legitimado é necessário que o grupo se sinta investido dele e não o confira a uma única pessoa tal como foi possível identificar no trabalho de campo realizado junto à comunidade de Barroirão:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo de mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (...)” (ARENDT, 1983, p.24).

Com base nessa reflexão a manifestação de poder em que se vê a coletividade investida do mesmo é na forma da Associação de Moradores do Barroirão. Geralmente é a entidade composta por uma diretoria com presidência, vice, tesoureiro e primeiro e segundo secretários que representa a população do povoado em reuniões realizadas em Jequitaiá para a distribuição de sementes doadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF); nas audiências públicas convocadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Jequitaiá para

debater os prejuízos acarretados pela seca no município ou ainda para ter acento nas reuniões convocadas para o debate sobre o andamento das obras da barragem do Rio Jequitaiá. O PAS que é o Programa de Assistência Social do Projeto da Barragem do Rio Jequitaiá e ouvidoria do mesmo também tem oferecido assistência para as famílias atingidas pela barragem desde o fim de 2013.

O escritório funciona na sede do município de Jequitaiá e disponibiliza os ônibus para que os interessados em participarem das reuniões com os técnicos da Codevasf, representantes da Câmara Municipal e da prefeitura de Jequitaiá, entre outras entidades, possam se deslocar de Barroão para Jequitaiá. A última reunião que se discutiu a retomada das obras ocorreu em outubro de 2017, mas que segundo o produtor rural e comerciante de Barroão, A.S., *“eles só tem tido mesmo é conversa e não tem nada resolvido sobre a indenização de muitas terras da gente. Nossa situação tá muito difícil. O Rio São Lamberto mesmo que está a 600 metros da comunidade já secou em muitas partes e não sei porque eles pagam um pessoal e não pagam o outro. Minha casa já caiu lá na minha terrinha e não posso fazer nada enquanto não receber a indenização da terra”*.

Na página social do PAS, criada no início de 2014, existe uma série de ações desempenhadas junto à comunidade do Barroão e do Buriti de Baixo com a participação de boa parte dos atingidos pela barragem. Existe o apoio a cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MG), como produção de doces caseiros a partir da manufatura do pequi que é um fruto encontrado com abundância nos arredores do povoado.

O PAS mantém ainda um blog com notícias sobre o andamento das obras e a respeito de suas ações que envolvem também a plantação de mudas de espécies nativas a beira do Rio Jequitaiá. Para que os moradores compreendessem melhor o projeto e seus impactos sociais e ambientais, o Programa disponibilizou uma cartilha intitulada de “A Barragem Jequitaiá I: Perguntas e Respostas sobre o Empreendimento” e com linguagem simples e acessível foi distribuída em Barroão e Buriti de Baixo. No *blog* e na rede social mantida pelo projeto também é possível conferir a íntegra de dois documentos que são o Plano de Assistência Social e o Plano de Negociação das Terras assinado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF); Fundação Rural Mineira (Ruralminas) e a Fundação Renato Azeredo. Existem ainda informações técnicas relacionadas a geração de energia, abastecimento de água e a prospecção relacionada a produção da fruticultura viabilizada pelo empreendimento; exploração do turismo pelo espelho d’água que se formará; entre outros prováveis benefícios prometidos com a obra.

A reportagem do blog “Jequitai em Pauta”, cuja postagem é de 2015, ainda detalha as etapas de funcionamento do projeto e toda a capacidade de geração de energia, abastecimento, recreação e produção de gêneros alimentícios:

O Projeto Jequitai é um empreendimento voltado para a sustentação do potencial hídrico do rio Jequitai, por meio da regularização da oferta de água e de suas vazões, diminuindo o risco de enchentes e a falta de água na época de estiagem. Com a implantação de duas barragens, o Projeto Jequitai viabilizará, ainda, a irrigação de 35 mil hectares de lavouras, com a previsão de produção de 420 mil toneladas/ano, além da geração de energia instalada de 20,6 megawatts, beneficiando o meio urbano e rural de 19 municípios situados na sua área de influência. Nesse contexto, todo o processo de instalação do Projeto Jequitai está planejado em três etapas: a primeira delas, consta na instalação da Barragem Jequitai I. Essa é a etapa em que estamos agora, onde o barramento do rio Jequitai, na altura do trecho conhecido como “Cachoeirão”, resultará na criação de um reservatório que alagará uma área de 9.713 hectares, que se estende pelos municípios de Jequitai, Francisco Dumont e Claro dos Poções. A segunda etapa consistirá na edificação da Barragem II, a qual será responsável pela distribuição da água armazenada no reservatório da Barragem I até o perímetro de irrigação. A terceira e última etapa resultará na implantação do perímetro de irrigação. E, conforme mencionamos, serão irrigados cerca de 35 mil hectares de lavouras, momento de grande expectativa, pois, após a sua instalação, várias empresas da agroindústria serão atraídas para a região, o que gerará a oferta de muitos empregos (diretos e indiretos). Todas essas três etapas tem previsão de conclusão de, aproximadamente, 12 anos. A etapa atual, de instalação da Barragem Jequitai I, tem sua previsão de término em 2016. As demais etapas ainda serão objeto do licenciamento ambiental. (COSTA, 2015, p.2)

No trabalho de campo junto à comunidade do Barroco foi possível conferir in loco o andamento da barragem no canteiro de obras no trecho chamado de “Cachoeirão” em 12 de maio passado por ocasião da visita à comunidade para acompanhar de perto a realização da festividade religiosa mais tradicional do povoado intitulada de Festa da Santa Cruz. No local, como relataram os moradores, parte das britas foi retirada por caminhões, assim como algumas máquinas que estavam sendo usadas no canteiro de obras. Nos arredores do paredão que contorna a futura barragem existe muito cascalho e o acesso é difícil. Foi possível verificar ainda que as obras estão bem na fase inicial com a fundação ainda na base da concretagem e da amarração com vergalhões, o que viria a ser uma das bases da barragem.

A área desmatada nas margens da futura barragem ainda é pequena e consiste, além da construção do paredão de contenção, num espaço para armazenar os materiais como o carregamento de britas e, ao lado esquerdo ao paredão, um galpão que fora construído para a estocagem de material como os ferros e o maquinário necessário para a obra. Porém, como afirmaram alguns moradores do povoado, parte deles estão sendo retirados como pás carregadeiras, tratores, caminhões, entre outros, fazendo com que a descrença em relação a continuidade da obra se torne ainda maior entre a comunidade. Muitos moradores que residem nas redondezas disseram que, no início, a movimentação na estrada de acesso de máquinas e

de trabalhadores era muito grande e que agora quase não se vê mais a presença deles por ali. A foto a seguir mostra, portanto, a situação mais recente de como se encontra o canteiro de obras após a retirada de parte da brita pelos caminhões e também de algumas máquinas que estavam sendo utilizado na obra:

FIGURA 11 – Vista do canteiro industrial de obras da barragem I do Projeto Jequitaí no “Cachoeirão”



FONTE: MEIRA, JGV, 2018

Área situada a quatro quilômetros das comunidades de Barrocão e Buriti de Baixo e onde se localiza a base da barragem I do Projeto Jequitaí em local conhecido como “Cachoeirão”, mas que não dispõe de água segundo visita técnica realizada em 08/05/2018

### **3.2 - Problemas que envolvem outras categorias de trabalhadores da terra**

Não são apenas alguns dos produtores rurais de Barrocão e Buriti de Baixo que têm tido problemas com o atraso das negociações das terras. A situação tem sido ainda pior em relação a outras categorias de trabalhadores da terra que também foram ouvidos para a presente dissertação de mestrado. Diferentemente dos produtores rurais, os trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários trabalham nas terras de terceiros e, com a inundação dessas áreas, todos ficarão sem a única condição de trabalho de que dispõe para proverem a sua subsistência e de suas famílias. A esse respeito, o PAS do Projeto Jequitaí afirma que

existe, dentro do Plano de Negociação da Barragem I do Projeto, a oferta de benefícios para essa parcela de atingidos pela barragem que, embora não tenham terra, trabalham naquelas que são de terceiros num regime de trabalho em que recebem uma pequena parcela do que é negociado por aquilo que plantam. Boa parte do que é vendido por esse cultivo fica com o proprietário da terra e cerca de 30% do lucro ou até menos cabe aos trabalhadores rurais, meeiros e parceiros. Daí a situação deles é ainda mais complicada, já que não serão indenizados, pois não dispõem da terra e sim trabalham nela. Sobre isso, o Programa de Assistência Social do Projeto Jequitai, numa reportagem postada no blog sobre as notícias referentes ao andamento da obra e quanto as negociações da Codevasf e Ruralminas em relação aos atingidos, apresenta a seguinte consideração:

O Plano de Negociação da Barragem I do Projeto Jequitai também vem negociando com um público bastante delicado, os trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários que trabalham nas propriedades localizadas no perímetro de inundação. Registra-se um total de 249 pessoas nessas condições, as quais têm recebido aqueles benefícios previstos pelo Plano de Negociação. Até o momento, 19 negociações já foram realizadas junto a trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários. (COSTA, 2015, p.2).

Esse “público delicado” está espalhado pelas comunidades do Barrocão e Buriti do Meio em áreas próximas ao canteiro de obras do “Cachoeirão” e não participou da oficina de cartografia por não residirem na comunidade do Barrocão e sim na de Buriti de Baixo. Um deles, também entrevistado para o presente trabalho, A.J.G, 43 anos, contou que trabalha como assentado numa terra de cinco hectares e que não é “contra” a barragem, mas desde que cumpram a “promessa” de não desampararem os trabalhadores como ele que não receberão indenizações porque não possuem terra e sim trabalham nela. A área que ela trabalha está situada a dois quilômetros do “Cachoeirão”, área onde a obra já iniciou com a construção de um dos paredões. *“Essa barragem vai cume (sic) tudo aqui e a gente que não tem terra e trabalha na dos outro (sic) não vai ter mais de onde tira (sic) o sustento. O que a gente planta aqui, mal dá pra cume (sic) e se ainda tira o pouquinho que a gente tem, como vai fazer depois?”*.

Ele comentou ainda que conhece muita gente que está “espalhada” pelo Barrocão e Buriti de Baixo sofrendo com a mesma situação de indefinição quanto a realização da obra no tempo estipulado pela Codevasf que é de 12 anos contados a partir de 2016 quando a pedra fundamental da barragem I do Rio Jequitai foi lançada no “Cachoeirão”. *“A gente até foi numa dessas reunião (sic) e eles disseram pra nós que não vamos sair no prejuízo não. Tem*



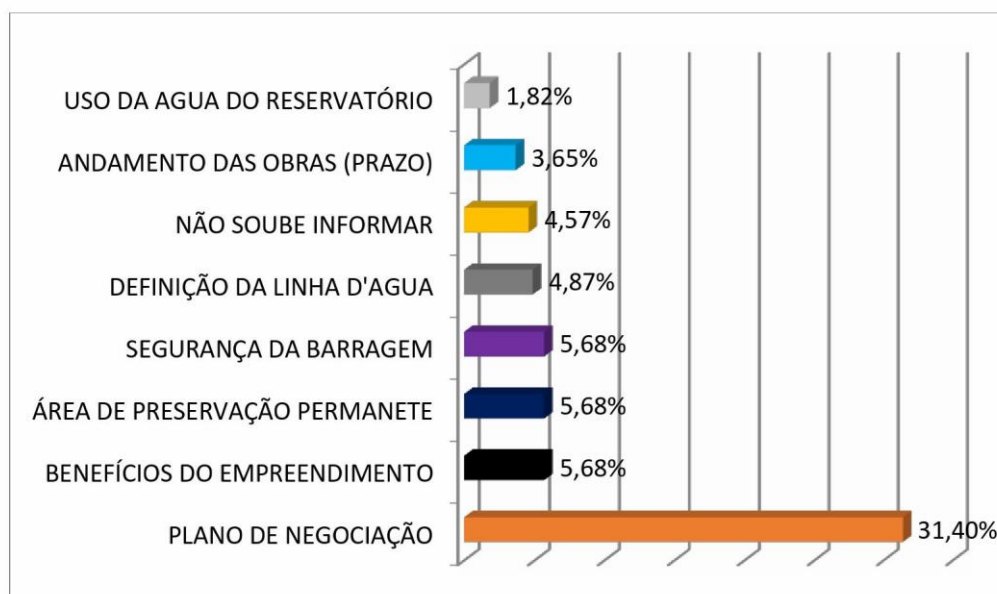
*muito pai de família que até (sic) não teve como ter sua terrinha e a única coisa que sobra de trabalho (sic) aqui pra nós é trabalha nas terra (sic) dos outro (sic). Se tirar isso de nós, muita gente vai cume (sic) e vesti como? Aqui também é perto pra nós. Não sei se nos luga (sic) que eles tão falano (sic) que vão manda o povo morar é bom pra ir igual aqui. Só tenho uma bicicletinha veia (sic) e aqui ao menos tá perto pra mim e também não sei faze (sic) outra (sic) coisa da vida que mexer na terra”.*

O PAS do Projeto da Barragem I do Rio Jequitáí tenta mostrar a todo o momento que são inúmeros os benefícios prometidos com a obra e que está tendo chegar a um acordo com os produtores rurais proprietários de terras e os trabalhadores delas. Para ilustrar essa suposta preocupação apenas algumas linhas de texto como no mesmo blog que traz o mapa, verificado no início da presente pesquisa, informações técnicas; andamento da obra e cursos direcionados aos atingidos pelo SENAR/MG; Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Jequitáí e Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Jequitáí.

Numa das reportagens veiculada no Informativo “Jequitáí em Pauta”, versão impressa e eletrônica, foi feita uma enquete, ou seja, questionamento sobre o seguinte aspecto: “Que tipo de informações ou esclarecimentos você gostaria de receber sobre a Barragem I do Projeto Jequitáí?”

A pesquisa foi realizada em março de 2015 com um universo de 328 famílias atingidas pela Barragem I do Projeto Jequitáí em várias comunidades que serão inundadas pelo empreendimento incluindo as vizinhas Barroirão e Buriti de Baixo. Foram ouvidas, na oportunidade, então, 1.401 pessoas que responderam da seguinte maneira:

TABELA 01 – Pesquisa realizada pelo PAS sobre dúvidas a respeito do Projeto Jequitaiá junto às comunidades atingidas pela barragem



FONTE: Boletim Jequitaiá em Pauta, 2015.

A demanda relacionada ao plano de negociação foi, portanto, a principal preocupação dos entrevistados nesse universo representativo e polarizado de famílias atingidas pelo projeto da Barragem I e, conforme as entrevistas realizadas nas comunidades do Barroão e Buriti de Baixo para o presente trabalho, não houve diferença nesse período de três anos após essa incursão junto aos atingidos. Tanto os que participaram da oficina de Cartografia Social quanto os entrevistados no trajeto em direção ao canteiro de obras do Cachoeirão também estão ansiosos quanto ao plano de negociação, já que o mesmo contemplou algumas famílias e outras ainda não.

O produtor rural, M.A.V., 67 anos, é um dos produtores que critica os valores oferecidos por algumas propriedades por estar, no seu entendimento, bem abaixo do que as terras realmente valem. *“Em média uns 30% abaixo do que elas realmente valem. Querem pagar o que bem entendem e valorizam bem menos do que muitas delas valem. Não só eu tenho reclamado disso, mas muitos vizinhos aqui perto também insatisfeitos com essa desvalorização do preço da terra. Desse jeito não tem como sair daqui satisfeito recebendo só isso que eles querem pagar. Falei isso numa das reuniões e o moço da Rural (Ruralminas), falou que iria sentar com cada um de nós pra rever esses valores aí e até hoje não aconteceu nada e ficou tudo mesmo na conversa que eles jogam pra cima da gente”*.

O curioso dessa pesquisa apontou, em proporções bem menores na comparação com a parte financeira, um empate quanto a três outras demandas da comunidade: a segurança da barragem; a área de preservação permanente e os benefícios do empreendimento. Todas as categorias tiveram 5,68%. A parte ambiental, então, além dos benefícios prometidos pela obra não preocupam tanto quanto a parte financeira para os entrevistados. Outro dado que chama a atenção é resultado da desinformação sobre o impacto da obra nas comunidades atingidas, já que quase 5% dos ouvidos não souberam informar qual a sua maior demanda quanto ao projeto, mesmo tendo havido inúmeras reuniões com a presença de representantes da Associação dos Moradores do Barroço; da distribuição de cartilhas com perguntas e respostas sobre os impactos com a construção da barragem e os planos de negociação e de assistência social voltados aos atingidos. Assim como três anos desse levantamento, muitos atingidos ouvidos neste presente trabalho ainda têm dúvidas quanto ao que acontecerá em termos de impactos sociais e ambientais ocasionados pelo empreendimento. Então, até mesmo para opinarem a respeito, era complicado ouvir algumas argumentações quanto ao que de melhor poderia ser feito em benefício das famílias atingidas pela barragem.

Tanto o plano de negociação das terras quanto o de assistência social estão disponíveis para conhecimento público no blog e na página oficial do PAS no *facebook*. Contudo, o linguajar técnico prejudica o entendimento quanto as providências que estão sendo tomadas do ponto de vista ambiental e social. Além disso, a comunidade do Barroço está sem o seu telecentro inaugurado em 2013 pelo governo do Estado através do programa de Inclusão Digital. Muitos moradores têm acesso à internet através de *smartphones* (celulares dotados com internet). Muitos deles ouvidos na oficina de Cartografia Social e na visita a alguns moradores do Buriti de Baixo também, situado a poucos metros do Barroço, disseram desconhecer a existência desses planos e que não sabem nem mesmo onde os mesmos podem ser localizados.

Embora muita gente ainda reclame da demora quanto a indenização das terras, algumas famílias já começaram o processo de mudança para as novas áreas, inclusive já construindo as novas casas nas terras oferecidas pela Ruralminas. O comerciante e produtor rural, A.S., disse que alguns “companheiros” já foram indenizados e que já estão “de saída” para as novas moradias. *“Eles estavam com a documentação toda certinha e em dias com a justiça. Então esse pessoal que não tinha pendência nenhuma foi privilegiado recebendo as indenizações primeiro que aqueles com algum problema em relação às terras. Muitas delas não são só de uma pessoa, mas de famílias que querem ver com qual parte do dinheiro vão*

*ficar e ai esses casos estão demorando mais para sair o dinheiro e poderem mudar daqui também”.*

Ele diz que proprietários de fazendas também têm recebido primeiro que os pequenos proprietários de terras e que essa diferenciação tem gerado muita revolta e insatisfação dos “menores” que entendem “precisar” mais do dinheiro que os fazendeiros proprietários de terras maiores. *“Enquanto minha casa tá caindo lá sem eu poder mexer nela até sair logo essa indenização, os grandes estão ai numa boa recebendo o dinheiro primeiro que a gente e podendo sair daqui a hora que quiserem sem os prejuízos dessa espera, já que enquanto tiver essa negociação na justiça, não posso plantar, reformar minha casinha lá e fazer nada. Ainda bem que tenho o meu comércinho aqui no Barrocão que me ajuda muito a sustentar minha família. Mas se não tivesse? Como iria sobreviver esperando a boa vontade desse povo em resolver logo o problema da gente que é “pequeno” e precisa muito mais receber esse dinheiro, mesmo não sendo o que a gente esperava que era o valor certo pelas terras”.*

O comerciante e produtor rural disse também que já visitou as novas terras que alguns “companheiros” estão indo morar e que nem todas são de boa qualidade. *“As únicas que são boas e que plantando “pega” melhor é na terra da Fazenda Cipó, no Lagoão é bom também e nas terras da Fazenda Corrente. As outras são mais ou menos e o resto que conheço é tudo ruim. Então quem está mudando agora tem a sorte de ficar com as melhores áreas de terra e os que vierem depois, vão ter que contentar com a parte pior”.*

Essa reclamação do comerciante coincide com outros relatos de produtores e trabalhadores rurais de Barrocão e da comunidade vizinha de Buriti de Baixo. Identifica-se a dificuldade das lideranças políticas de ambas comunidades, na forma de associação constituída, em informar melhor sobre os impactos e a respeito do plano de negociação das áreas que, conforme as entrevistas na oficina, nas abordagens para o presente trabalho e na pesquisa realizada pelo PAS, é a maior demanda por informações dos atingidos ouvidos.

Essa falta de uma representação política mais efetiva, ainda mais por parte do legislativo de Jequitaiá, e do executivo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento deste município, evidencia a fragilidade do mecanismo político para a aproximação entre as esferas de poder, responsáveis pela obra, e a parte diretamente atingida pelo empreendimento: as famílias atingidas pela barragem. Sobre essa relação política, Ribeiro (2014), comenta que:

A ação pela ação corresponde à aceleração do mundo, nomeada também pelo professor Milton Santos como a aceleração do mundo, uma

característica da contemporaneidade. Na outra face nós temos a ação instrumental, a tendência à instrumentalização da ação ou ao predomínio da ação instrumental, que é a ação que está muito mais preocupada com os meios do que com os fins; daí a importância de mediadores, e não exatamente da representação política. Isso me parece, como um conjunto de fenômenos, estar relacionado à denominada crise da política. Nós vivemos hoje uma crise da democracia, uma crise da política, apesar da alegria que podemos ter com os resultados eleitorais, mas é necessário distinguir eleição de vivência da política. (...) não é possível pensar a política exclusivamente por pontos no tempo; a política é algo muito mais complexo do que isso, faz referência à constituição de uma esfera especializada da vida social e diz respeito aos caminhos tomados historicamente para a configuração do nível político e jurídico das formações sociais. (RIBEIRO, 2014, p.104).

Essa falta então de uma proximidade maior entre os representantes políticos e a sociedade resulta nesse conflito ou ausência de informações que resulta nessa preocupação de mais de 31% das pessoas quanto ao plano de negociação das terras por mais que tenham participado de reuniões sobre este e outros assuntos relacionados à obra e ouvido dos representantes, na forma da Associação de Moradores, o resultado desses encontros que ocorreram numa média de três vezes desde 2013 com as reuniões preparatórias para o anúncio e início das obras da barragem I do Projeto Jequitaí.

O poder político então que recai sobre uma minoria não ocorre de modo heterogêneo como demonstra a quantidade elevada de pessoas que, inclusive, não souberam informar qual a sua demanda, quase 5% dos entrevistados na pesquisa do PAS, porque não chegou a eles o resultado desses encontros com os seus representantes políticos. Sobre essa heterogeneidade e descentralização de poder no cenário de decisões e de demandas que envolvam projetos dessa dimensão, como o da barragem do Rio Jequitaí, Souza (2017), comenta o seguinte:

(...) uma coletividade, ao acordar livremente – vale dizer, com todos os mementos em igualdade efetiva de condições no processo decisório – regras no tocante à organização de um espaço (que pode ser um imóvel ocupado por sem-teto, ou então uma biblioteca mantida por uma organização libertária, ou ainda um centro ou “diretório” acadêmico autosugerido...), definindo, inclusive, possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder, poder esse que se consubstancia sob a forma de um conjunto de normas. O fato de essas normas poderem ser discutidas e rediscutidas a qualquer momento, podendo ser alteradas, em vez de serem vistas como inquestionáveis ou tabus, indica que se está diante de um poder não heterônimo – e não que se está diante da “ausência de poder”. (SOUZA, 2016, p.84).

O poder então está relacionado a organização de um espaço social e tudo o que está relacionado a ele não podendo estar restrito a uma minoria que as vezes, mesmo investida

deste poder, sonega alguma informação privando um determinado grupo representativo da sociedade a respeito de assuntos do seu interesse. Nesse sentido o poder não se efetiva no que tange a manutenção e preservação dos direitos de uma maioria, já que se a mesma não for informada quanto ao transcurso das operações quanto ao plano de negociações no que tange as indenizações, entre outros fatores, não se vê aí qualquer benefício desse poder frente as comunidades atingidas pela barragem. Muito do conhecimento que algumas das famílias têm a respeito de todo o processo a respeito dos impactos sociais, ambientais e financeiros com a instalação da barragem do Rio Jequitai são oriundos do “ouvi dizer do companheiro tal”. Essa falta de comunicação entre as instâncias representativas do projeto, como o PAS se autodenomina de ouvidoria da Codevasf e Ruralminas, tem gerado ainda mais insatisfação entre os atingidos que estão desacreditados em relação ao que é prometido pelas autoridades e se sentindo traídos e até mesmo roubados nessa diferenciação dos valores a menor pagos pela terra e no fato dos “mais ricos” estarem sendo privilegiados nas negociações em detrimento aos pequenos proprietários de terra e aos trabalhadores dela como assentados, parceiros e meeiros que é a classe que será ainda mais prejudicada com a inundação das terras do Barroão e de Buriti de Baixo.

Souza (2015), sobre essa relação entre poder, diálogo e comunicação diz que nem sempre ela está livre de tendências que privilegiem os poderes constituídos em detrimento ao todo e que, por isso, deve-se estar atento qual o interesse que se esconde por trás de determinados discursos, mesmo que, num primeiro momento, sejam apresentados como benéficos para uma dada coletividade:

É certo que a dialogicidade não exclui de todo o engodo, a mentira, a falta de sinceridade, a mistificação e a manipulação retórica, pois não estaremos jamais diante de anjos e santos, nem mesmo em uma sociedade basicamente autônoma... Habermasianamente, pode-se considerar que uma autêntica “ação comunicativa”, isto é, aquela que busca o consenso por meio do diálogo racional e da persuasão, possui determinados requisitos éticos práticos (HABERMAS, 1981, 1990 e 1999), e que o engodo, a mentira, a falta de sinceridade, a mistificação e a manipulação teórica estorvam a dialogicidade genuína; adicionalmente, é possível ver que uma “ação comunicativa”, para se concretizar e florescer verdadeiramente, necessita de um contexto social que não seja heterônomo, isto é, necessita de uma sociedade livre e autônoma. (SOUZA, 2015, p.85).

Esse verdadeiro jogo de poder pressupõe então uma participação mais efetiva da coletividade para que não paire dúvidas a respeito de tudo que diz respeito a seus interesses.

### **3.3 – A Cartografia Social como representação de análise da comunidade do Barroão**

A utilização da Cartografia Social na comunidade do Barroão foi realizada para uma melhor compreensão a respeito dos impactos sociais a que os moradores estarão sujeitos. Diferentemente da Cartografia Social, a oficial em que se enquadram técnicas diferenciadas de análise espacial, expressa os interesses dos órgãos oficiais de acordo com os seus interesses técnicos na divisão sócio espacial, enquanto que a com esse viés social vem de encontro a visibilidade de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, vazanteiros, entre outras e não tradicionais como a do Barroão que foi objeto de estudo. Para isso foram visitas ao povoado rural em outubro de 2017 e maio de 2018, sendo que os dias 12 e 15 de outubro de 2017 foi realizada a oficina de Cartografia Social com cerca de 80 pessoas que participaram de rodas de conversa informal sobre elementos que caracterizam a comunidade do ponto de vista da religiosidade, economia, memórias e cultura que incluiu causos, superstições, entre outros. A oficina foi baseada no Projeto Brasil Central que, por sua vez, também é integrante do Projeto da Nova Cartografia Social.

Num primeiro momento foi feita uma reunião de preparação para o trabalho com os atingidos pela barragem. O público foi bem heterogêneo quanto a faixa etária e ocupação, sobressaindo-se, na maioria, os produtores rurais e pessoa com uma média de idade superior aos 40 anos. A população do local é em sua maioria por pessoas acima dessa faixa etária, já que a maior parte dos jovens deixaram a comunidade para trabalharem em cidades como Montes Claros, Pirapora, Uberlândia e municípios do interior de São Paulo. Já outros se mudaram para as cidades mais próximas, Montes Claros e Pirapora atrás de condições melhores de estudo e, posteriormente a formação, de trabalho também.

Os participantes mais antigos ressaltaram o medo que tem da história relacionada à comunidade ficar esquecida e deixada para trás, já que a juventude que ainda resiste no povoado não tem se interessado muito pelas histórias antigas e os que a conhecem têm falecido. Entre sete e oito de maio desse ano de 2018, a tradicional festa religiosa da comunidade “Festa da Santa Cruz” que existe a mais de 60 anos no lugar, foi uma das mais desassistidas segundo alguns moradores. A dona de casa que tem um pequeno restaurante na comunidade, R.C.A., 66 anos, comenta que, “desde muito menina”, ouve falar dessa festa e que nunca a viu tão “fraca” como neste ano e que faltou “divulgação” por parte da prefeitura municipal de Jequitaiá, além do fato de muita gente hoje estar “afastada de Deus” e que, “o povo mais antigo” era mais “temente a Deus” e participativo das “coisas da igreja” e o que se

vê hoje é mais a preocupação com os shows oferecidos pelos organizadores que o verdadeiro sentido da festa religiosa.

*“Antigamente o povo aqui mandava pintar e enfeitar as casas para receber a profissão e hoje uma casa ou outra você vê manter essa tradição. O povo mais jovem está mais preocupado é com show e a missa mal acaba e você já vê eles querendo sair logo pra comprar bebida e ficar na rua bagunçando até mais tarde. Tem aqueles que ligam o som alto dos carros desrespeitando a gente que é mais velho e que precisa de sossego e não de barulho. Então hoje tudo é mais diferente de quando era menina e depois que me casei. As famílias tinham o maior gosto de participar de tudo e vinha gente de todo o canto pra cá. Na festa desse ano nunca vi um paradeiro tão grande como agora. É de dar dó na gente”.*

Outra manifestação tradicional e que não acontece na comunidade a quatro anos é o Festival da Viola e que também atraía participantes de vários locais próximos ao Barroço para a escolha do melhor violeiro. Na oficina de Cartografia Social, alguns dos participantes falaram da falta que sentem do evento e que seu retorno seria muito bom para a valorização dos talentos regionais e também para ajudar a movimentar a economia do povoado, já que muita gente de longe visitava a comunidade e ajudava a impulsionar a venda do comércio de gêneros alimentícios.

As demandas que consideram mais importantes para a convivência no local e o que mais apreciam no lugar. Entre os depoimentos, a água é citada como um dos maiores bens e riquezas existentes na comunidade e que seria algo “muito ruim” ter que ir para um outro lugar em que o líquido não esteja tão próximo como é hoje, mesmo diante da estiagem prolongada que já secou boa parte dos córregos que estão próximos. O “Corguinho” é considerado o principal curso d’água que abastece as comunidades de Barroço e Buriti de Baixo e que o mesmo “nunca secou”. A água é considerada de qualidade e, através de bomba de sucção, é utilizada para irrigação e também para o abastecimento da população dessas comunidades. Em alguns dos mapas sociais confeccionados pelos atingidos a água foi um elemento que consideraram que não poderia faltar, já que ela é importante na manutenção da vida dos habitantes da comunidade e também vital para irrigar as culturas de abóbora, milho, feijão, pequi, hortaliças, entre outras cujo excedente é comercializado na feira aos sábados do mercado central de Jequitai e outra parte enviada para sacolões de Montes Claros garantindo assim uma fonte de renda a mais para dezenas de famílias do povoado.

O rio Corguinho fica a menos de um quilômetro da comunidade do Barroço e uma bomba de sucção garante o abastecimento da comunidade. Os moradores mais antigos disseram na oficina que esse curso d’água sempre resistiu as mais “bravas” secas e que temem



não encontrar outro curso d'água com a mesma disponibilidade de estar próximo da comunidade e que consiga resistir tanto a seca como esse.

FIGURA 12 – Um dos afluentes do Rio Jequitaiá, chamado de “Corguinho” pela comunidade



FONTE: MEIRA, JGV, 2018

Além da importância conferida as manifestações religiosas e culturais enfraquecidas com o passar do tempo e também pelo desinteresse dos “mais novos” em sua manutenção e continuidade, as oficinas também demonstraram a importância que o território tem para as famílias que nele habitam. O fato de ser o lugar de onde retiram o sustento através das plantações, onde se situa o rio em que se “banham” e que também estão situadas as suas criações e o espaço utilizado para professarem a fé e suas manifestações culturais envolve ainda as relações de múltiplos usos que se faz da terra e onde as relações de poder são estabelecidas. Segundo Souza (2015), “mesmo quando se exerce poder a grandes distâncias, por meio das modernas tecnologias de comunicação e informação, o alvo ou destinatário jamais é um grupo social “flutuando no ar”, mas sempre um grupo social em conexão com um espaço a ser [des] territorializado, portanto. (SOUZA, 2015, p.87)”.

Sobre esse processo de desterritorialização, algumas famílias já estão sofrendo as consequências do mesmo e que alguns dos seus membros reforçaram as implicações disso na elaboração dos mapas sociais. Entre os elementos em que se pode identificar essa falta do lugar em que passaram boa parte da vida está relacionada a estreita ligação quanto a igreja em

que professam a fé, a proximidade das casas dos “cumpadres” que moram nas redondezas e o acesso fácil a água. Tais elementos foram identificados nas “rodas de conversa” e ainda na elaboração dos mapas sociais como elementos que mais farão falta com o deslocamento para o novo território.

Os participantes da oficina também lamentaram o que tem sido feito em relação ao “dinheiro público” gasto até o momento com a obra da barragem. O comerciante, A.S.S., 73 anos, disse, por exemplo, que todas as pontes que fizeram até o momento caíram por causa de fortes chuvas que atingiram a comunidade no início de 2018 e que entre 50% a 60% dos aterros foram inundados e assoreados com as águas da chuva. *“Então ficou muito serviço para trás a ser feito e o que já estava pronto acabou desse jeito por causa das chuvas. Foram milhões investidos e perdidos com as chuvas. Então o que adianta vir aqui, prometer um monte de coisa pra gente, se nem o dinheiro da obra eles tão (sic) sabeno (sic) usar com esse desperdício todo? Já fecharam o escritório da Codevasf em Jequitai, só funcionando mesmo o do PAS e até a britadeira já tiraram do canteiro de obras lá do Cachoeirão. Então como a gente pode acreditar em tudo que eles falaram veno (sic) as coisas darem pra trás?”*

Ele disse também que a maioria dos atingidos gostaria que a obra acontecesse, mas sem perdas para ninguém. Que fosse pago o “preço justo” pelas terras e que o lugar oferecido tivesse as mesmas vantagens que o atual, ou seja, oferta de água próxima a comunidade e terras de boa qualidade e que só as terras do “Riachudo”, da fazenda Cipó, da fazenda Corrente e do Lagoão que são boas e que já estão sendo ocupadas primeiro pelos fazendeiros de médio e grande porte, enquanto que as de “menor qualidade” restarão para os pequenos produtores rurais até que a “papelada” seja analisada e a situação de quem está pendente com algo seja regularizada para ter direito as indenizações e as novas terras. *“Por um lado a gente fica muito chateado porque a barragem vai tampá (sic) as roça tudo e prejudicar a piscicultura também. Por outro lado vai ser bom pra Jequitai porque vai gerar energia e ajudar a ter água guardada nessa época de seca brava. A gente acredita que vai ter muito turista vindo pra esse lado também, mas eles tem que pagar o justo pelo que as terras vale (sic). Não pode ser de qualquer jeito não.”*

A atingida pela barragem R.B., 43 anos, disse na “roda de conversa” da oficina de cartografia que já está de mudança para a nova área que recebeu da Ruralminas. Ela ocupava uma pequena propriedade na fazenda Porteiros e agora irá murar no Lagoão que fica a mais de 20 quilômetros do atual lugar. *“Não tenho o que reclamar não. Pra minha família foi um ótimo negócio sair daqui. A terra do Lagoão é muito boa, apesar de não estar pertinho do Rio Jequitai. Mas dá pra plantar muita coisa boa lá. Comigo foram 12 irmãos que ganharam*

*a terra e estão mudando pra lá. Até junho a gente já vai estar morando nesse lugar novo, pois só falta meu marido terminar de construir nossa casinha lá. Pra todo mundo aqui, sair de onde a gente mora a tanto tempo não é fácil. A gente acostuma, né! Faz amizades e é só precisar da ajuda do outro que é atendido na mesma hora. Mas como no meu caso a família é grande, ajuda muito a não sentir tanto essa falta dos amigos. Somos 12 irmãos que moram juntos e lá iremos todos continuar perto. Eles, junto com o meu marido, já estão até plantando lá. Só falta agora receber a escritura da terra”.*

Ela compara a água do “Corguinho” ao tipo mineral de tão “pura” que considera o líquido e que sentirá muita falta do curso d’água. Ao mesmo tempo reflete que a nova área que irá morar é “boa” porque pode-se plantar de tudo, como cana, abóbora, feijão, mandioca, capim, entre outras culturas. *“Mesmo que a gente fique longe do Corguinho e do Rio São Lamberto, tendo como a gente puxar água do Rio Jequitaí não é tão ruim assim mudar não. O bom que lá também já tem poço artesiano com 80 metros de fundura. Além de minha família, fiquei sabendo que já pagaram um cado (sic) de gente que também já começou a mudar pra lá. Nossa terra lá é de 50 hectares no Lagoão. Tem uma parte da terra que não é boa e o rio Jequitaí está a uns seis quilômetros de casa. Já o Corguinho está praticamente no quintal da minha casa aqui no Barrocão. Tem outras terras mais perto do rio que já tem gente preparano (sic) pra morar lá. Mas, mesmo assim, acho que a gente deu sorte de ir pra lá, pois muitas famílias ainda estão esperando até hoje e as terras que sobrarem para elas podem ser ainda mais longe do rio, sem ter poço artesiano e não terem a qualidade que o Lagoão tem”.*

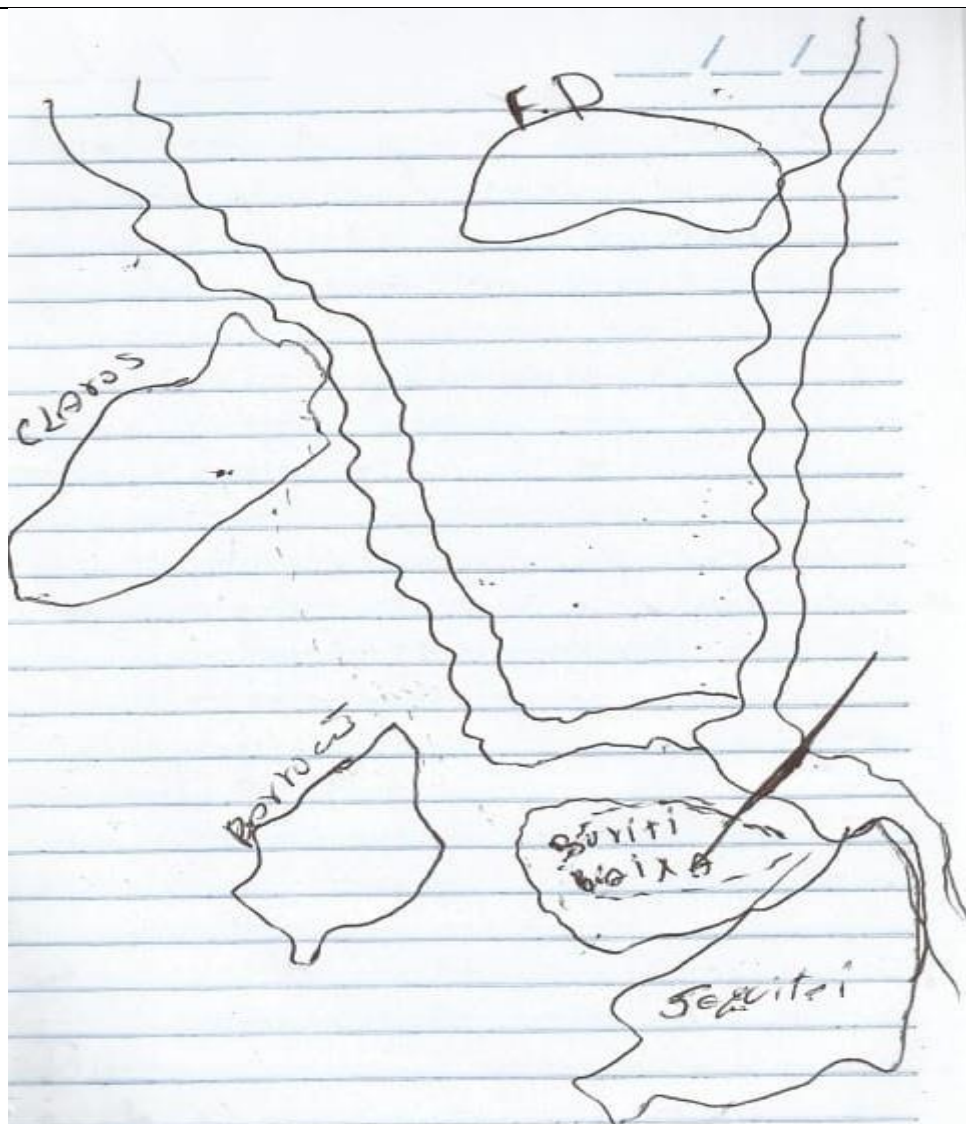
Já sobre a saída de máquinas do canteiro de obras como a britadeira, ela disse que ouviu do marido que a retirada se deve ao fato de que irá “entrar” uma nova firma para dar continuidade as obras da barragem. Enquanto isso, ela diz que “ficou sabendo”, ainda pelo marido, que “pouca gente” recebeu o dinheiro referente a indenização das terras que serão alagadas pela barragem, já que muitas ainda estão com a documentação delas precisando ser regularizadas para terem direito ao recebimento dos valores referentes a indenização. *“A gente ouviu nas reuniões que iriam ajudar a regularizar os documentos que ficaram pendentes, mas ficaram só na conversa mesmo”.*

### **3.4 - Diagnóstico dos problemas através da análise do mapeamento social**

Na oficina de Cartografia Social foram gerados cinco esboços pelas equipes participantes. Alguns mais simples, enquanto outros mais ricos nos elementos característicos

da comunidade. Todos ficaram a vontade para desenharem os mapas que deveriam conter os elementos característico da comunidade estudada, como as manifestações culturais, religiosas, econômicas, políticas, sociais, de infraestrutura e que fariam falta com a mudança para o novo território. O primeiro desses esboços que representam as espacialidades e usos dessa comunidade mostra a visão de um dos grupos da oficina cartográfica:

FIGURA 13 – Esboço realizado por grupo em oficina de cartografia social



FONTE: Atingidos pela barragem do Projeto Jequitá de Barroão, 2017

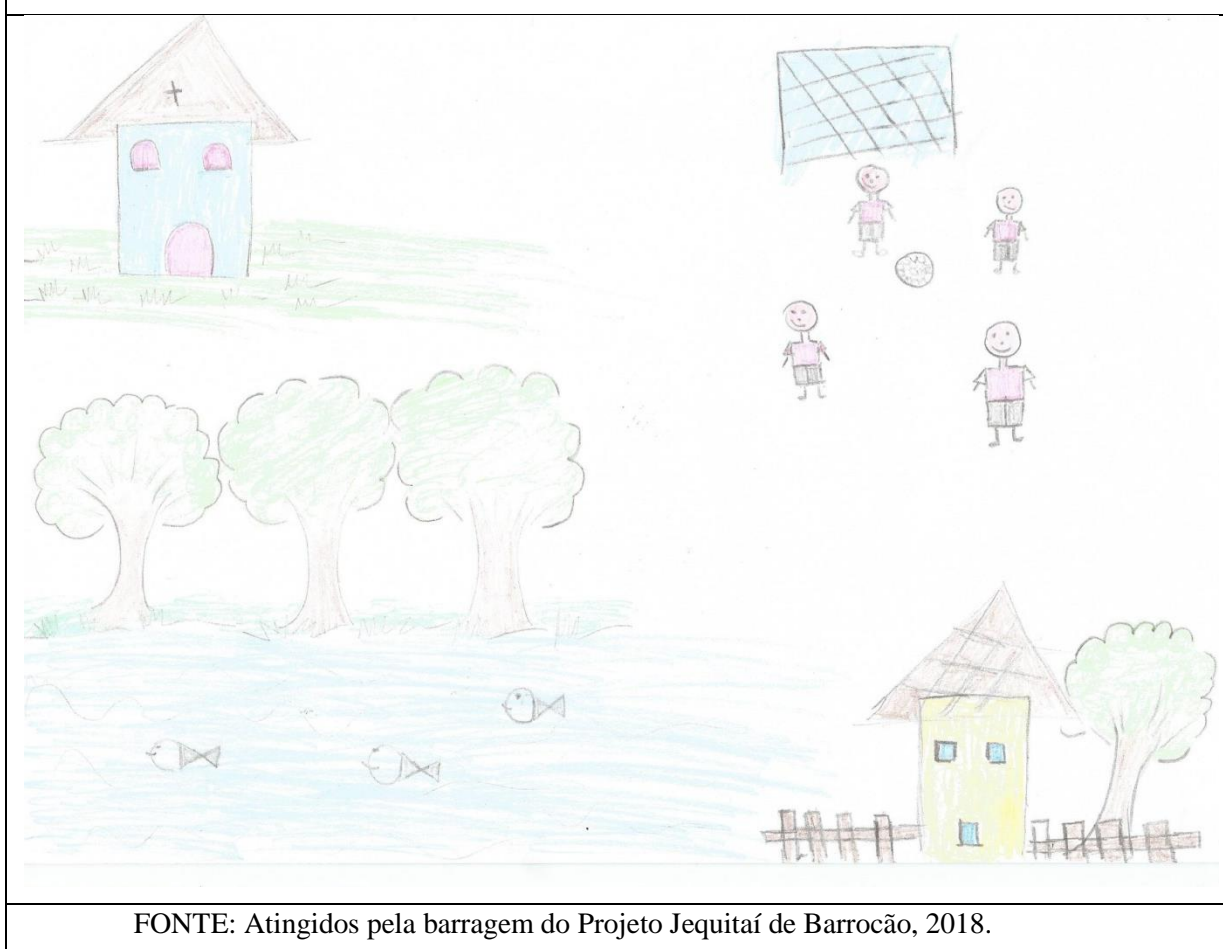
Esse primeiro mapa das produção cartográfica salientou a importância que o rio Jequitá tem não só para a comunidade do Barroão, como também para o Buriti de Baixo e para os municípios frontefícios a comunidade e ao rio como Jequitá, Barroão, Claro dos Poções e Francisco Dumond. Os participantes que elaboraram esse mapa também fizeram



uma espécie de secção no rio para mostrar onde se situará a barragem para a retenção da água em área mais próxima as comunidades de Buriti de Baixo e do Barroço.

Já o segundo esboço elaborado na oficina mostra alguns dos elementos pertencentes à comunidade e que foram apontados como os mais importantes por um dos grupos participantes. Para ele, a recreação, através do esporte, no caso a prática do futebol, fará muita falta, assim como a igreja católica onde participam de celebrações religiosas. O “Corguinho” também foi lembrado por eles, assim como a predominância de áreas verdes a margem do rio representadas por árvores frondosas neste segundo mapa social da oficina:

FIGURA 14 – Esboço realizado por grupo em oficina de cartografia social



FONTE: Atingidos pela barragem do Projeto Jequitáí de Barroço, 2018.

O grupo também evidenciou neste esboço presença de peixes justificando que sentirá falta também da prática da piscicultura que também é uma importante fonte de renda para a comunidade. A casa retrada na margem direita do mapa retrata a casa de cada um dos participantes e que também fará muita falta a eles. Esse contato com a natureza na forma da representação do rio e de árvores no mapa demonstra a importância da presença do verde

próximo de onde residem também, seja na forma das lavouras ou plantas e árvores no quintal ou propriedade das terras.

FIGURA 15 – Esboço realizado por grupo em oficina de cartografia social



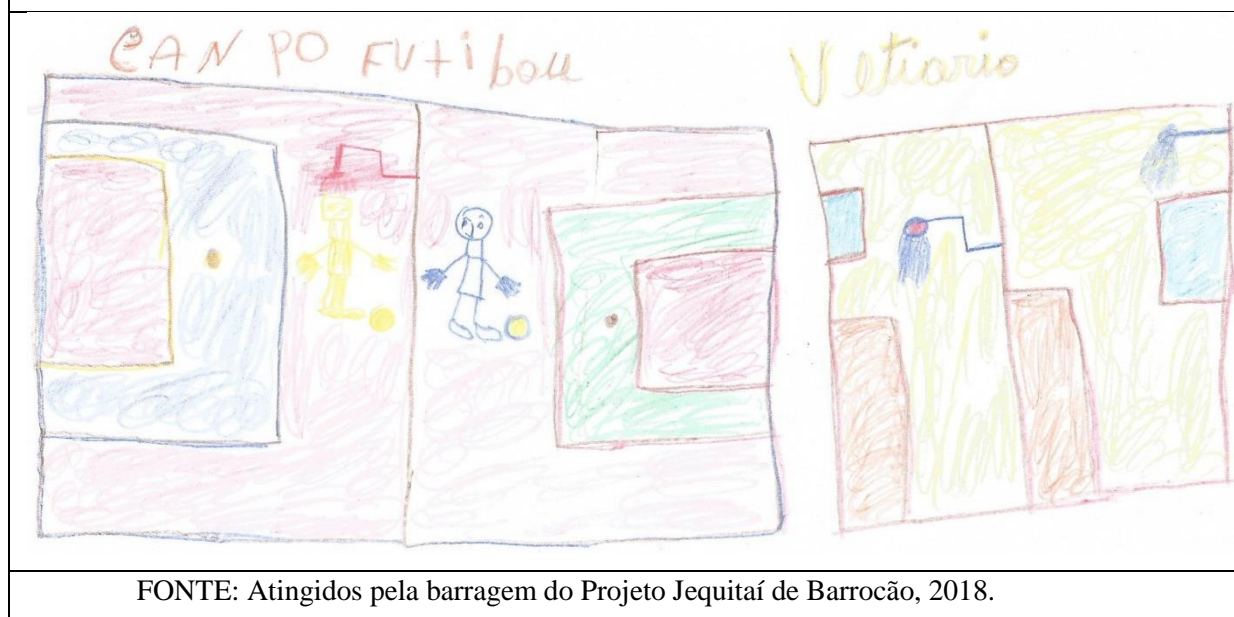
FONTE: Atingidos pela barragem do Projeto Jequitaiá de Barroão, 2018.

Nesse outro esboço também mais elementos retratados essa preocupação ambiental que foi uma constante “rodas de conversa” e presentes em boa parte da oficina de cartografia social, assim como o elemento religioso na forma do desenho dos templos, tendo o mapa 2 em referência a única igreja católica da comunidade do Barroco e o do mapa 3 acima ao único templo evangélico do povoado representado pela igreja Assembleia de Deus. Esse mapa social, portanto, evidencia a importância desse caráter religioso retratando justamente as igrejas e a falta que terão para os moradores, sendo católicos ou evangélicos. Estes últimos, por exemplo, que confeccionaram o mapa 3 contaram que a intenção ao incluir o desenho da igreja foi de reforçar a importância que a fé religiosa tem na vida deles e que, desde pequenos, foram evangelizados nesse templo, assim como os pais e, agora, seus filhos.

Nesse esboço também é retratada a importância que o Córrego Porteiros, também chamado de “Corguinho”, tem quanto ao abastecimento e recreação dos habitantes da comunidade, assim como o Rio São Lamberto que, conforme relataram, encontra-se com boa parte de seus cursos comprometidos pelo longo período de estiagem que afeta boa parte do Norte de Minas.

Já no esboço 4, os participantes da oficina pretenderam restringir a apenas um aspecto de que sentiram falta com a mudança para um novo território: o campinho de futebol da cidade onde são realizadas as tradicionais “peladas” de fim de semana e também das brincadeiras das crianças em qualquer dia. No local também são realizados torneios com a participação de times de futebol de outras comunidades rurais e da cidade de Jequitaiá. Eles explicaram ainda que a “pouca diversão” que existe na comunidade é o tradicional “banho de rio”, a pescaria e o futebol de campo nas tardes de sábado e de domingo e que muitos moradores jogam ou simplesmente assistem aos jogos que são realizados nele:

FIGURA 16 – Esboço realizado por grupo em oficina de cartografia social

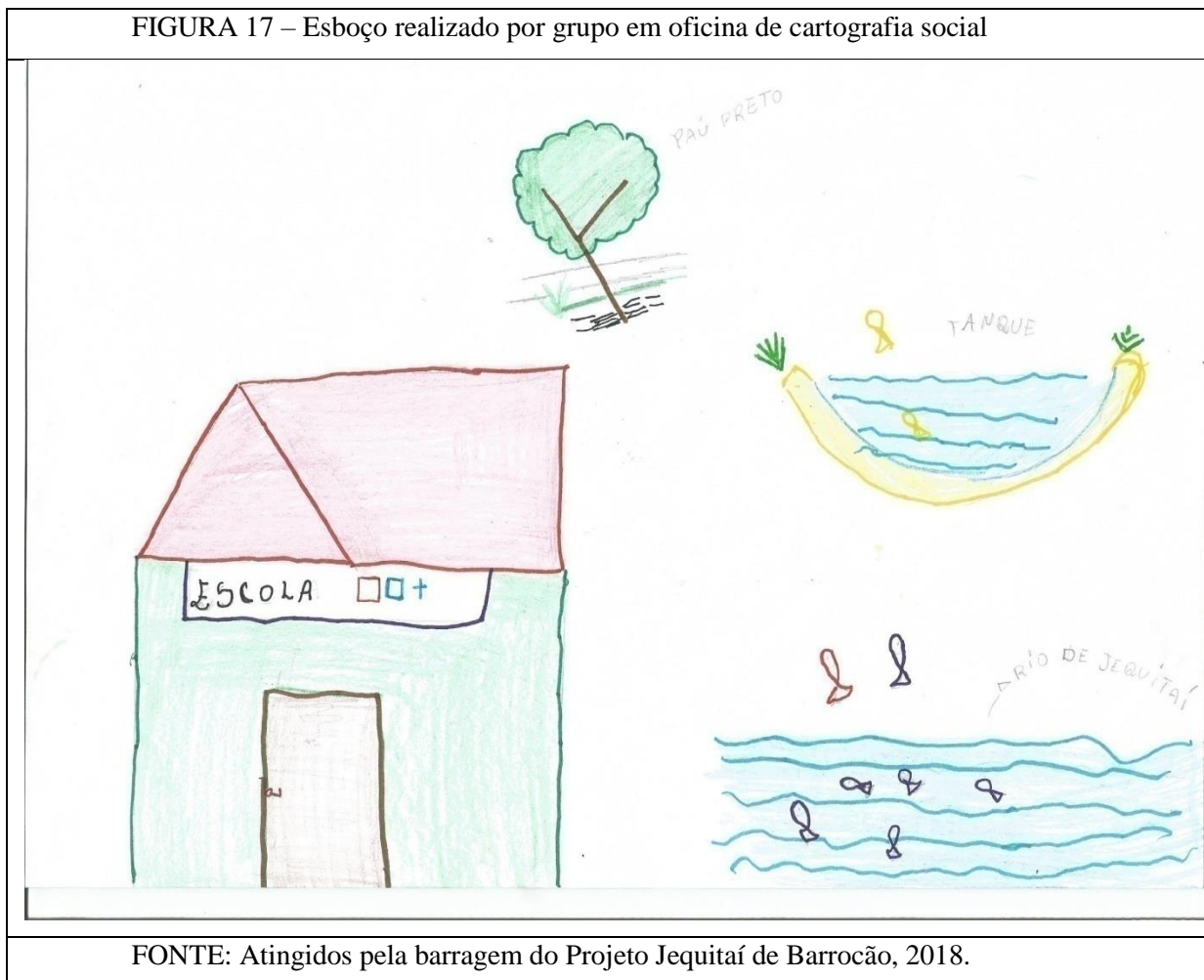


FONTE: Atingidos pela barragem do Projeto Jequitaí de Barroão, 2018.

Por fim, o esboço 5, da oficina de cartografia social, é o único que evidencia a importância da escola para a comunidade. O tesoureiro da Associação de Moradores do Barroão, N.C., 73 anos, e que também participou dessa oficina, lamentou que a Escola Municipal Vicente Crisostomo da Mota fará muita falta para todos e que, a cada ano, as turmas têm diminuído com salas de aula hoje chegando a terem pouco mais de oito alunos. *“A maior parte dos professores que chegam pra dar aula pros nossos meninos são de Jequitaí. Muitos só continuam vindo pra cá porque tem carinho pela gente e até entendemos porque muitos estão desistindo de pegarem aula aqui, já que os alunos só diminuem a cada ano. Depois que falaram que essa barragem iria ser construída aqui a gente viu muitos desses estudantes irem embora com seus famílias. Os poucos jovens que continuam aqui na comunidade que estão indo pras aulas. Mas é muito pouquinho para a escola que funciona de manhã e de tarde. É uma grande pena não poder ter mais a escola tão perto de casa e tão bem aparelhada com computador e tudo mais. Minhas filhas já estão tristes e não querem sair daqui para não deixarem de ir estudar e encontrar (sic) com os coleguinhas. Ai a gente fala pra elas que vão estudar noutra escola melhor e aceitam mais a ideia”.*



FIGURA 17 – Esboço realizado por grupo em oficina de cartografia social



FONTE: Atingidos pela barragem do Projeto Jequitai de Barroão, 2018.

Outras características que chamam a atenção neste esboço cinco diz respeito também a importância que o rio, no caso o Jequitai, tem para a comunidade quanto ao abastecimento para o incremento das atividades produtivas e subsistência, além da atividade da piscicultura ou prática da pescaria esportiva. Já o “tanque” retratado no mapa é um poço mais profundo que também é utilizado para captação de água e atividade recreativa funcionando como se fosse uma grande piscina para se refrescarem também do grande calor que faz em boa parte do ano na comunidade. Finalizando, o chamado “Pau Preto” é uma árvore frondosa e uma das que mais chamam a atenção dos moradores por estar lá desde o início da comunidade antes mesmo do município de Jequitai ter sido emancipado segundo os participantes do grupo dessa oficina. Novamente a relação entre homem e ecossistema é evidenciada pelos moradores do Barroão e como elementos que farão com que sintam falta nessa mudança para as novas áreas prometidas pelas empresas governamentais responsáveis pelas obras da barragem I do Projeto Jequitai.

### **3.5 – Os resultados da oficina de Cartografia Social com recomendações da comunidade**

Então, a partir da realização da oficina, foi possível identificar os principais elementos de identificação da comunidade com o território habitado. A relação com o ecossistema expresso pelo “Tanque”, Rio São Lamberto, Córrego das Porteiras (Corguinho) e Rio Jequitáí. A importância que a fé e os templos religiosos têm para os habitantes do povoado como locais para a manifestação da religiosidade. A recreação expressa na forma do “Tanque” e da prática da pescaria esportiva ou mesmo para fins econômicos por meio da piscicultura e ainda através do esporte no campo de futebol da cidade utilizado para as “peladas” de fim de semana ou para as crianças brincarem de futebol ou “empinarem” pipas. Também se lembraram de retratar no mapa a única escola que serve a comunidade e denunciarem, ao mesmo tempo, a grande evasão escolar que tem acontecido ali diante da promessa de uma barragem que, num primeiro momento, tem trazido mais problemas sociais como desemprego e desvalorização de terras que soluções para os inúmeros problemas que afetam os moradores do povoado. A demora na retomada das obras do empreendimento é o principal motivo de insatisfação de todos, já que tem deixado uma incerteza e descrença de produtores e trabalhadores rurais inviabilizando ainda atividades produtivas nas terras já que a qualquer momento poderão deixá-las. Muitos, então, não querem amargar prejuízos com a compra de sementes, defensivos agrícolas e melhoria das casas situadas nessas áreas para terem que deixar tudo para trás assim que forem remanejados para um novo território que na concepção de SOUZA (2015, p.78) “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Essas relações podem ser verificadas mais plenamente a partir dos arranjos políticos, sociais e econômicos que ocorrem no âmbito da sociedade e que perpassam a forma como negociam os seus produtos; na expectativa de receberem a indenização conforme os valores reais que são previstos para cada terreno e ainda direcionada para outras áreas como a saúde em que o posto funciona apenas pela manhã e qualquer caso mais grave precisa do encaminhamento da única enfermeira que vive no povoado. Os casos mais graves, assim como o encaminhamento de consultas e de exames, só podem ser autorizados por ela de forma escrita para o atendimento em Jequitáí ou Montes Claros. Não existe ambulância para o socorro a casos de urgência e para os pacientes nesta situação resta o transporte realizado de forma improvisada em carros particulares. Dai o assistencialismo de um vereador de Jequitáí é visto como extremamente positivo por alguns dos habitantes da comunidade e que se não fosse ele, muitas pessoas de lá já poderiam ter morrido.

Esse poder então concentrado nas mãos de uma figura política faz sobressair, segundo SOUZA (2015), a representação de um certo nómos em meio ao imaginário coletivo. Neste caso, representado pelo vereador que, na opinião dos moradores ouvidos, é o único que visita a comunidade com frequência e intermedia o transporte, consultas, exames, auxílio funerário, entre outras necessidades da comunidade.

Evidentemente, valorizar ou não a crítica do poder heterônomo e desejar uma subversão desse poder e a construção de um poder autônomo é algo que tem tudo a ver com a cultura ou, como diria Castoriadis, com o imaginário social. A esta altura, portanto, vale a pena lembrar a distinção por ele estabelecida entre o poder explícito, que é o exercício de poder visível vinculado ao governo (não necessariamente apenas no sentido de governo estatal, mas também no de autogoverno), e o infrapoder, que corresponde à introjeção coletiva de valores (“significação imaginárias sociais”, no dizer de Castoriadis) que induzem a comportamentos conforme a um certo nómos. (SOUZA, 2015, p.84).

Então quando se depara com esse distanciamento ou desinteresse político por parte da maioria de uma população, os problemas, como se verificou nessa visita e nas impressões obtidas com a oficina de Cartografia Social, tendem a se avolumar. O homem sendo o ser social que é mantém a relação de poder com o território que habita e quando as dificuldades se avolumam, surge uma figura política, mesmo que não tenha vínculo direto com a comunidade, e que lança mão do assistencialismo para reformar a presença do seu nome e da sua possível densidade eleitoral naquele meio. A única forma de organização política que se viu ali foi representada pela Associação dos Moradores do Barroço que, segundo alguns moradores, deixou a desejar quanto a questão relacionada as informações referentes ao plano de negociação das áreas que serão indenizadas para a inundação pelas águas da barragem ou ainda para se tornarem Área de Preservação Ambiental (APA) em torno da barragem a ser construída no intervalo de 12 anos.

Conforme as informações coletadas nas “rodas de conversa” das oficinas, nas entrevistas junto aos moradores dos povoados de Barroço e da comunidade vizinha Buriti de Baixo foi possível identificar que entre as principais recomendações das comunidades está a falta de informações mais claras sobre os valores ofertados como pagamento pela indenização das terras que serão ocupadas pelas águas da barragem ou transformadas em áreas de preservação ambiental; o porquê desses valores serem 30% ou mais inferiores ao que as terras realmente valem; as implicações ambientais e sociais advindas com a obra; o nível de segurança da barragem sem que corra o risco de ruir a exemplo do que ocorreu com a barragem do Fundão em Mariana-MG; qual das áreas que foram escolhidas como sendo de

preservação ambiental permanente; onde se situará a chamada linha d'água; o porquê dos proprietários de maiores porções de terras estarem sendo indenizados primeiro que os pequenos proprietários rurais e o que será feito em relação aos meeiros, assentados e que trabalham em regime de parceria em terras de terceiros.

São, portanto, muitas dúvidas que ainda pesam sobre a comunidade e que nem mesmo os canais de comunicação disponibilizados para sanarem essas e outras dúvidas têm sido capazes de oferecer as respostas que necessitam. Nem mesmo a cartilha com linguagem acessível e lúdica tem ajudado a responder as inúmeras dúvidas que têm preocupado os habitantes e de que modo esses inúmeros problemas serão resolvidos. Um deles lembrou na oficina que no início dos anúncio da barragem as reuniões estavam sempre lotadas e que as constantes paralisações da obra acarretaram na descrença coletiva e os últimos encontros, como o de outubro de 2017, estavam mais vazios de membros desta e de outras comunidades. “A gente já cansou de conversa. Queremos ver as coisas acontecerem igual eles nos prometeram”.

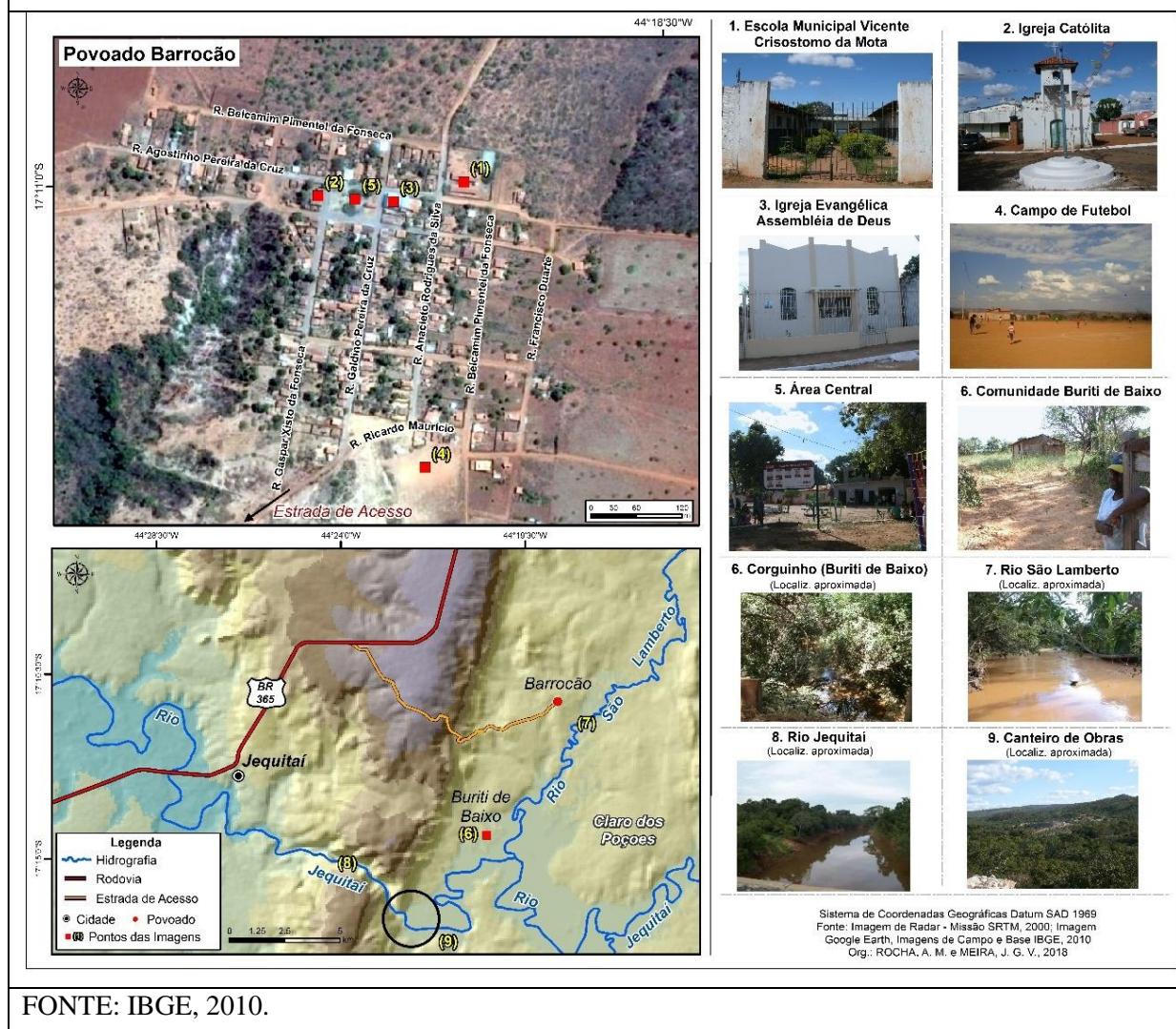
As famílias do Barroço representadas nas oficinas e através das entrevistas também com moradores do Buriti de Baixo recomendam ainda o cumprimento das promessas e que os representantes da Codevasf e da Ruralminas visitem a comunidade ao invés de disponibilizem ônibus para irem ouvi-los em audiências públicas na Câmara Municipal de Jequiá.

### **3.6 – Análise do Mapa Social produzido na comunidade do Barroço**

Identifica-se, com base nesse mapa social, baseado nos esboços realizados pela comunidade do Barroço, que os principais elementos identificadores da comunidade são a religiosidade manifestada através das igrejas católica e evangélica e nisso também incluem os ritos religiosos, como novenas, rezas, celebrações eucarísticas, cultos, casamentos, batismos, entre outras características.

Em alguns depoimentos colhidos na oficina de cartografia social foi possível ouvir ainda sobre a importância da parteira na comunidade e o uso de garrafadas e raízes, ou seja, a tradição do uso da medicina natural.

FIGURA 18: Carta-Imagem e Mapa do povoado segundo esboços da oficina cartográfica no Barroão



Outros elementos importantes dizem respeito aos cursos d'água como o Rio São Lamberto e Jequitai que são importantes fontes de abastecimento para a comunidade, até mesmo diante da sua proximidade do povoado. Tanto que boa parte dos participantes da oficina disseram que não gostariam de se mudarem para um território no qual não existe a mesma proximidade de agora em relação ao Rio Jequitai que está bem próximo deles e de onde não só irrigam as plantações, mas também é utilizado, em afluentes como o "Corguinho" e o São Lamberto para pescaria e recreação.

A escola também é citada como outro elemento muito importante para a comunidade, onde os jovens que permanecem no povoado podem se formar para o "futuro", embora muitas turmas já tenham acabado por falta de alunos, uma vez que a indefinição quanto ao andamento das obras tem acarretado também na evasão escolar, já que muitos habitantes, sem poder trabalhar nas terras diante dessa indefinição, estão migrando para outros lugares. A

escola também é vista pela comunidade como local de recreação e com a possibilidade de pesquisar na internet e nos livros para terem acesso a outros lugares “espalhados pelo mundo”.

E, além dos rios para fins de recreação, subsistência, pescaria, entre outras finalidades, o campo de futebol, anexo a escola, também é um dos lugares apontados na oficina de cartografia social como ponto de encontro entre os habitantes do povoado para a disputa de competições, conagraçamentos, participar ou assistir as partidas de futebol dos finais de semana.

Esses elementos compõem assim as principais características da comunidade e que foram retratados nos esboços e agrupados neste mapa social. São todos citados que farão falta depois que os atingidos deixarem a comunidade para a viabilização do Projeto Jequitáí I. Segundo SILVA, (2017), a metodologia empregada nesta investigação é um dos principais pilares da pesquisa junto às comunidades, sendo ou não tradicionais:

A ativa participação dos povos e comunidades tradicionais na elaboração dos croquis e nas incursões no próprio espaço de vivência para coleta de pontos de GPS dos locais de relevância cartográfica, assim defendida por quem participa das Oficinas de Mapas e a elaboração de croquis, constituem dois dos pilares da pesquisa etnográfica. Outros instrumentos de coletas de dados como a observação participante e a coleta de depoimentos são utilizados na captura de situações que envolvem a comunidade. Dos mapas situacionais assim produzidos, resultaram em múltiplas possibilidades de compreensão acerca dos conflitos existentes nos espaços cartografados na Amazônia e para além da dimensão dicotômica que envolve o espaço urbano e rural (SILVA, 2017, p.9)

Embora não tenha sido um trabalho etnográfico, houve o envolvimento ativo da comunidade na elaboração dos croquis e nos relatos do espaço vivido. Foi possível, então, compreender melhor os impactos sociais que têm sido gerados com a construção da barragem a partir da análise dos elementos característicos da comunidade, expressos no automapeamento, e através dos apontamentos dos seus habitantes na oficina cartográfica com a análise das suas narrativas orais. A maioria dos habitantes do povoado lamenta a inundação do território pelas águas do empreendimento, pois deixarão de existir o campo de futebol, a escola, o “Corguinho” “que nunca seca”, e as igrejas evangélica e a católica onde também ocorre os tradicionais festejos da Santa Cruz.



## Considerações finais

A partir da oficina de cartografia social com a participação dos moradores do povoado foi possível ouvi-los quanto as suas mais variadas demandas sociais e culturais através de algumas falas obtidas nas “rodas de conversa”. De que modo conseguem se sentir representados no território e se representarem nele. Os múltiplos usos que fazem da terra e o significado que a mesma tem para todos. Na oficina foi possível identificar a importância que as relações interpessoais têm para boa parte deles, quando pontuaram a falta que sentirão dos “companheiros” e “cumpadres” que moram próximos as suas moradias. Então a terra não é vista apenas como o espaço em que constroem as suas casas e criam suas famílias de baixo de um teto seguro e protegido das intempéries da natureza. Ao longo da sua história Barroco foi contemplada por projetos em nível municipal como com cursos em diversas áreas em parceria entre Sindicato dos Produtores Rurais de Jequitaiá, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento desta cidade e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MG). Recebeu também, em algumas oportunidades, a visita de rondonistas do Projeto Rondon com o atendimento em diversas áreas como saúde e educação realizadas por universitários de instituições de ensino superior como do Sul do País; teve em 2013 a instalação de um telecentro como parte integrante do programa de Inclusão Digital do governo de Minas Gerais; conta com o abastecimento de sementes de milho, algodão e feijão distribuídas pela Ministério da Agricultura através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); a realização atualmente de cursos de artesanato oferecidos atualmente pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) ligado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Jequitaiá; a visita, hoje embora menos frequente, de Organizações Não Governais (ONGS) como a “Valvi Ação, Valor e Vida” e de denominações religiosas diversas. Porém, mesmo diante de aparentemente esse cuidado dos organismos do Estado e da sociedade civil organizada em relação a comunidade, muitos moradores que a habitam reclamam se sentirem “esquecidos” pelo poder público e que por esse motivo muitos moradores têm deixado de habitar o povoado que segundo o tesoureiro da Associação de Moradores do Barroco chegou a ter quase dois mil habitantes restando hoje menos de mil e com a previsão de saírem mais ainda na medida em que outras famílias forem sendo indenizadas e realocadas para as novas áreas oferecidas pela Ruralminas num raio entre 20 a 40 quilômetros de distância das atuais terras que habitam.

O Projeto da Nova Cartografia Social (PNCS), então, colabora para que as diversas demandas dessa população possam ser melhor compreendidas e pretende-se que não apenas

pelo meio acadêmico, através desse produto na forma de uma dissertação de mestrado, mas também pela sociedade de um modo geral já que existe a intenção de que haja uma devolutiva à comunidade pela colaboração com o presente trabalho na forma de um livro ou fascículo sobre as dificuldades relacionadas a todo o processo de desterritorialização a quem têm sido submetidos. O diverso material gravado em áudio e as fotografias garantirão subsídios, assim como os diversos documentos analisados ao longo da pesquisa, como forma de colaborar ainda mais para o entendimento a respeito de como se deu o processo de desterritorialização e, ao mesmo tempo, as manifestações culturais, religiosas, sociais, políticas e econômicas que perpassam por toda a história da comunidade que possui mais de 60 anos de existência. Os moradores mais antigos do povoado temem que as memórias sejam sepultadas junto a água que ocupará as terras para a viabilização da barragem. Porém, o trabalho ajudará não só a conservá-las como também chegar ao conhecimento de um universo ainda mais representativo de pessoas na forma de publicações futuras sobre os modos de vida dos habitantes do Barroão, bem como seus costumes; suas formas de organização política e social; os mitos; superstições; causos; personagens que marcaram a história do local e que ajudaram a construí-la, entre outras curiosidades.

A Nova Cartografia Social garante também voz e vez a comunidades por vezes esquecidas pelo poder público em cantos remotos do país, sendo ou não consideradas tradicionais. A partir de uma fórmula aparentemente simples e descomplicada: a construção de mapas sociais, os participantes transpõem para o papel a forma que o território é significado e resignificado para eles e quais são os elementos daquele equipamento urbano que mais se identificam, seja um templo religioso; um campinho de futebol; a casa que habitam; a escola em que estudam ou se formaram; os rios onde pescam ou as árvores onde conseguem uma sombra para se protegerem do sol. Assim foi possível verificar em Barroão; hábitos de vida aparentemente simples e a necessidade de que o poder público volte as atenções quanto as negociações que têm sido estabelecidas no processo de negociação das terras a serem indenizadas e como disseram alguns dos seus moradores; querem apenas receber o “justo” pelo que elas realmente valem para eles.



## Referências:

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. *Disputas territoriais e disputas cartográficas*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ – 2008. in \_\_\_\_ ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ADRIANO, Ângela Maria. *O Uso da Cartografia Social e do Diagnóstico Rural e Participativo na Representação Territorial do Pa Itatiaia*. \_\_\_\_ in ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. *Disputas territoriais e disputas cartográficas*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ – 2008. in \_\_\_\_ ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

AFONSO, S. R.; CARVALHO, I. S. H. de. *A cadeia produtiva do pequi no norte de Minas Gerais*. Brasília: PESCO/IEB/PPP-Ecos, 2009.

ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. [et al.]. *Cerrado: espécies vegetais úteis*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 464 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização*. Travessia, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios-CEM, Ano IX, n. 25, p. 30-35, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre” “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. Em M. A. D’Incao e I. M. da Silveira (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ARAÚJO, A. J. *A importância dos depósitos de quartzo na Serra da Água Fria, município de Jequitaiá/MG, sua viabilidade econômica e os impactos ambientais negativos provocados na exploração*. Monografia Pirapora: UNIMONTES, 2010.

ARAÚJO, Vanderléia Aparecida Alves. *Projeto Jequitaiá - Viabilidade Econômica e Análise de Impactos Provocados por Construções de Barragens*. Pirapora: Unimontes, 2012.

AZEVEDO, Aldemir Inácio de. *O arranjo institucional de uso comunitário do Pequi (Caryocar Brasiliense) no município de Japonvar/MG*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2008.

BRASIL. *Diagnóstico Do Plano Diretor De Recursos Hídricos Da Bacia Do Rio Jequitaiá- Plano Diretor De Recursos Hídricos Da Bacia Do Jequitaiá* –Plano Diretor, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Ruth C. L., *As aventuras antropológicas em campo ou como escapar das armadilhas do método*. In: *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, A. C., Carvalho, G. (organizadores), *Planos Diretores Participativos: experiências Amazônicas*. Belém: Editora Universitária – Universidade Federal do Pará, 2007.

CARNEIRO, Maurício. *A Usina Hidrelétrica de Belo Monte e suas Implicações quanto aos direitos fundamentais da população que vive em torno do projeto*. Disponível em: <<<https://mauriciocarneiro.jusbrasil.com.br/artigos>>>.

CASTRO, Edna. *Encontro Latino Americano Ciências Sociais e Barragens: Encuentro Latino Americano Ciências Sociais y Represas*. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

CHÉVEZ POZO, Osmar Vicente. O pequi (Caryocar brasiliense): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado no Norte de Minas Gerais. 1997. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Curso de Mestrado em Administração Rural, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1997.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho; LIMA, Carmen Lúcia Silva. *Diálogos Interculturais na Panamazônia*. Roraima: UFRR, 2013.

CORDIOLI, S. *Enfoque participativo no trabalho com grupos*. In: *Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Markus Brose. (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

COSTA, Manoel Messias Moraes da. *O Professor e os Desafios da Escola Pública Paranaense*. Governo do Estado do Paraná: Secretaria de Educação do Paraná, 2010. Extraído de:

<<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2010/2010\\_ufpr\\_geo\\_pdp\\_manuel\\_messias\\_moraes\\_da\\_costa.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_ufpr_geo_pdp_manuel_messias_moraes_da_costa.pdf)>> com acesso em 16/08/2018.

COSTA, Rafael. *Projeto Hidroagrícola Jequitáí: Ações Ambientais*. Jequitáí: Projeto Jequitáí em Pauta, 2015. Disponível em:

<<[https://projetojequitai.files.wordpress.com/2015/03/boletim-informativo\\_jequitac3ad-em-pauta-marc3a7o-de-2015.pdf](https://projetojequitai.files.wordpress.com/2015/03/boletim-informativo_jequitac3ad-em-pauta-marc3a7o-de-2015.pdf)>>. Acesso em 20 de junho de 2018.

COSTA, Wanderley. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1998.

FABIAN, Johannes. *A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação*. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Oct. 2006, pp. 503-520. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em setembro de 2017.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *“Tambor urbano”: deslocamento compulsório e a dinâmica social de construção da identidade quilombola, Amazonas*. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2008.

FEARNSIDE, PM. 1999. *Impactos Sociais da Barragem de Tucuruí in: R. Henry. Ecologia de Reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais*. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Botucatu-SP, Brasil.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais*. In: Molina, M (ED). *A pesquisa em educação do campo*. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006. p. 1-10.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. Cap. V. O Paradigma Marxista na Análise dos Movimentos Sociais.

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GOLDMAN, Márcio. *Alteridade e experiência. Antropologia e teoria etnográfica*. Etnográfica, v. X, n. 1, 2006.

GORAYEB, Adryane. *A Cartografia Social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos*. Rede Mobilizadores. Rede Mobilizadores: São Paulo, 2014. Extraído de: <<<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>> com acesso em 16/08/2018.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: EDUSP, 2005.1 CD-ROM.

HABERMAS, Jürgen. *Guinada Pragmática*. In: *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da territorialidade: do fim do território à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HERRERA, J. *Cartografia Social*. Universidad Nacional Cordoba, 2009. Disponível em: <[http://www.extension.unc.edu.ar/herrera\\_j.\\_carto\\_social.pdf](http://www.extension.unc.edu.ar/herrera_j._carto_social.pdf)>> Acesso em 23 de outubro de 2017.

JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. *Cartografia Social e Conhecimentos Tradicionais Associados à Reivindicação de Territorialidades Específicas no Baixo Rio Negro: Os Quilombos do Tambor in Anais - IIIEA - XII ABANNE Diálogos Interculturais da Panamazônia*. Roraima: UFRR, 2011.

KARPINSKI, Cezar. *Hidrelétricas e legislação ambiental brasileira nas décadas de 1980-90*. Revista Recursos. Florianópolis, v. 09, n. 02, p. 71-84, 2008.

LACOSTE, Yves. *An illustration of geographical warfare*. Paris: Antipode, 1973.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LITTLE, Paul Elliot. *Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: *Anuário Antropológico*, 2002/2003, pp. 251-290.

LÓPEZ URREGO, Á. P. *Los sistemas de informacion geografica y el conocimiento tradicional: experiencia en una comunidad indigena del sur del trapecio amazonico colombiano*. Disponível em:

<<[http://www.selper.org.co/capitulo\\_colombia/memoriasSeminarios/Resumenes/LosSIGyelConocimientoTradicionalIndigenaGestionTerritorial.pdf](http://www.selper.org.co/capitulo_colombia/memoriasSeminarios/Resumenes/LosSIGyelConocimientoTradicionalIndigenaGestionTerritorial.pdf)>> Acesso em 23 de outubro de 2017.

LYNCH, Barbara Deutsch. *Marking Territory and Mapping Development*. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996 in ACSELRAD, Henri. *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

LUSSAULT, M. La Ville Clarifiée. *Essai d'analyse de quelques usages cartoet iconographiques en oeuvre dans le projet urbain*. In: CAMBRÉZY, L.; DE CARTOGRAFIAS SOCIAIS E TERRITÓRIO Maximy, R. (Ed.). *La Cartographie en Débat*. Paris: Karthala-Orstom, 1995. Malamud, C. A Shared Reality, in Mappamundi <http://mundi.net/cartography/Maps/> (acesso em 20/10/2017).

MACEDO, João Faria. *Pequi: do plantio à mesa*. Belo Horizonte: EPAMIG, 2005. 44 p. (Boletim Técnico; 76).

MATIELLO, Catiane. *Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu*. Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Tecnologia).

Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais. Ata de Audiência Pública Conjunta. Garantia dos Direitos dos Atingidos pelo Projeto Hidroagrícola Jequitaiá-MG, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial. Territorialização e fluxos culturais*. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. (orgs). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014.

PAULA, João Antônio de. *Desenvolvimento: tentativa de conceptualização*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; PIMENTEL, Maria das Dores Nogueira (org). *Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

PBHSF- Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Enquadramento dos corpos d'água*. ANA/GEF/PNUMA/OEA. Subprojeto 4.5C.2004.

PEREIRA, Viviane Guimarães. *Como a vida se refaz: os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha*. Lavras: UFLA, 2012.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Poder, Redes e Ideologias no Campo de Desenvolvimento*. São Paulo: Novos Estudos. CEBRAP, 2008. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. *Águas aos olhos de Santa Luzia: Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP)*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

SEEMANN, Jörn; DE CARVALHO, Mariano Oliveira. *Geografia, Ensino e Pesquisa: Cartografia Escolar em Ação: Caminhos Para Uma Geografia Cidadã e Militância Cartográfica no Brasil*. São Paulo, 2017.

SILVA, Reginaldo Conceição da. *A Amazônia e os Mapas Situacionais: Identidade, Conflitos Socioambientais e Mobilização dos Povos e Comunidades Tradicionais na Luta por Direitos*. Curitiba: SINGA, 2017. Disponível em: <<[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02\\_1506902873\\_arquivo\\_mapasituaciona1-resumosingasubmetido.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506902873_arquivo_mapasituaciona1-resumosingasubmetido.pdf)>> com acesso em 18/08/2018.

SILVA, Catia Antônia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio D'Ávila. *Por uma Geografia das Existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOUZA, Maria Adélia. *Geografias da Desigualdade: globalização e fragmentação*. In SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec/ANPUR, 1996.

TUCCI, C.E.M e NETTO, O.M.C. *Prosperação tecnológica em recursos hídricos/Centro de gestão e estudos estratégicos*. Brasil: CGEE, 2005.

TUNDISI, J. E. M. *Indicadores da qualidade da bacia hidrográfica para gestão integrada dos recursos hídricos. Estudo de caso: Bacia hidrográfica do Médio Tocantins – São Carlos*. UFSCar, 152p, 2006.

TUNDISI, J.G. *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. São Carlos. Ed. Rima, 248p, 2006.

TUNES, Regina Helena. *Geografia da Inovação. Território e Inovação no Século XXI*. São Paulo: FAFILCH/USP, 2015.

VAINER, Carlos B. *Águas para a vida não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil*. In: *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VIANA, Raquel de Mattos. *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá*. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Rio de Janeiro. 2003.

ZHOURI, Andréia; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone. (orgs.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. *Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos*. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) *A insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha*. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.) *Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *Estratégias de Viabilização Política de Irapé: o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

WERNER, Deborah. *Intervenção regional dos grandes projetos hidrelétricos: os casos de Sobradinho e Itaparica e reflexões sobre o período recente*. *Leituras de Economia Política*. Campinas, (18), 45-71, 2011.

WOLF, Eric. *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. In: Feldman, Bela; Ribeiro, Gustavo Lins (Org). *Antropologia e poder*. *Etnográfica*, Vol. VII (2), 2003, pp. 245-281.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. In: *Anuário antropológico/87*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1990.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *O papel do Termo de Ajustamento de Conduta no Licenciamento Ambiental das Hidrelétricas*. III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de 2006. Brasília-DF.